



**Oficina das Fundações  
Perseu Abramo,  
Maurício Grabois e  
Leonel Brizola - Alberto Pasqualini**

**1**

**Legado e lições dos governos Lula e Dilma;**

**2**

**Brasil pós-golpe;**

**3**

**e caminhos, alternativas para tirar o Brasil da Crise**



Oficina das Fundações  
Perseu Abramo, Maurício Grabois e  
Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

*Legado e lições dos governos Lula e Dilma;  
Brasil pós-golpe; e caminhos, alternativas para  
tirar o Brasil da Crise*

São Paulo 14-07-2017



Oficina das Fundações Perseu Abramo,  
Maurício Grabois e Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

*Legado e lições dos governos Lula e Dilma; Brasil pós-golpe; e  
caminhos, alternativas para tirar o Brasil da Crise*

Preparação e **Revisão de Textos**

Maria Lucília Ruy

**Capas e diagramação**

Laércio D'Angelo

**Coordenação Editorial**

Zandra de Fátima Baptista

---

e-Book – e-PUB.

ISBN 978-85-7277-189-4

---



**Editora e Livraria Anita Ltda.**

Rua Amaral Gurgel, 437 - Vila Buarque

São Paulo – SP – CEP 01221-001

Tel.: (11) 3129-3438

[www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)

[livraria@anitagaribaldi.com.br](mailto:livraria@anitagaribaldi.com.br)



**Fundação Maurício Grabois**

Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja – Centro

São Paulo – SP – CEP 01220-010

Tel.: (11) 3337-1578

[www.grabois.org.br](http://www.grabois.org.br)

[fmg@grabois.org.br](mailto:fmg@grabois.org.br)

# Sumário

## Apresentação

Os caminhos da resistência ao golpe \_\_\_\_\_ 5

## Mesa I - Legado e lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma

*FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO* – ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS \_\_\_\_\_ 9

*FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS* – FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO \_\_\_\_\_ 25

**Brasil: legado dos governos Lula e Dilma** \_\_\_\_\_ 26

Avanços na política externa \_\_\_\_\_ 27

Conquistas no plano econômico \_\_\_\_\_ 28

Avanços sociais \_\_\_\_\_ 29

Mais democracia e participação popular \_\_\_\_\_ 30

**Brasil: lições do golpe** \_\_\_\_\_ 31

Crise de hegemonia \_\_\_\_\_ 31

A burocracia a serviço da ordem \_\_\_\_\_ 33

A composição de classe do Estado \_\_\_\_\_ 35

Classe média conservadora: base social do fascismo \_ 37

A transformação das estruturas do Estado \_\_\_\_\_ 39

*FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI* – WENDEL PINHEIRO \_\_\_\_\_ 45

## Mesa 2: A realidade do Brasil pós-golpe

*FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO* – GUSTAVO CODAS \_\_\_\_\_ 65

Apresentação \_\_\_\_\_ 65

2016: Uma nova conjuntura \_\_\_\_\_ 65

Aspectos da realidade pós-golpe \_\_\_\_\_ 71

Indicadores econômicos selecionados \_\_\_\_\_ 73

*FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS* – HAROLDO LIMA \_\_\_\_\_ 79

1) Um golpe para implantar um Programa derrotado \_\_\_\_\_ 79

2) Surge o espectro de um governo ilegítimo \_\_\_\_\_ 83

3) O excêntrico anúncio da “nova política externa” \_\_\_\_\_ 84

4) Pilares da soberania são atingidos e  
ameaçados: o petróleo \_\_\_\_\_ 87

5) As "reformas": demolidoras de direitos e de cidadania _____	92
6) Conclusão: a situação é dramática, mas o povo, na luta, encontrará a saída _____	94

*FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA – RONALDO NADO TEIXEIRA* \_\_\_\_\_ **99**

### **Mesa 3: Caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social**

*FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – MARCO AURÉLIO GARCIA* \_\_\_\_\_ **115**

**Construir o amanhã** \_\_\_\_\_ 115

*FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS – RONALDO CARMONA* \_\_\_\_\_ **127**

Os grandes projetos nacionais na trajetória brasileira e as ideias que os motivaram \_\_\_\_\_ 128

Transição no sistema internacional e projeto nacional \_\_\_\_\_ 131

A questão nacional como ideia-força mobilizadora das energias de uma nova maioria: caminhos para a retomada \_\_\_\_\_ 135

Crise na indústria \_\_\_\_\_ 139

*FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA – MAURO BENEVIDES FILHO* \_\_\_\_\_ **151**

# Apresentação

## Os caminhos da resistência ao golpe

O diagnóstico do golpe de Estado de 2016 é um processo que demanda tempo histórico, exige conexões com fatos do passado (especialmente com o período pré e pós 1964) e precisa de considerações sobre aspectos essenciais das complexidades sociais brasileiras. Avaliar sua extensão e profundidade é um exercício apenas iniciado, que certamente prosseguirá por um futuro indefinido. Contudo, é possível afirmar que passos importantes já foram dados, como esta oficina das fundações Perseu Abramo, Maurício Grabois e Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, realizada em 14 de julho de 2017.

O ponto de partida, o legado e as lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma, é um indicativo seguro de que o golpe tem como objetivo precípua a interrupção de um ciclo que ganhava densidade. Os artigos a seguir expõem a essência dessa experiência que já consta da história brasileira como um importante feito do povo brasileiro. Mostram que este ciclo, ao abrir a via da democracia para amplos setores da sociedade, incluindo-os na dinâmica do Estado com políticas voltadas às suas necessidades fundamentais, começou a descortinar horizontes para um novo modelo de sociedade.



O segundo tema da oficina, a realidade do Brasil pós-golpe, avançou para um diagnóstico preliminar das mazelas do golpe, constatando seus efeitos devastadores e puxando o fio da meada do seu potencial. Os debatedores e os textos desta publicação indicam caminhos importantes para se fazer o diagnóstico do golpe a partir das medidas que foram e estão sendo implementadas. A abordagem do tema engloba questões locais entrelaçadas a fatores internacionais, apresentando um importante painel para se iniciar a resistência ao retrocesso de 2016.

O terceiro tema – os caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, a soberania nacional, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social – traça um perfil das propostas antigolpe, com importantes indicativos para a indispensável soma de forças democráticas, patrióticas e progressistas. Com essas contribuições, as fundações que organizaram esse evento e promovem esta publicação dão a sua primeira contribuição no sentido de se buscar formas adequadas a cada tempo e realidade nesta jornada de combate ao golpe que apenas se inicia.

**Marcio Pochmann**

*presidente da Fundação Perseu Abramo*

**Manoel Dias**

*presidente da Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini*

**Renato Rabelo**

*presidente da Fundação Maurício Grabois*

# MESA 1

## Legado e lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma





## Legado e lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma

Artur Henrique da Silva Santos \*

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, tendo realizado desde então seis congressos e quinze encontros nacionais, mais um sem-número de reuniões estaduais, municipais e setoriais, que aprovaram resoluções programáticas, estratégias, táticas e organizativas.

De conjunto, estas resoluções contem não apenas um balanço do presente e diretrizes para o futuro, mas também uma análise do passado, inclusive da trajetória do Partido dos Trabalhadores, da ação de sua militância, de seus mandatos parlamentares e executivos, da contribuição que buscamos dar para a luta das classes trabalhadoras no Brasil e no mundo.

Uma das principais características do PT é a sua pluralidade de opiniões. Essa pluralidade não impede que exista uma grande convergência em defesa de um conjunto de objetivos programáticos, entre os quais a luta contra todas as formas de opressão e exploração, a luta contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo, a luta contra o machismo, o racismo, a homofobia, a defesa do socialismo

democrático, do bem estar social, da mais profunda democracia, da soberania nacional, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, da paz e do desenvolvimento, assim como de uma nova ordem mundial.

Sobre cada uma das inúmeras experiências em termos de organização popular, de luta social e de ação institucional em todos os níveis, há no nosso Partido balanços muitas vezes diferenciados, o que representa outra expressão importante da nossa democracia interna – rejeitamos “vereditos oficiais” e não aceitamos “dar por encerrada a discussão” especialmente sobre temas de natureza histórica, sobre os quais ainda se discutirá muito, sem que seja necessário emitir sobre eles qualquer pretensa “ultima palavra”.

Ao realizar o balanço do período de 01 de janeiro de 2003 a 12 de maio de 2016, não podemos deixar de enfatizar nossos êxitos, e ao destacá-los não deixaremos de apontar nossos erros e insuficiências. Está mais do que claro que os golpistas agiram contra nós, devido ao que fizemos de correto; mas também está claro que tiveram sucesso no golpe, devido a nossos erros e insuficiências.

Quando falamos dos governos Lula e Dilma é importante recordar que não foram governos homogêneos, não foram iguais; o primeiro mandato de Lula não foi igual ao segundo, assim como o primeiro mandato de Dilma não foi igual ao interrompido segundo mandato.

Mas, quando comparamos o desempenho de nossos governos com o desempenho dos governos anteriores (nos referimos aqui, especificamente aos mandatos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique), constatamos que existe uma diferença profunda: durante nossos governos houve uma melhoria no padrão de vida da maioria da população brasileira.

Em 2002, a eleição de Lula, ancorada num projeto democrático-popular, descortinou um novo e promissor futuro para nosso povo.

De inspiração anti-neoliberal, nossos governos implementaram não apenas políticas públicas de inclusão social e transferência de renda, mas principalmente de ampliação de direitos; como o Bolsa Família (que em 2016 mantinha 13,9 milhões de famílias fora da extrema pobreza), o PRO-UNI, o FIES, o Minha Casa Minha Vida, a ampliação do crédito para as camadas populares, o apoio decidido à agricultura familiar.

Cerca de 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 40 milhões atingiram a renda média graças ao aumento real de mais de 70% do salário mínimo (reconhecido pela ONU como o principal fator de redução da pobreza no Brasil) e a redução do desemprego de 12% para 4,5%. Um imenso mercado interno de consumo de massas foi criado, nosso país ocupou a vanguarda mundial do combate à pobreza e a miséria.

O conjunto das teses debatidas no 6º Congresso Nacional do PT apontam que as classes trabalhadoras tem o direito de consumir mais e que entendem isso como parte de um processo histórico que tornará possível, às classes trabalhadoras, assumir o controle das riquezas materiais e espirituais produzidas pela sua atividade criativa. Portanto, “consumir mais” não é e nem pode ser um objetivo em si mesmo; pelo contrário, deve ser visto como parte de uma caminhada que inclui construir novos padrões de consumo e de vida em sociedade, de relação com os povos e a natureza.

A geração de empregos vai muito além de proporcionar um salário: numa sociedade como a nossa, o desemprego tende a produzir todo tipo de constrangimento, sofrimento e humilhação. Já a geração de emprego gera não apenas desdobramentos econômicos, mas também efeitos culturais, sociais e psíquicos extremamente positivos, não apenas para o indivíduo, mas para o conjunto da vida em sociedade.

De maneira similar, o acesso à educação vai muito além de proporcionar qualificações técnicas e perspectivas futuras de me-



lhorar salarial; ao possibilitar que milhões de trabalhadores e filhos de trabalhadores tenham acesso à escola, à educação e à cultura, estamos desprivatizando e socializando o saber acumulado pela humanidade.

O acesso a casa própria vai muito além da redução de gasto com aluguel; trata-se de garantir que as pessoas do povo tenham sua moradia, seu teto, seu abrigo, seu lar, contribuindo para a segurança material e emocional, sem a qual os laços comunitários são mais facilmente ameaçados e destruídos.

O acesso à energia elétrica vai muito além da possibilidade de utilizar eletrodomésticos; trata-se de transportar para nossos tempo pessoas e regiões que vinham sendo mantidas em condições do século XIX e anteriores.

A bolsa família significa muito mais do que um dinheiro depositado numa conta bancária; assim como a política de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias vai muito além de impedir a erosão inflacionária.

Para milhões de pessoas, significa sentir-se parte de uma comunidade, significa demonstrar que compartilhamos responsabilidades e destinos, que ninguém pode ser sujeito ao abandono, à miséria, a privação, ao esquecimento e desamparo na doença e na velhice. Este talvez seja o sentido mais profundo de políticas como SUAS e o SUS, entre muitas outras.

Os governos do PT mudaram substancialmente o papel do Estado em relação ao país, que vinha antes sendo destruído pelos governos neoliberais de Collor e de FHC. A aliança simbolizada pela chapa Lula-José Alencar, longe de ser uma submissão das classes trabalhadoras a uma fração da burguesia, foi possível em virtude de um programa que recolocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico, não apenas através dos incentivos ao mercado interno,

mas também e fundamentalmente, através do protagonismo da cadeia produção-consumo- investimento.

Criado em 2007, o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, somado aos investimentos das empresas estatais, consolidaram em 2010 o maior investimento público na história recente da economia brasileira, de mais de 3,1% do PIB. Vários programas de política industrial, em 2004, 2008 e 2011, foram implementados, buscando combinar incentivos à inovação e maior competitividade da indústria nacional. O BNDES tornou-se de fato um banco de fomento e desenvolvimento econômico.

As compras governamentais, de grande importância na economia nacional, passaram a ser guiadas pela preferência para produtos e serviços nacionais nos três níveis de governo, com potencial de compras de cerca de 10% do PIB. De 2012 a 2014, foram incentivados nessa política de preferência nacional fármacos, equipamentos médico-hospitalares, máquinas e equipamentos, aeronaves executivas, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação. Dentre as cadeias produtivas prioritárias, a cadeia do petróleo e gás foi destacada e priorizada por produzir imensos impactos positivos na política de conteúdo nacional. Neste sentido, foi fundamental a aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Partilha no Pré Sal e a manutenção da Petrobrás como operadora única.

“A esfera pública da economia se fortaleceu em diversos sentidos, as empresas estatais não financeiras, as empresas públicas, as instituições financeiras públicas e os fundos públicos passaram a ser coordenados para cumprir funções estatais e de financiamento do consumo e do investimento. A ação articulada desses instrumentos fortaleceu o mercado interno, os investimentos e viabilizou crédito para as empresas e para as famílias”, como assinalou a economista Esther Bermeghy em artigo publicado em dezembro de 2015.



Nos últimos anos (2008 - 2015), a carteira de crédito dos bancos públicos saltou de 34% do total das instituições financeiras brasileiras para 54%. Não menos importante foi a regulação pública do crédito ampliando os recursos direcionados do sistema de 17,4%, em 2010, para 28,1%, em 2014, viabilizando recursos para a política de habitação, para o investimento e para a agroindústria.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2006, marcou o desenvolvimento e crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil. A decisão política de fortalecer os pequenos negócios apresentou resultados proveitosos. Hoje, os pequenos negócios são responsáveis por mais de 98% das empresas formalizadas no Brasil, respondem por 27% do PIB e por 52% dos empregos com carteira assinada. A aposta nas micro e pequenas empresas aumentaram as possibilidades de mais empregos e dinamização da economia das cidades.

Destaque especial merece a Política de Valorização do Salário Mínimo, fruto da mobilização dos trabalhadores e da postura decidida de nosso governo em adotá-la e fazer todos os esforços para aprová-la no Congresso Nacional. Responsável não apenas pelo crescimento da renda per capita, que em algumas regiões do país tem efeito multiplicador, a valorização do salário mínimo teve extraordinário impacto nos salários e benefícios de todo o conjunto da classe trabalhadora, que, a partir desse patamar, foi à luta por melhores salários através de greves, mobilizações e negociações junto aos patrões. Em 2013 foi aprovada a PEC das Domésticas, garantindo, entre outros, o direito ao FGTS e à jornada de oito horas diárias, com forte impacto na formalização do emprego nesse importante segmento da classe trabalhadora composto majoritariamente por mulheres.

A regularização das terras de quilombolas, as centenas de escolas técnicas e novas universidades, o fortalecimento dos bancos públicos, o reconhecimento da soberania da Bolívia sobre o seu gás e

a formação da Celac (Comunidade de Estados da América Latina e Caribe) são outros exemplos positivos.

A gestão do Estado nos governos do PT foi profundamente alterada a partir da política de participação social, com conferências e conselhos com amplo debate e participação dos movimentos sociais, para a formulação de políticas dominadas secularmente por setores tecnocratas de elite encastelados no aparelho de estado.

A criação das Secretarias de Igualdade Racial, Mulheres, Direitos Humanos e Juventude refletiram essa opção de gestão atendendo a uma das principais demandas sociais contemporâneas que é a de participar ativamente da concepção, formulação e execução de políticas públicas, que passaram a responder de maneira mais atenta às necessidades do povo. No campo regulador, são destaques o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010; a Lei de Cotas para acesso às universidades, em 2012; a Lei das Cotas no serviço público federal em 2014; o Estatuto do Idoso, em 2003 e o Fundo Nacional do Idoso em 2010; e o Estatuto da Juventude, em 2013. Em 2006, foi instituído um dos maiores instrumentos legais para enfrentamento da violência de gênero, a Lei Maria da Penha, e a previsão da união homoafetiva feminina. Cabe destacar também a regularização de terras quilombolas e de terras indígenas, da qual é exemplo a reserva Raposa Serra do Sol.

No bojo do processo de estabelecimento de políticas públicas para a afirmação de direitos foi aprovada a Lei de Cotas nas universidades, que alcançou 50% das instituições federais e a meta de ocupar 56% das suas vagas com alunos oriundos de escolas públicas, distribuídas de forma proporcional aos critérios demográficos de cada unidade federativa entre pretos, pardos e indígenas.

A partir do profundo vínculo e compromisso dos governos do PT com a educação, foi possível ampliar o investimento público total em educação, em relação ao PIB, de 4,5% em 2004 para 6,2%, em 2013. Em



2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece vinte metas para a próxima década. Uma destas metas estabelece que o investimento público total em educação pública deve ser ampliado de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 10% do PIB no final da vigência do plano. Foram marcos desta política a reforma da educação profissional, a criação dos Institutos Federais, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) foi fundamental para garantir, anualmente, 3,8 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 1,2 bilhões de atendimentos na Atenção Básica e 447 milhões de atendimentos na Atenção Especializada neste período, o que demonstra a dimensão de um sistema universal que atende com exclusividade 150 milhões de pessoas. O SUS e a implementação do Programa Mais Médicos fizeram com que os indicadores de saúde da população brasileira avançassem em vários aspectos como a expectativa de vida ao nascer que aumentou 4,8 anos entre 2001 e 2014, atingindo 75,1 anos. Houve queda da mortalidade infantil em todas as regiões e o Brasil alcançou a taxa de 14,1 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2013, foi projetada a queda de 25% de óbitos maternos, o que corresponde a 25% de redução em relação aos dados em 2001.

No campo da política externa, ao priorizar a integração regional através do Mercosul e Unasul, além de fortalecer a cooperação, a convergência e a paz na região, trouxe resultados econômicos de dimensão extraordinária. Em 2013, o superávit comercial do Brasil com a América do Sul foi de mais de US\$ 9 bilhões de dólares, e, ressalte-se, com destaque a produtos manufaturados brasileiros. Ou seja, não apenas as chamadas “commodities” como os produtos agrícolas e minerais, diversificando a pauta das exportações, sem falar da diversificação do destino dos produtos exportados, ao ampliar o comércio com os países da África.

O programa democrático-popular de inspiração anti-neoliberal, que trazia em seu bojo a inserção soberana do país na economia globalizada, foi o que permitiu a derrota da ALCA em 2005, a ênfase na integração regional latino americana e caribenha com a criação da UNASUL e da CELAC, o fortalecimento da aliança IBAS (Índia-Brasil- África do Sul) e a criação do novo bloco na geopolítica mundial consubstanciado nos BRICS, tão agressivamente atacado pelo imperialismo estadunidense. Até meados de 2016, quando ocorreu o afastamento da presidenta Dilma através do Golpe, o Brasil se negou a participar das principais iniciativas de liberalização de comércio engendradas pelas transnacionais através dos governos norte americano e europeus como o Tratado Transpacífico, o Tratado Transatlântico e o TISA (acordo de serviços).

Por tudo isso, nossos adversários de classe resolveram organizar de forma contundente e articulada o Golpe que sofremos em 2016. O golpismo busca desmontar, no plano simbólico e material, as ações implementadas por nossos governos nacionais no sentido de melhorar o padrão de vida da maioria da população brasileira.

### **As lições:**

É preciso reconhecer que falhamos em explicar e convencer o conjunto de nosso eleitorado, que os êxitos obtidos por nossos governos só foram possíveis ali onde conseguimos construir políticas públicas que materializassem uma visão alternativa e antagônica à concepção neoliberal, entreguista e antidemocrática que foi hegemônica na presidência da Republica, entre 1990 e 2002.

Descuidamos da disputa de valores em uma sociedade e um mundo fortemente dominado por um ideário do consumismo, do individualismo e da intolerância.

Mas os golpistas contaram, também, com a força do oligopólio da mídia, contra o qual nossos governos não tomaram as medidas



reclamadas pelo nosso Partido e por grande parte da esquerda brasileira. Os golpistas se beneficiaram ainda, da hegemonia que as forças de centro direita seguiram mantendo sobre grande parte das instituições brasileiras, desde o Judiciário até o Congresso Nacional, que não foram objeto de uma reforma política e de Estado. Contribuiu para o golpe ainda o controle do capital financeiro, transnacional e oligopolizado sobre a economia nacional, controle explícito sobre o financiamento privado empresarial das eleições, assim como nas operações de sabotagem e desestabilização econômica que foram praticados contra nossos governos, sem que tivéssemos realizado uma auditoria cidadã e soberana da dívida pública e nem denunciado ao povo brasileiro o quanto dos recursos públicos são destinados ao pagamento do esquema da dívida. Finalmente, mas não menos importante, o golpismo foi em alguma medida estimulado, respaldado e orientado por agentes estatais e não estatais estrangeiros.

As teses debatidas no 6º Congresso Nacional do PT apontam que o papel deletério dos golpistas foi facilitado pela política econômica adotada no início do segundo mandato do governo Dilma, política que – para além dos efeitos econômicos e sociais que produziu – teve como principal efeito político desorientar parte da nossa base social e eleitoral.

A opção pelo ajuste fiscal no final de 2014 e início de 2015, além de intensificar a tendência regressiva e não resolver a crise econômica gerada e alimentada por forte componente político, contribuiu para gerar confusão e desânimo na base social petista. A popularidade da presidenta rapidamente despencou. As forças conservadoras sentiram-se encorajadas a buscar hegemonia nas ruas, pela primeira vez desde as semanas que antecederam o golpe militar de 64. O enfraquecimento da esquerda nos meses seguintes à vitória apertada no segundo turno das eleições de 2014, rapidamente alterou a correlação de forças no país, dentro e fora das instituições. A direita retomou a ofensiva. As frações de centro, assistindo o derretimento do governo

na opinião pública, começaram a se descolar da coalizão presidencial, deslizando para uma aliança conservadora que impôs seguidas derrotas parlamentares à administração federal.

No campo da política tributária, não criamos alternativas, por exemplo, à extinção da CPMF em 2007. Implementamos uma política de desonerações da folha de pagamento sem a devida coordenação com a política industrial em curso e sem contrapartidas sociais e de geração de empregos, que, além de não surtir o efeito desejado de incentivar o investimento privado, comprometeu de maneira profunda a disponibilidade de recursos públicos para o investimento.

A manutenção do ritmo de expansão do mercado interno, aliçada nos gastos e investimentos públicos, passou a depender de reformas que diminuíssem transferências financeiras para os grupos privados, ajudassem a recompor o equilíbrio fiscal com a tributação dos mais ricos e desmontassem o oligopólio dos bancos, entre outras medidas que permitissem recursos para o Estado aprofundar políticas de desenvolvimento com distribuição de renda. Não se tratava de reordenamentos orçamentários, mas de um novo ciclo programático que fatalmente radicalizaria a disputa de projetos e a luta de classes.

Do ponto de vista das reformas democráticas do estado, como a Reforma Política e a democratização dos Meios de Comunicação, não tiveram sua importância adequadamente dimensionada pelo nosso governo, nem por nossas bancadas e também por nosso partido. Não priorizamos a necessária Reforma do Estado, acreditando num suposto republicanismo como se não soubéssemos que as instituições de estado são compostas e permeadas pelas contradições de classe da sociedade brasileira. A não priorização do embate da Reforma Política refletiu a acomodação do Partido como um todo ao funcionamento político-partidário eleitoral com base no financiamento empresarial.

Não faltaram iniciativas práticas para abrir uma saída, como o Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva da Reforma Política



realizado no dia 07 de setembro de 2014, onde 8 milhões de pessoas votaram, depois que o governo, nas manifestações de junho de 2013, hesitou naquilo que poderia ter sido um novo começo, mas foi o começo do fim.

O resultado do Plebiscito foi entregue à candidata do PT em 2014 pela coalizão de entidades que o organizou, e oferecia ao governo a possibilidade de iniciar um novo processo em resposta às aspirações por reformas que, mesmo difusas, apareciam na sociedade. Mas o governo, não se dando conta da derrota que sofreu no segundo turno de 2014 nos grandes centros, cidades operárias e “cinturão vermelho”, em favor da abstenção, votos brancos e nulos, assumiu a política dos derrotados.

A verdade é que só a reforma política das instituições do Estado, poderia destravar as reformas populares e estruturais. Reforma que só poderá ser feita no retorno ao governo se for acompanhada da criação de condições para que seja realizada através de uma Assembleia Nacional Constituinte eleita de forma democrática e soberana.

É necessário reconhecer, no entanto, que os governos do PT se privaram, no âmbito institucional, de fazer embates primordiais e coerentes com seu projeto progressista. Em nome de cálculos eleitorais e da governabilidade, cedemos ao conservadorismo e deixamos de debater de forma efetiva pautas como a da segurança pública, da taxação das grandes fortunas, da reforma do sistema penitenciário, entre outras. Perdemos, ainda, a oportunidade histórica de promover uma reforma estrutural e consistente no Poder Judiciário.

Ainda que, analisada de maneira aprofundada, nunca tenhamos tido uma correlação de forças suficiente na sociedade brasileira que garantisse a aprovação dessas importantes reformas, era necessário que o conjunto do Partido, das Bancadas e do Governo tivéssemos lançado à sociedade brasileira essas propostas de reformas, a fim de fazer o debate e a disputa de hegemonia na sociedade brasileira. Es-

sas reformas estruturais eram determinantes para a continuidade de nosso programa democrático-popular.

Nosso balanço aponta que esse conjunto de fatores pode explicar, em parte, por quais motivos o impeachment foi aprovado por um parlamento onde a “base do governo” era supostamente majoritária; respaldado por um Supremo Tribunal Federal composto, em sua maioria, por ministros indicados por presidentes petistas; apoiada em provas produzidas por investigações conduzidas por um Ministério Público e por uma Polícia Federal fortalecidas em nossas gestões; e publicizada por meios de comunicação financiados, em boa medida, através de verbas publicitárias do governo federal.

Diversas teses fazem uma crítica enfática ao que consideram uma determinada interpretação do “republicanismo” e da crença na “neutralidade” das instituições, que teria nos levado a decisões equivocadas em várias das questões apontadas acima, pois sem essa interpretação, a operação lava jato e, antes dela, a ação penal 470 não teriam conseguido instalar uma “justiça de exceção”, organizada com o objetivo de destruir o PT e o LULA.

Finalmente, outro tema importante do balanço e das lições desse período diz respeito ao tema da corrupção. As teses apresentadas ao 6º Congresso do PT fazem a crítica da corrupção e da promiscuidade público / privado enquanto componente indissociável do capitalismo em geral e da história do estado burguês no Brasil, e também como “efeito colateral” dos mecanismos de financiamento privado empresarial.

Embora haja diferentes e algumas vezes contraditórias análises, todas apontam ser indispensável superar a adaptação do Partido ao “modus-vivendi” da política tradicional no Brasil.

O golpe confirmou que a burguesia em determinada correlação de forças, pode até aceitar certas mudanças nos períodos expansivos,



quando avanços das camadas populares não resultam em diminuição de seus ganhos absolutos ou relativos. Mas a burguesia oferece brutal resistência quando esse equilíbrio distributivo está sob ameaça, particularmente nas fases de contração econômica.

Devemos compreender, portanto, que a hegemonia dos trabalhadores no Estado e na sociedade não depende exclusiva ou principalmente de administrações bem sucedidas, nem tampouco de maiorias parlamentares apenas, mas sim da construção de uma força política, social e cultural capaz de dirigir a sociedade e as instituições, derrotando nossos inimigos em todos os terrenos.

Para construir esta força, deveríamos ter costurado um programa e uma aliança estratégica entre os partidos populares e os movimentos sociais, e ter desenvolvido um trabalho articulado de disputa de hegemonia pelo partido, pelos governos petistas e pelas bancadas, que pudesse ampliar o peso da esquerda, dentro e fora das instituições.

Desde o 2o turno das eleições de 2014, evidencia-se uma mobilização social, com forte presença da juventude e das mulheres, para além do PT e demais partidos de esquerda. Ela foi decisiva para a nossa vitória naquele momento. E continuou se mobilizando ao longo de 2015 e 2016 nos combates contra o golpe.

Constituíram-se as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, expressando uma nova unidade das forças sociais de esquerda. O PT se integrou organicamente à construção da Frente Brasil Popular e manteve uma relação de diálogo com a Frente Povo Sem Medo. Esse novo processo de organização da esquerda passa a ser decisivo para o próximo período.

Revisitar o balanço, defender o legado, mas principalmente analisar a forma como devemos utilizar nossa presença nos governos para alterar a relação de forças entre as classes sociais existentes no Brasil é um dos principais desafios do PT. O que fazer para fortalecer

cultural, política e economicamente as classes trabalhadoras? Como atrair os setores médios, buscando impedir que eles se convertam em tropa de choque da reação? Que ações implementar com o objetivo de dividir e enfraquecer o poder cultural, político e econômico da classe dominante?

Mudar o Brasil implica em conquistar governos, mas exige principalmente construir um novo poder. E construir um novo poder é uma tarefa das organizações da classe trabalhadora, entre as quais o próprio Partido dos Trabalhadores. Por isso, não é possível terceirizar para os governos, tarefas políticas, sociais e culturais que cabem antes de tudo ao próprio Partido.

*\* Artur Henrique da Silva Santos, nasceu em São Paulo, é sociólogo, formado pela Pontifícia universidade Católica de Campinas-SP, foi presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no período de 2006-2009 e 2009-2012; foi secretário do Desenvolvimento e Trabalho de São Paulo na gestão do Prefeito Fernando Haddad - PT e atualmente é Diretor da Fundação Perseu Abramo - PT*

Este texto é resultado do resumo realizado pelo autor das principais teses apresentadas ao 6º Congresso do PT – Partido dos Trabalhadores realizado na cidade de Brasília nos dias 01, 02 e 03 de Junho de 2017 e também dos Projetos de Resolução aprovados no Congresso e na Comissão de Sistematização do Congresso.







## Legado e lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma

# Brasil 2016: crise política e golpe conservador

## Legado dos governos Lula e Dilma — Lições sobre a luta político-ideológica

Fábio Palácio de Azevedo\*

Os recentes acontecimentos na vida política brasileira devem ser fonte de reflexão para as forças democráticas e de esquerda, não apenas no Brasil, mas também na América Latina e em todo o mundo. Embora a situação seja marcada por grande dinamismo e volatilidade, é indiscutível que, após intensa e duradoura batalha política, o país vivenciou uma inflexão conservadora. Como e por que isso aconteceu são questões incontornáveis à agenda de reflexões teóricas que se impõe, neste momento, às forças progressistas.

A inflexão conservadora culminada no golpe parlamentar que encerrou precocemente o segundo mandato da presidenta Dilma Rou-



sseff teve causações objetivas e subjetivas. Entre as objetivas, destaque-se a crise econômica mundial que, depois de uma primeira onda entre os anos de 2009 e 2010 — contornada de maneira bem-sucedida com a adoção de políticas anticíclicas —, voltou a se abater com força sobre o país a partir de 2013. Por outro lado podemos apontar, entre as causas subjetivas, elementos de caráter político e ideológico.

Este artigo procura debruçar-se mais diretamente sobre este segundo conjunto de fatores — os subjetivos — que conduziram à crise política e ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em nosso itinerário perseguiremos, primeiramente, uma descrição da herança deixada pelo ciclo progressista inaugurado em 2003. Em seguida apresentaremos algumas considerações teóricas relacionadas à inflexão conservadora, buscando extrair lições — em particular no terreno político e ideológico — capazes de iluminar a nova luta pelo socialismo que se desenvolve nestes albores do século XXI.

\*\*\*

## **Brasil: legado dos governos Lula e Dilma**

A eleição, em outubro de 2002, do ex-operário metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil marcou o início de um novo ciclo político no país. Com a posse de Lula, em janeiro de 2003, novos atores políticos e sociais chegavam ao poder central da República, à frente de um autêntico programa de reconstrução nacional baseado nas ideias de retomada do crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, combate às desigualdades sociais e regionais, redistribuição da renda e da riqueza, valorização do trabalho, ampliação da democracia e da participação popular, fortalecimento da soberania nacional, impulso ao processo de integração continental.

Superado um período inicial de transição, o novo ciclo político foi capaz de conduzir o Brasil a grandes conquistas. Estancou-se a im-

plementação do neoliberalismo no país. O Estado — em substituição ao mercado — assumiu papel indutor do desenvolvimento. O governo paralisou o programa de privatizações, fortaleceu os bancos públicos e as empresas estatais, resgatou os investimentos em infraestrutura e pôs em prática ousadas políticas industriais. Através de ações estruturantes como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o desenvolvimento econômico deixou de ser figura de retórica — como nos anos neoliberais — para tornar-se componente ativo e destacado da agenda nacional.

### **Avanços na política externa**

Desde o primeiro momento, o Brasil abandonou a atitude subserviente dos tempos neoliberais e adotou uma política externa ativa e soberana. Graças à postura do país e de outras nações sul-americanas, o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi sepultado. Em seu lugar, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) foram fortalecidos como blocos contra-hegemônicos. A criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) descortinou novos horizontes à integração da América Latina.

O país destacou-se na defesa da paz e passou a lutar tenazmente pela democratização do Conselho de Segurança da ONU. A participação do Brasil, em conjunto com a Turquia, na elaboração de uma solução equilibrada para a questão nuclear no Irã provocou a ira do imperialismo norte-americano. No G-20 e em outros fóruns econômicos internacionais, o país liderou as nações em desenvolvimento em sua luta contra os subsídios agrícolas dos países ricos.

O país também priorizou o estreitamento de laços com outras nações em desenvolvimento, notadamente da América Latina, da África e da Ásia. O protagonismo na institucionalização da aliança de grandes países emergentes conhecida como Brics — processo que incluiu a cria-



ção de um banco de desenvolvimento e um fundo de reservas — forneceu demonstrações do surgimento de uma nova agenda geopolítica, voltada à garantia de mais e melhores oportunidades aos países em desenvolvimento no quadro de um mundo crescentemente multipolar.

### **Conquistas no plano econômico (1)**

No ciclo político compreendido entre os governos Lula e Dilma Rousseff, conquistas inéditas foram alcançadas no plano econômico. Depois de décadas de subserviência, o Brasil viu-se livre da tutela do FMI e passou a ser credor do órgão. O país chegou a crescer a taxas de 7% ao ano, e o PIB brasileiro saltou de R\$ 1,48 trilhões em 2002 para R\$ 5,90 trilhões em 2015. A nação deixou a 13ª posição para tornar-se a 7ª maior economia do mundo.

As reservas internacionais líquidas subiram de US\$ 37 bilhões em 2002 para US\$ 376,7 bilhões em 2016, e o país tornou-se credor em cerca de US\$ 42 bilhões. A dívida líquida do setor público foi reduzida de 60,4% para 42,4% do PIB (2016), depois de alcançar 34% em 2013. As exportações passaram de US\$ 60,3 bilhões (2002) para US\$ 191,1 bilhões (2015). Os juros foram reduzidos de 24,9% em 2002 para 14,15% em 2016, depois de visitarem taxas de até 7,1% no governo Dilma, fato inédito na história econômica recente do país. O investimento estrangeiro direto subiu de US\$ 16,6 bilhões em 2002 para US\$ 75 bilhões em 2015. A inflação anual média, que atingiu 9,1% nos governos de Fernando Henrique Cardoso, baixou para 5,8% nos governos Lula e Dilma.

Com o PAC, o país voltou a investir em infraestrutura. A capacidade energética cresceu de 74.800 MW em 2001 para 147.870 MW em 2016. A descoberta do petróleo na chamada camada do pré-sal inaugurou a expectativa de transformar o Brasil em grande exportador do óleo. O valor de mercado da Petrobras saltou de R\$ 15,5 bilhões em 2002 para R\$ 104,9 bilhões em 2014. O lucro médio da empresa saltou

de R\$ 4,2 bilhões/ano nos governos FHC para R\$ 25,6 bilhões/ano nos governos Lula-Dilma.

### **Avanços sociais**

Ao longo do ciclo político progressista, a crise social arrefeceu consideravelmente, acompanhando um ciclo de redistribuição de renda. Já nos anos iniciais do governo Lula, entre 2003 e 2004, a miséria caiu 8% em todo o país (2). Enquanto o mundo vivia um surto de crescimento da miséria e países como México e Índia viam suas desigualdades aumentarem, o Brasil reduziu a distância entre ricos e pobres. Apenas nos dois primeiros anos de governo Lula a queda na desigualdade foi de 5%, atestada pelo índice Gini. Essa marca seguiria melhorando nos anos seguintes. Enquanto entre 1995 e 2002 a concentração de renda no Brasil caiu 1,89%, de 2003 a 2011 a queda foi de 9,22% (3). Ao final do ciclo progressista, 42 milhões de pessoas saíram da condição de miséria no Brasil e 38 milhões ascenderam ao que ficou conhecido como “nova classe média” (4).

Dentre as causas da queda na desigualdade de renda encontra-se a ampliação dos níveis de emprego. Nos dez primeiros anos do ciclo Lula-Dilma foram criados cerca de 20 milhões de novos postos de trabalho (5). Os índices de formalização da economia brasileira também cresceram consideravelmente. O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis principais regiões metropolitanas do país passou de 39,7 em 2003 para 49,2 em 2012 (6). Contribuíram, ainda, para a queda da pobreza e da desigualdade o crescimento da renda do trabalhador, possibilitado pelos aumentos automáticos e anuais do salário mínimo, pela ampliação do crédito popular e pelos programas de transferência de renda, em especial o Bolsa-Família.

As políticas sociais ganharam nova dimensão. Foram criados, entre muitos outros, programas e ações voltados ao financiamento da educação básica, como o Fundeb; à ampliação do acesso ao ensino superior,



como o ProUni e o Fies; ao fortalecimento da educação profissionalizante, como o Pronatec; à reestruturação e expansão das universidades federais, como o Reuni; à expansão e interiorização da atenção em saúde básica, como o Mais Médicos; à promoção das práticas esportivas, como o Bolsa Atleta e o programa Segundo Tempo; à democratização das práticas culturais, como o programa de pontos de cultura. Dezoito universidades federais e 140 escolas técnicas foram criadas. Parte significativa (75%) dos recursos angariados com a exploração do petróleo do pré-sal foi direcionada a investimentos em educação e saúde.

### **Mais democracia e participação popular**

O ciclo de governos progressistas também fortaleceu a democracia e ampliou o diálogo social através de inúmeras conferências, fóruns, conselhos e consultas públicas que reforçaram a interlocução com as entidades da sociedade civil. As centrais sindicais foram reconhecidas legalmente. Os estudantes tiveram suas demandas acolhidas. Trabalhadores, negros, indígenas, homossexuais, mulheres e jovens tiveram suas lutas valorizadas através da criação de políticas, ações e estruturas de governo voltadas à promoção da igualdade, características de um ambiente mais aberto e democrático.

À guisa de balanço podemos afirmar que, apesar da caótica situação herdada dos anos neoliberais, entre os anos de 2003 e 2016 o Brasil passou a reunir melhores condições para a construção plena de um novo projeto nacional de desenvolvimento. No entanto, no dia 31 de agosto de 2016, com o encerramento do processo de *impeachment* que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o ciclo político compreendido nos governos Lula-Dilma foi interrompido. Em seu lugar, instaura-se um governo títere, de face conservadora, que desde seus primeiros atos empenha-se na destruição de conquistas e no resgate das políticas neoliberais. É de fundamental importância analisar, neste momento, como e por que isso aconteceu, a fim de extrair as necessárias lições compreendidas no processo.

## Brasil: lições do golpe

O processo político brasileiro fornece, em seus desdobramentos recentes, vasto material para análise teórica, trazendo à luz questões situadas, de maneira geral, na zona movediça para onde convergem temas políticos e culturais. Passamos em diante a analisar — com o recurso às elaborações de destacados autores da tradição marxista — algumas dessas questões.

### Crise de hegemonia

A esquerda e as forças progressistas vivenciam no Brasil uma crise de sua hegemonia política e ideológica, a qual possuía, há até bem pouco tempo, relativa estabilidade e solidez. É este o conteúdo concreto daquilo que os meios de comunicação locais têm chamado de *crise política*. Cumpre analisar os fatores que levaram à corrosão dessa hegemonia. Eles devem ser buscados, de saída, na atividade enérgica dos setores conservadores e reacionários, que conseguiram impor dura resistência ao processo transformador iniciado em 2003.

Como teorizava o pensador marxista Antonio Gramsci (1977), situações de crise política prolongada atestam a existência de contradições insanáveis que amadureceram na base infraestrutural de uma sociedade. Revela-se, nesse caso, a operação de forças políticas interessadas na conservação do *status quo*, isto é, na defesa das condições sociais e políticas garantidoras de seus privilégios. Essas forças buscam, por todos os meios, se não superar a crise a partir de sua perspectiva e seus interesses, pelo menos saná-la dentro de certos limites políticos aceitáveis.

É característica desse tipo de crise a falência total ou parcial do sistema político-partidário, que caduca e se descola dos interesses das classes ou frações de classe que deveria representar. Isso pode acontecer de muitas formas. Em todo caso, abre-se espaço para a atuação política de outros tipos de instituições, estatais ou paraestatais. Refor-



ça-se, dessa maneira, o poder da burocracia, da finança, dos meios de comunicação e de toda uma série de organismos dotados, em geral, de maior estabilidade e permanência. Nas palavras de Gramsci,

“A certo ponto de sua vida histórica os grupos sociais se destacam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa. [...] Quando essas crises se verificam, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, porque o campo é aberto às soluções de força, à atividade de poderes sombrios representados pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam essas situações de contraste entre representantes e representados, que do terreno dos partidos (organizações partidárias em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organizações jornalísticas) reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja [...]? Em cada país o processo é diverso, se bem que o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente [...]” (1977, pp. 1602-1603)

Os aspectos descritos por Gramsci confirmam-se dramaticamente no caso brasileiro. Cabe sublinhar que a resistência aos avanços democráticos jamais teria sido possível apenas por meio dos partidos conservadores tradicionais. Não se trata de que esses partidos deixaram de representar os interesses das camadas dominantes. Eles simplesmente mostravam-se impotentes para, operando dentro do jogo político tradicional, realizar o objetivo maior das elites conservadoras: deter o processo de mudanças. Dada a relativa solidez da hegemonia democrática e progressista, foi necessário às forças conservadoras mobilizar uma multiplicidade maior de instrumentos, além daqueles confinados ao campo da política eleitoral e partidária.

Os mais importantes dentre esses instrumentos foram cooptados dentro da própria máquina estatal. É o caso do Poder Judiciário, da Polícia Federal e do Ministério Público, utilizados em investigações seletivas contra a corrupção, a exemplo da chamada operação “lava-jato”, planejada para golpear e desmoralizar o campo político

de esquerda. Outros segmentos, que poderíamos qualificar como paraestatais — a exemplo dos meios de comunicação, que no Brasil, como em outros países, são concessões públicas operadas por corporações privadas —, forneceram a visibilidade e a solidariedade política responsáveis por transformar a “lava-jato” em um autêntico poder paralelo. Casas parlamentares conservadoras, eleitas com forte influência do poder econômico, completam o leque de instrumentos institucionais acionados para dar combate à hegemonia das forças progressistas.

### **A burocracia a serviço da ordem**

Podemos afirmar que, no caso brasileiro, a composição social e política do governo entrou em choque com o caráter de classe do Estado. Isso se tornou possível com a mobilização, para finalidades diretamente políticas, de setores da burocracia estatal. Ao colaborar para a desmoralização das instituições políticas, o discurso anticorrupção repisado pela mídia corporativa abriu caminho a essa finalidade. Percebendo-se impossibilitadas de retomar o poder pelo caminho tradicional — a disputa eleitoral-partidária — as forças de direita buscaram um atalho: a substituição da política pela tecnocracia.

É nesse momento que, por meio do debate ideológico travado junto à sociedade, os meios de comunicação elevam o mérito acima da política. A política é “suja”; o mérito é “asséptico” e “glorioso”. Corporações profissionais — policiais, juízes, procuradores, auditores, gestores, jornalistas — passaram a ditar os rumos do jogo político. O concurso público sobrepôs-se ao voto. A assim chamada “classe política”, que deveria ter a seu serviço a tecnoburocracia do Estado, terminou a reboque dela. Evidentemente, esse processo não se realiza de maneira tácita. São inúmeras as contradições, como vemos na reação crescente dessa mesma “classe política” — incluindo políticos do bloco conservador — ao que consideram “exageros” da operação “lava-jato” e de empresas jornalísticas.



Essa realidade traz à ordem do dia a reflexão sobre as camadas burocráticas, em particular aquelas que compõem a máquina do Estado. O tema não se encontra ausente da literatura marxista, como podemos depreender das assertivas abaixo, anotadas por Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*:

“O fato de que no desenvolvimento histórico das formas políticas e econômicas se tenha formado o tipo do funcionário ‘de carreira’, tecnicamente adestrado ao trabalho burocrático (civil e militar) tem um significado primordial na ciência política e na história das formas estatais. Trata-se de uma necessidade ou de uma degeneração em face do autogoverno (*self-governance*) como pretendem os liberais ‘puros’? É certo que cada forma social e estatal tem tido um seu problema dos funcionários, um seu modo de impostá-lo e resolvê-lo, um seu sistema de seleção, um seu tipo de funcionário por educar.” (1977, p. 1632)

Qual a real natureza da atividade desempenhada pelos setores burocráticos da máquina estatal? Como podem ser definidas suas relações com o campo político, de um lado, e com as classes sociais, de outro? Em comentário à obra de Gaetano Mosca, Gramsci mostra como essas relações são por vezes abordadas de maneira pouco clara na ciência política tradicional.

“A questão da classe política, como é apresentada na obra de Gaetano Mosca, torna-se um enigma [...] tão elástica e oscilante é a noção. Às vezes parece que por classe política se entende a classe média, outras vezes o conjunto das classes possuidoras, outras ainda o que se chama a ‘parte culta’ da sociedade, ou o ‘pessoal político’ (a camada parlamentar) do Estado: às vezes parece que a burocracia, também em seu estrato superior, está excluída da classe política, ao passo que deve ser controlada e conduzida pela classe política [...]” (1977, p. 1565)

Como mostra o arrazoado gramsciano, mesmo no pensamento político tradicional a questão da “classe política” surge por vezes misturada e sobreposta, por um lado, ao problema de sua composição social — em larga medida assentada nas “classes possuidoras” e em setores economicamente intermediários (a “classe média”) —, e, por

outro, à ação de segmentos profissionais gerados pela divisão social do trabalho, a exemplo de funcionários e intelectuais.

O véu de obscuridade que cerca a questão provém da forma abstrata a partir da qual o Estado é comumente compreendido. A máquina estatal surge, nessa perspectiva, como materialização de uma “razão” situada acima dos homens. Esse tipo de concepção – da qual mesmo parte da esquerda não se encontra inteiramente livre – impede a correta impostação do problema da burocracia, vista muitas vezes como “neutra” ou “republicana”, expressão de uma “racionalidade superior” desprovida de vínculos concretos e de classe. Nada mais equivocado.

### **A composição de classe do Estado**

No estudo da burocracia, deve-se evitar o erro de tomá-la apenas em “ato”. É necessário considerar seus mecanismos de formação e recrutamento, que determinam muito de sua composição social. Ao refletir sobre o assunto, Gramsci conclui que, na sociedade europeia, as classes burguesas têm o hábito de recrutar seus quadros burocráticos junto à pequena e média burguesia de origem rural, cujos filhos teriam, em geral, boa formação erudita.

“[...] Existe em um determinado país um estrato social difuso para o qual a carreira burocrática, civil e militar, seja elemento muito importante de vida econômica e de afirmação política (participação efetiva no poder, seja mesmo indiretamente, por ‘chantagem’)? Na Europa moderna esse estrato pode ser identificado na burguesia rural média e pequena que é mais ou menos difundida nos países de acordo com o desenvolvimento das forças industriais de um lado e da reforma agrária de outro. Sem dúvida a carreira burocrática (civil e militar) não é um monopólio desse estrato social. Todavia esta lhe é particularmente adaptada para a função social que esse estrato desenvolve e para as tendências psicológicas que a função determina ou favorece [...]” (GRAMSCI, 1977, pp. 1605-1606)

Esses estratos da sociedade, uma vez recrutados para o trabalho técnico nas instituições do Estado, não abandonam suas con-



vicções políticas e ideológicas. Ao contrário, valem-se do poder burocrático para a conquista de vantagens e para a realização de suas aspirações de classe, o que pode ocorrer de maneira positiva ou, como destaca Gramsci, negativa (isto é, “por chantagem”).

“Esse grupo social encontra seus limites e as razões de sua íntima debilidade em sua dispersão territorial e na ‘inogeneidade’ que é intimamente conexa a tal dispersão; o que explica também outra característica: a volubilidade, a multiplicidade de sistemas ideológicos seguidos, a estranheza das ideologias por vezes seguidas. A vontade é dirigida a um fim, mas é retardada e necessita, em geral, de um longo processo para centralizar-se orgânica e politicamente. O processo acelera-se quando a ‘vontade’ específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não apenas o processo acelera-se, mas manifesta-se de súbito a ‘força militar’ desse estrato, que às vezes, organizado, dita leis à classe alta, ao menos no que respeita à ‘forma’ das soluções, senão também no que tange ao conteúdo. [...] Esse grupo entende e vê que a origem de seus males está na cidade, na força da cidade e por isso entendem ‘dever’ ditar a solução às classes altas urbanas [...]. Nesse sentido deve entender-se a função diretiva desse estrato e não em sentido absoluto; porém, não é pouca coisa.” (GRAMSCI, 1977, pp. 1606-1607)

Quando examinamos as origens sociais dos juízes e procuradores que hoje conduzem a operação “lava-jato”, logo somos levados ao estado do Paraná. Não à toa, o momento político inaugurado com o protagonismo da “lava-jato” é denominado, na imprensa brasileira, “república de Curitiba”. Trata-se de um estado de tradição rural, cuja estrutura fundiária baseava-se, até o passado recente, em pequenas e médias propriedades. Desde seus primórdios, a região é fortemente integrada a São Paulo. Ambos os estados possuem tradição marcadamente conservadora.

É este o *background* histórico-social que informa o patrimônio intelectual, sensorial e moral das elites burocráticas que conduzem a operação “lava-jato”. Não é necessária nenhuma pesquisa circuns-

tanciada sobre o perfil desses profissionais para perceber seu modo de pensar, suas inclinações, seus tabus. Basta assistir a uma das entrevistas espalhafatosas que costumam conceder a cada indiciamento ou operação deflagrada. São jovens pretensiosos de classe média, com pouco ou nenhum contato com a realidade do povo. Dotados de vasta instrução jurídica, são porém ignorantes em termos de cultura humanística. Desconhecem os reais problemas brasileiros, em relação aos quais se mostram inteiramente descomprometidos. Expõem a todo tempo seus preconceitos e convicções de classe.

Esse etos não se encontra restrito às carreiras da área jurídica. O que temos aqui é apenas uma breve amostragem da composição social e da orientação ideológica de setores da burocracia. Trata-se de realidade facilmente encontrável, embora com gradações diversas, entre jornalistas, médicos, diplomatas, professores universitários, economistas, administradores. O prestígio social dessas categorias contrasta com o descrédito da política e dos políticos (7). A pergunta que se impõe neste ponto é: como esses setores — ligados, em geral, às camadas economicamente intermediárias — comportaram-se diante do avanço do processo de mudanças inaugurado no Brasil em 2003?

### **Classe média conservadora: base social do fascismo**

A existência de setores radicalizados da classe média conservadora não é exclusividade do Brasil de nossos dias. O fenômeno apresenta-se em outros países e outros momentos históricos. Retomá-los é uma boa forma de aprofundar, por contraste e semelhança, o entendimento da realidade brasileira atual.

Em seus estudos sobre a experiência fascista na Itália, o teórico marxista peruano José Carlos Mariátegui observa que os ressentimentos deixados pela participação da Itália na 1ª Grande Guerra criaram um clima favorável à reação conservadora. A guerra não havia sido, em face dos sacrifícios realizados, um bom negócio para o país. Ela



deixou como herança um rastilho de mágoa e decepção. Esse caldo de cultura revelou-se propício à reação, que seria movida, em primeiro plano, pela classe média.

Portando um discurso aparentemente revolucionário — embora na verdade demagógico —, que incluía veleidades de chauvinismo, desprezo pela política eleitoral-parlamentar e até mesmo um vago sindicalismo, os setores economicamente intermediários assumiram protagonismo na vida política italiana. “Seus princípios [...] estavam impregnados da confusão ideológica da classe média que, instintivamente descontente e desgostosa com a burguesia, é vagamente hostil ao proletariado” (MARIÁTEGUI, 2012, p. 22). Esta mesma classe média, segundo Mariátegui,

“[...] Sentia-se distante e adversária da classe proletária socialista. [...] Não lhe perdoava os altos salários, os subsídios do Estado, as leis sociais que, durante a guerra e depois dela, havia arrancado ao medo da revolução. [...] Esses maus humores da classe média encontraram guarida no fascismo.” (2012, p. 21)

Obviamente, seria um erro conceber o fascismo como fenômeno inerente apenas à classe média. Ele surge, como alerta Mariátegui, do amálgama de forças díspares que, uma vez dadas as condições objetivas e subjetivas, unem-se para golpear o avanço da liberdade e do progresso social. Entre essas forças encontra-se, sem dúvida, a classe burguesa. Não é que ela possua especial inclinação pelo fascismo. A burguesia prefere o liberalismo econômico, a política eleitoral-parlamentar e as demais instituições da normalidade capitalista. Porém, esse comportamento não existe *in abstracto*. Depende da realidade social e histórica, bem como das conveniências da luta política. Na Itália da primeira metade do século XX, a burguesia, assustada com as chances da revolução, não apenas estimulou política e ideologicamente, mas financiou e armou as brigadas fascistas, empurrando-as a uma postura truculenta contra a esquerda e as organizações sindicais e trabalhistas. “O fascismo converteu-se, assim, em uma milícia nu-

merosa e aguerrida. Acabou por ser forte tal qual o próprio Estado. E então reclamou o poder” (MARIÁTEGUI, 2012, p. 22).

Podemos afirmar que o fascismo representa, em última instância, o aborto de um processo transformador. Ele emerge quando avanços sociais atingem certo ponto de maturação, despertando a apreensão de setores sociais que temem a perda de privilégios. Muitos desses setores podem colaborar, em um primeiro momento, com o processo transformador. No entanto, não têm interesse em levá-lo às últimas consequências. Não aceitam uma democracia verdadeiramente popular. Resolvem, então, truncar o processo democrático. Aconteceu na Itália do século XX; acontece no Brasil do século XXI.

E é neste ponto que uma advertência feita por Mariátegui décadas atrás reveste-se de enorme atualidade: “Os socialistas italianos cometeram o erro de não usar sagazes armas políticas para modificar a atitude espiritual da classe média” (2012, p. 22). Parece claro que o peruano concebe, entre essas “armas políticas”, a construção de sólidas maiorias, ainda que heterogêneas. Mas a observação ainda assim é intrigante. Que outras “armas políticas” poderiam ter sido eficazes em alterar mentalidades? A resposta a essa questão nos remete ao tema da transformação do Estado.

### **A transformação das estruturas do Estado**

Ao longo do ciclo político inaugurado no Brasil em 2002, o tema da transformação das estruturas do Estado nem sempre foi tratado de maneira consequente. Por óbvio, isso se relaciona ao caráter da força hegemônica no processo. Vivenciamos, no Brasil e na América Latina, os dilemas de um processo transformador conduzido por forças não comunistas e, muitas vezes, não revolucionárias. Nesse contexto, a temática do aparelho estatal foi frequentemente tratada sob a perspectiva de um republicanismo tolo e pueril. Como se fosse possível impulsionar profundamente a democracia e o progresso social sob



a cobertura de um Estado visceralmente devotado à manutenção da ordem burguesa.

No que respeita à transformação das estruturas do Estado, avançou-se mais em países como Venezuela, Bolívia e Equador. A Argentina levou a cabo um importante processo de reestruturação da mídia. No caso brasileiro não existiu uma reforma mais ampla do ordenamento jurídico-político. Mesmo a nomeação de juizes para os tribunais superiores parece ter sido tratada, na maioria das vezes, como tarefa rotineira. Tampouco se foi capaz de adotar programas e medidas concretas capazes de impactar o sistema de recrutamento e formação de quadros do Estado. Algumas honrosas exceções podem ser identificadas, como a diplomacia e o sistema de acesso ao ensino superior. Mas o formato tradicional de concursos públicos pouco mudou. Novos critérios, capazes de favorecer a incorporação, na máquina estatal, de quadros oriundos do povo, poucas vezes foram pensados.

Apesar disso, os governos Lula e Dilma promoveram ampla recomposição das estruturas do Estado, com investimentos e contratações. Salários foram reajustados; vagas foram abertas; concursos públicos foram convocados para os mais variados setores: auditores, policiais, juizes, professores universitários, diplomatas e demais carreiras técnicas do Estado. Mas de onde provieram os quadros contratados? Salvo raras exceções, os postos do serviço público continuaram nas mãos da pequena burguesia e das velhas oligarquias.

Evidentemente, quando impostado em tese o problema parece ter uma simplicidade que, na prática, não tem. Pois qualquer Estado — ainda mais um que não está voltado à rotina, mas à transformação social — precisa de um corpo técnico de qualidade, capaz de enfrentar desafios de dimensão maior. E é nesse ponto que se coloca o problema do nível cultural das massas populares. Obviamente, o povo brasileiro não possui o mesmo nível técnico-científico verificado nas

camadas médias e altas da sociedade. Essa situação torna problemática a incorporação dos setores populares à administração estatal.

Não é possível afirmar que esse dilema se tenha colocado de maneira inédita no Brasil do século XXI. Ele já se apresentava desde a principal experiência revolucionária do século passado. Vários artigos e informes elaborados por Lenin entre os anos de 1918 e 1923 apresentam preocupações comuns com a qualidade do material humano a serviço da construção socialista. A dificuldade colocava-se nos mais variados espaços, seja no chão de fábrica, seja nos empreendimentos agrícolas ou nos soviets. Mas era no aparato administrativo do Estado que o problema se fazia mais visível e inquietante.

Na visão de Lenin, a edificação de instituições políticas radicalmente transformadas, de uma máquina estatal capaz de levar adiante as tarefas da construção socialista, dependia estreitamente da conquista de novos patamares civilizatórios para o conjunto do povo. Não seria possível transformar o aparelho do Estado sem um vasto trabalho de organização e educação do proletariado e do campesinato. Mas esse trabalho é demorado, jamais seria realizado do dia para a noite. Cabia à nova classe dirigente a tarefa de administrar com a ajuda de homens e mulheres saídos da antiga sociedade, eivados de preconceitos e valores estranhos aos do proletariado.

Colocar os especialistas burgueses a serviço do poder socialista era uma necessidade imperiosa, mas não suficiente. Seria necessário reeducá-los e, ao mesmo tempo, recrutar e formar funcionários nas fileiras da nova classe dirigente, exatamente como, séculos antes, fizera a burguesia. “Os burgueses”, asseverava Lenin,

“Venceram sem saber governar e asseguraram a sua vitória promulgando uma nova constituição, recrutando e selecionando administradores no seio da sua própria classe e começaram a aprender, aproveitando os administradores da classe precedente, e começaram a ensinar os seus, os novos, a prepará-los para a administração, pondo



para isso em movimento todo o aparelho de Estado, sequestrando as instituições feudais, admitindo nas escolas apenas os ricos, e deste modo prepararam, durante longos anos e décadas, os administradores recrutados na sua própria classe.” (1982, p. 268)

Tratava-se, portanto, de uma tarefa de dupla face. De um lado, colocar a serviço do povo o aparelho cultural burguês, utilizar o trabalho dos especialistas burgueses, mesmo sabendo que “a maioria desses especialistas está impregnada até a medula da concepção do mundo burguesa” (LENIN, 1982, p. 101). Até por conta disso, outra face do trabalho era igualmente necessária: reeducar as camadas burocráticas, promovendo um amplo movimento de reforma intelectual da sociedade, centrado na necessidade de elevação do nível civilizatório das massas.

Podemos dizer que, no Brasil do século XXI, apenas a primeira parte da tarefa foi cumprida. Por muito tempo a liderança do novo ciclo político conseguiu reorientar o trabalho da tecnoburocracia estatal, direcionando-a a novas prioridades. Porém, as insuficiências verificadas na segunda parte da tarefa — preparar e recrutar o povo para a administração do país — levaram a retrocessos. A certa altura, às dificuldades objetivas — trazidas pela crise econômica — vieram somar-se obstáculos de caráter subjetivo, entre eles a oposição de parte significativa dos setores intermediários da sociedade, muitos deles dotados de funções de mando na máquina do Estado.

Muito foi realizado no terreno cultural e ideológico ao longo da experiência de treze anos de governos de esquerda no Brasil. Importantes programas de reforma do ensino básico e superior, além de ações no campo da democratização da cultura, foram levados a cabo. As novas gerações que hoje vão às ruas contra o governo ilegítimo de Michel Temer carregam em seus corações e mentes o espírito democrático e igualitário fomentado no Brasil dos últimos anos. No entanto, não é possível negar que importantes dimensões da batalha cultural foram subestimadas, incluindo-se aí, de maneira destacada,

os temas da democratização da comunicação social e da transformação das estruturas do Estado.

\* *Fábio Palácio de Azevedo – Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Este artigo é uma versão adaptada do trabalho “Brasil: crise política e golpe conservador — notas sobre o papel da luta ideológica”, publicado no livro Governos Lula e Dilma: O ciclo golpeado (Anita Garibaldi, 2017) e apresentado originalmente em evento científico da Academia Brasileira de Ciências Sociais (Pequim, out. 2016).*

---

## Notas

(1) Os dados apresentados nesta secção encontram-se disponíveis nas seguintes fontes:

MONIZ BANDEIRA, L.A.V. *O Brasil real — de 2002 a 2013*. Jornal GGN [on line]. 5 out. 2014. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/blog/iv-avatar/fhc-vs-lula-dilma-um-quadro-comparativo>;

Banco Central do Brasil. *Histórico das taxas de juros*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>

Banco Central do Brasil. *Indicadores econômicos consolidados*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>

Agência Nacional de Energia Elétrica. *Capacidade de geração do Brasil*. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.fcm>

(2) NERI, Marcelo (Coord.). *Miséria em queda: mensuração, monitoramento e metas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em:

[http://www.cps.fgv.br/ibrecps/queda\\_da\\_miseria/CPSdaFGV\\_IBRE\\_Mis%C3%A9riaEmQuedaFim2.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/CPSdaFGV_IBRE_Mis%C3%A9riaEmQuedaFim2.pdf)

(3) GUIMARÃES, Eduardo. *Desigualdade caiu 1,89% com FHC e 9,22% com Lula*. Disponível em: <http://www.blogdadiciadania.com.br/2013/07/desigualdade-caiu-189-com-fhc-e-918-com-lula/>

(4) MONIZ BANDEIRA, L.A.V. *O Brasil real — de 2002 a 2013*. Jornal GGN [on line]. 5 out. 2014. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/blog/iv-avatar/fhc-vs-lula-dilma-um-quadro-comparativo>;

(5) ARAÚJO, José Prata. *Geração de empregos (RAIS): 1994/2002, 5 milhões x 2003/2013, 20,4 milhões de empregos*. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=255>



- (6) IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. *Evolução do emprego com carteira de trabalho assinada 2003-2012*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Evolucao\\_emprego\\_carteira\\_trabalho\\_assinada.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf)
- (7) Elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), o Índice de Confiança (IC) mede o grau de prestígio de diversas categorias profissionais junto à sociedade brasileira. Jornalistas possuem o segundo melhor IC, atrás apenas de cientistas de instituições públicas e pouco à frente dos profissionais da área médica. Os políticos possuem o pior IC. Cf. *PERCEPÇÃO pública da ciência e tecnologia 2015 : Ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros*. Sumário executivo. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. 15 p.

---

## Bibliografia consultada

- BOITO Jr., A. "Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado". *Princípios*, nº 142, pp. 29-34, mai./jun./jul. 2016.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Volume terzo — Quaderni 12-29. Edizione critica dell'Istituto Gramsci — A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. pp. 1507-2362.
- LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. V. III. Lisboa: Avante!, 1982. 782 p.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Biología del fascismo*. Lanús Oeste: Nuestra América, 2012. 64 p.
- PCdoB. *Avançar nas mudanças: documentos e resoluções do 13º Congresso*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2014. 335 p.



## Legado e lições dos ciclos dos governos Lula e Dilma

Wendel Pinheiro \*

1) Para uma maior compreensão e análise do legado dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff e das lições que perpassam, se faz necessário uma rápida análise e compreensão da herança obtida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e de seus antecessores. Sobretudo, como as forças progressistas, a partir da vitória de Lula, nas eleições de 2002, se comportariam no intuito de promover políticas de distribuição de renda, justiça social e uma nova configuração desenvolvimentista para o Brasil, faces aos desafios do século XXI.

2) As proposições do Estado mínimo promovidas pelos neoliberais, praticadas a partir de governos como os de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher e presente no Consenso de Washington, encontrariam impulso no Brasil a partir de 1990, com o governo de Fernando Collor através do **Programa Nacional de Desestatização**, presente na Lei 8031/90 de 12 de abril de 1990.

3) Entretanto, a radicalização da política econômica neoliberal etária em vigência no decorrer da segunda metade da década de 1990 e no início da de 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso.



No decorrer de sua gestão, o mesmo Programa Nacional de Desestatização estaria revogado. Em seu lugar, entraria - em vigor a Lei 9491/97, cuja concepção, além da racionalização e da diminuição das atribuições do Estado Nacional, se daria a partir da prevalência do papel das empresas privadas em atividades essencialmente públicas na implementação prática de medidas neoliberais como “políticas de Estado”.

4) Para partidos como o PDT, o PT, o PCdoB, o PSB e o PPS no decorrer da década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, a privatização das empresas estatais era vista como medidas lesivas ao Brasil e acarretariam não apenas a perda do crescimento nacional, como também a transferência do papel estratégico das riquezas nacionais, até então gerenciadas pelo Estado, para a iniciativa privada. Tais medidas colocariam em cheque a própria soberania nacional, não apenas no uso, como também no controle de sua riqueza

5) Em outras palavras, no lugar do Estado brasileiro, a ótica neoliberal presente nos governos do PSDB preconizava a prevalência do mercado para gerir o patrimônio público em nome da rentabilidade financeira e da globalização, onde o Brasil estaria “integrado” no mercado mundial e sem levar em conta o grau de subalternidade do Brasil em relação a países como os EUA.

6) Com uma política externa dependente e baseada nos primados neoliberais, além da precarização dos direitos sociais, os efeitos deletérios do neoliberalismo estariam presentes no aumento do desemprego (em especial, entre os jovens e as mulheres), alcançando o patamar de 12,1% em 1999 e, mais tarde, com Lula herdando uma taxa de desemprego de 12,3%, em 2003. Para agravar a situação, o nível de empregabilidade encontrava o déficit de mais de 129 mil postos de trabalho em 1995, caindo o dobro no ano seguinte, com 271 mil postos de trabalho a menos e chegando ao patamar grave de déficit

em 1998, com a queda violenta de 582 mil postos de trabalho em todo o Brasil<sup>1</sup>.

7) Os efeitos do neoliberalismo na parca redistribuição de renda estavam na subvalorização do salário-mínimo, onde, em 2002, o valor correspondia ao consumo de 70% do seu valor para a aquisição da cesta básica<sup>2</sup>. Com a precarização nas relações de trabalho e com a fracassada tentativa de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apenas 28,7 milhões dos trabalhadores brasileiros possuíam empregos formais, em 2002. A taxa de pobreza alcançaria o patamar de 24,5%, em 1996, 24,2%, em 1997, e alcançaria níveis altos em 1999, com 24,6%, seguindo ainda índices elevados em 2001, com 24,7%, e, em 2002, com 24,3%. A taxa de extrema pobreza chegaria ao índice de 10,2%, em 1996, 9,8%, em 1997 e 9,9%, em 2001. De fato, Lula herdaria de FHC, em 2003, uma taxa de pobreza que chegaria aos 24,6% e um contingente expressivo de 9% dos que estavam em situação de extrema pobreza.

8) Em suma, as políticas neoliberais de FHC, além de concentrarem renda, promoverem medidas lesivas ao país e quebrarem o Brasil em três momentos (1997, 1999 e 2002), acarretaram violenta taxa de desemprego e o aumento da pauperização, da informalidade e da marginalidade<sup>3</sup>, além de prejuízos sem precedentes à economia brasileira. O aumento da dívida pública e as quedas na taxa de crescimento, atingindo índices expressivos de desemprego, faziam com que o cenário de incertezas para o país atingisse desde os setores populares, até os grandes investidores. E, entre parcelas em nada desprezíveis

1 Maiores detalhes, conferir o estudo pormenorizado de GOMES, Gerson & CRUZ, Carlos Antônio Silva da. *Vinte anos de economia brasileira (1995-2014)*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, março de 2015, em <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/04/VINTE-ANOS-DA-ECONOMIA-BRASILEIRA-1995-2014.pdf>. Acesso no dia 11 de junho de 2017.

2 Idem.

3 Vide em <http://jornalggn.com.br/blog/iv-avator/fhc-vs-lula-dilma-um-quadro-comparativo>. Acesso no dia 11 de junho de 2017.



das classes dominantes brasileiras, havia o temor sobre as possíveis medidas econômicas a ser implementadas caso sucedesse, no lugar de Fernando Henrique, um presidente do campo da esquerda.

9) Com este cenário, dificilmente a direita brasileira conseguiria eleger o seu sucessor nas eleições presidenciais de 2002, mesmo tendo como seu representante um dos seus principais quadros com longa trajetória política, José Serra, como o candidato do PSDB. A oposição ao modelo imposto pela direita brasileira estaria presente nas candidaturas de Ciro Gomes (PDT-PPS-PTB), de Luiz Inácio Lula da Silva (PT-PCdoB-PL-PCB-PMN) e, por fora, de Anthony Garotinho (PSB-PTC-PGT).

10) Face às contradições internas e as disputas intraelitistas da direita brasileira, nem todos estiveram dispostos a apoiar, no campo da direita, a chapa de José Serra (PSDB-PMDB). Com as divisões internas no interior do PMDB e as cisões no seio do PFL, parte dos liberais (como a oligarquia Sarney), dos quadros do PPB e dos peemedebistas se dispuseram a apoiar informalmente Lula no decorrer do 1º turno. No 2º turno, o

petista teria o apoio não apenas de Ciro Gomes e de Anthony Garotinho, como receberia o apoio até mesmo de Antônio Carlos Magalhães (ACM).

11) As urnas indicaram a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, de 2002, como um “não” da população brasileira a todas as medidas econômicas neoliberais promovidas pelos governos da coalizão PSDB-PFL-PMDB-PPB-PTB. Mesmo com as concessões ao mercado financeiro internacional e à burguesia nacional presentes na **Carta ao Povo Brasileiro**<sup>4</sup>, havia o entendimento de que a gestão de Lula conjugaria ações que promovessem a justiça social.

---

4 No que tange ao conteúdo da Carta ao Povo Brasileiro na íntegra, conferir em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso no dia 11 de junho de 2017.

12) Entretanto, as orientações econômicas ortodoxas tomadas inicialmente por Lula, a partir da presença de Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda, além da manutenção de parcela considerável das políticas neoliberais e das medidas de ataques aos direitos sociais, com a Reforma da Previdência contida na PEC 40/2003 que, aprovada, estaria presente na Emenda Constitucional nº 41 e faria com que o PDT questionasse duramente os rumos do primeiro governo Lula, a ponto da legenda trabalhista romper com o seu governo, em dezembro de 2003, e colocar seus posicionamentos críticos na Carta de São Paulo, em 2004, além de haver também cisões internas no interior do PT que provocaram a expulsão de quadros à esquerda como a Luciana Genro, João Batista (Babá), Heloísa Helena e João Fontes.

13) Porém, mesmo com a implementação de medidas econômicas de cunho liberal no intuito de tranquilizar o mercado, sem dúvidas o primeiro governo Lula lançaria uma série de programas sociais para combater a pobreza e promover o mínimo de dignidade aos segmentos marginalizados e vulnerabilizados do país. Conjugando práticas governamentais que ora agradavam os setores financeiros e parte considerável da burguesia nacional e brasileira, ora agradavam os setores populares com políticas inclusivas, a primeira gestão de Lula se caracterizava, na prática, em efetivar os primados de um autêntico mandato com uma gestão de cunho social-liberal. Em um processo de transição do neoliberalismo para um novo horizonte marcado por plena justiça social, as medidas híbridas de Lula, em uma espécie de um “novo” pacto social, nada mais eram que as medidas outrora conjugadas em partes consideráveis do primeiro governo nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas e, também, de Juscelino Kubitschek.

14) Após a crise política, de 2005, e a afirmação mais ousada de uma agenda nacionalista nas eleições, de 2006, contra Geraldo Alckmin (PSDB) no 2º turno, Lula passaria a ousar mais em seu segundo



mandato, com uma política de governo que chegaria, em certos momentos, a se constituir em um tímido reformismo. Em agendas minimamente socialdemocratas, o segundo governo Lula ofereceria, a partir do Estado, uma série de serviços e programas para efetivar não apenas a redistribuição de renda e o bem-estar social, bem como a ascensão socioeconômica de setores expressivos da sociedade – em especial, na formação de uma “classe média emergente”.

15) Sem dúvidas, as políticas de inclusão socioeconômica foram democratizadas para milhões de brasileiros diante de programas e de serviços promovidos pelo Estado brasileiro, além da ampliação de crédito para as classes populares, visando ampliar o consumo e promover o crescimento econômico do país. A lógica de crescimento com inclusão social tomaria vulto, principalmente, com o segundo governo Lula (2007-2010).

16) Com a distribuição de renda, valorização do salário-mínimo e a ampliação do desenvolvimento brasileiro, o Brasil passou da 13ª posição no ranking global de economias, em 2002, para atingir, no primeiro ano do governo de Dilma Rousseff (2011), a condição de 6º maior país no campo econômico. O crescimento econômico do Brasil, no primeiro governo Lula, chegaria à média de, praticamente, 3,5% no PIB, contra os 2,3% da Era FHC. Já no segundo governo Lula, o crescimento atingiria índices, em média, de 4,5%, chegando a alcançar o patamar dos 7,5% do PIB, em 2010.

17) Um dos elementos bem sucedidos para o crescimento econômico no governo Lula se deu a partir da política de valorização do salário mínimo. A partir de regras previamente estabelecidas para os cálculos dos reajustes, o aumento real calculado desde janeiro de 2003, no início do primeiro governo Lula, até janeiro de 2015, no início do segundo governo Dilma, seria de 76,75% – uma ampliação expressiva no poder de compra, a ponto de assegurar a quantidade de 2,13 cestas básicas adquiridas pelo valor do salário mínimo, em 2012, em contraponto a

apenas 1,02 cesta básica, em 1995, e 1,38, em 2003<sup>5</sup>. Tal política de valorização foi reconhecida pela ONU como elemento de combate à pobreza através do relatório *Humanidade Dividida: confrontando a desigualdade nos países em desenvolvimento*, lançado no final de janeiro de 2014<sup>6</sup>.

18) Igualmente, o combate ao desemprego e a criação de mecanismos de políticas de pleno emprego surtiriam efeito, principalmente, a partir do segundo governo Lula. As atuações do PDT no Ministério do Trabalho e Emprego, a partir das gestões de Carlos Lupi, Brizola Neto e Manoel Dias, conjugadas com as políticas social-desenvolvimentistas de Lula e do primeiro mandato de Dilma, permitiriam não apenas a queda nos índices de desemprego, bem como uma maior participação do Estado na qualificação profissional dos trabalhadores e na formação de novos postos de trabalho decorrente do crescimento econômico, porém sem recorrer a políticas de redução dos direitos sociais históricos, como pode ser constatado na famigerada “Reforma Trabalhista” defendida por amplos setores da burguesia brasileira. Mais de 20 milhões de empregos formais, nos 12 anos, foram criados e 40 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza para as classes D e C.

19) A crise mundial de 2008 trouxe mais oportunidades para o Brasil a partir de políticas de proteção aos trabalhadores, combate ao desemprego e de mecanismos ousados de redistribuição de renda, que foram conjugadas com uma política econômica desenvolvimentista. O Brasil, que contava com uma taxa de desemprego de 12,6%, em 2002<sup>7</sup>, alcançaria o patamar de 9,3%, em 2007. Mesmo com a crise de 2008, o

5 Conferir em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariuminimo2017.pdf>. Acesso no dia 13 de junho de 2017.

6 Vide em <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/na-reducao-das-desigualdades-sociais-valorizacao-do-salario-pesou-mais-que-programas-de-transferencia-de-renda/>. Acesso no dia 9 de junho de 2017.

7 Mais detalhes, ver em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa\\_de\\_desemprego\\_no\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_desemprego_no_Brasil). Acesso em 13 de junho de 2017.



Brasil alcançaria um índice de 6%, em 2011, e chegaria a marca de 4,8%, em 2014, tendo, inclusive, a menor taxa em toda a Era Lula/Dilma, com apenas 4,3%, em dezembro de 2013, e também em dezembro de 2014. Somado a isto, o baixo índice de desemprego, com o aquecimento e valorização da economia, resultou em um dado importante: a renda dos brasileiros mais pobres aumentaria 91,2% em 10 anos, entre 2001 e 2011, além da queda da pobreza acima de 55%<sup>8</sup>, em contraponto ao aumento apenas de 16,6% entre os 10% mais ricos no mesmo período.

20) Outro grande avanço, embora como uma política paliativa liberal de combate à pobreza dentro dos marcos do capitalismo, residiu na efetivação da Bolsa Família como instrumento emergencial de combate à plena miséria. De R\$ 3,2 bilhões investidos e atendendo 3,6 milhões de famílias, em 2003, o programa chegaria a atingir 13,7 milhões de famílias, com o investimento de R\$ 20,2 bilhões, o que corresponde a apenas 0,46% do PIB<sup>9</sup>. Tal programa seria tão bem sucedido que, além de constar no relatório da ONU, de 2015,<sup>10</sup>, nem o governo extralegal de Michel Temer ousou alterá-lo, a ponto de, em fevereiro de -2017, ter beneficiado - 13,5 milhões de famílias -. O fato corresponde a um contingente de quase 50 milhões de brasileiros<sup>11</sup>, inclusive servindo de apoio em meio ao aumento da proliferação do desemprego. Como um dos reflexos desta política de inclusão social, o Brasil saiu do mapa da fome, além de políticas amplamente democratizantes no campo da saúde como o Programa *Mais Médicos*.

---

8 Os dados e indicadores socioeconômicos estão no Comunicado n° 155 do IPEA: *A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*, em [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicadodoipea155\\_v5.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf). Acesso em 13 de junho de 2017.

9 Sobre os dados do Bolsa Família, vale a observação em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/10/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>. Acesso no dia 13 de junho de 2017.

10 Abordado em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505\\_legado\\_pt\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru). Acesso em 14 de junho de 2017.

11 Conferir em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/02/crise-faz-com-que-24-mil-cadastrados-voltem-ao-bolsa-familiano-rs-9721315.html>. Acesso no dia 9 de junho de 2017.

21) Um dos marcos dos governos de Lula e de Dilma está na democratização da educação brasileira, com programas para acesso e permanência nas universidades públicas e privadas, incluindo as políticas emergenciais de cotas sociais e raciais. Sem dúvidas, a era petista experimentou, desde o pós-1964, o maior advento de universidades federais, com a criação de 18 entre 2003 e 2016). O acréscimo substancial dos investimentos em educação se deu dos 4,5% do PIB, em 2004, para os 6,6%, em 2015, – bem distantes dos 12,5% investidos, por João Goulart, às vésperas do Golpe Civil-Militar de 1964 e baseados na LDB, de 1961, e no Plano Trienal de Educação. A iniciativa expressiva do governo se daria com a criação, em 2014, do Plano Nacional de Educação (PNE), cujo objetivo seria o cumprimento de 20 pontos essenciais, além dos investimentos do Estado na educação pública atingirem o patamar dos 10% do PIB – uma demanda histórica dos movimentos sociais e, em particular, de entidades estudantis como a UBES, a UNE e a ANPG.

22) A ampla política de desenvolvimento, conjugada com a qualificação profissional, os avanços científico-tecnológicos e a democratização do ensino superior, potencializaram-se - através da criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, que representaria crescentes investimentos às empresas estatais e programas de incentivo à industrialização e ao financiamento de setores privados nacionais -, com o apoio do BNDES. Somado a isso, a criação da Lei da Micro e Pequena Empresa, em dezembro de 2006, permitiu o avanço dessa faixa que, além de promover o desenvolvimento do país, é responsável por 27% do PIB do Brasil, além de garantir 54% dos empregos com carteira assinada e de representar 98,5% do total de empresas existentes no Brasil<sup>12</sup>. Estas medidas fariam com que o país se desenvolvesse a ponto de ampliar, signi-

12 Conferir maiores detalhes sobre as micro e pequenas empresas no Brasil em dezembro de 2016, em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/bep%20dezembro%202016.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2017.



ficativamente, seu PIB no segundo governo Lula e no decorrer do primeiro governo Dilma.

23) Somado ao social-desenvolvimentismo e à política de redistribuição de renda, o Brasil avançaria nos seus indicadores sociais e econômicos - no segundo governo Lula e no primeiro governo de Dilma Rousseff. Igualmente, a ousada política diplomática e comercial do Brasil na era petista, embora bastante presente, reproduziria as concepções preconizadas trabalhistas do pré-1964 com a conhecida Política Externa Independente, destacando-se, principalmente, a partir da priorização do Mercosul, da proativa participação do Brasil no bloco dos BRICS e do relacionamento dos países do eixo Sul-Sul, com destaque ao relacionamento do Brasil com os países latino-americanos, africanos e asiáticos.

24) Sem dúvidas, no auge dos governos petistas - formado em um arco de coalizão que envolvia desde setores reacionários e de centro-direita, até partidos da esquerda tradicional, como PDT, PCdoB e, durante boa parte da gestão de Lula e Dilma, o PSB) -, o projeto em vigência se baseava no ideário da democratização plena da justiça social, ainda que agendas como as reformas política, tributária, agrária e universitária sequer fossem implementadas. Em uma acomodação dos interesses dos grandes grupos da burguesia brasileira (financeira, agrária, industrial e midiática) com os do lumpesinato, da classe trabalhadora e da pequena-burguesia, principalmente a emergente, se daria o esboço do estado de bem-estar social preconizado por Lula e Dilma, na ambivalência entre os valores da socialdemocracia e do social-liberalismo no decorrer dos seus mandatos.

25) Medidas úteis no campo da política de Direitos Humanos estiveram em ação com a criação das secretarias de Igualdade Racial, Mulheres, Direitos Humanos e Juventude, além da formulação do Estatuto do Idoso, em 2003, da Lei Maria da Penha, em 2006, do Estatuto

da Igualdade Racial e do Fundo Nacional do Idoso, ambos em 2010, e do Estatuto da Juventude, em 2013. Além disso, houve a extensão dos direitos sociais aos negros e afrodescendentes com a Lei de Cotas para o acesso às universidades, em 2012, e da Lei de Cotas no serviço público federal, ocorrido em 2014.

26) Embora o governo garantisse medidas protetivas no âmbito dos direitos humanos, com destaque à ênfase nas agendas liberais no campo dos direitos civis e individuais, houve, sem dúvidas, um expressivo recuo, em vários momentos, na prática de tais políticas, principalmente em temas associados aos direitos sociais, diante da aposta da Era Petista em compor com os setores mais conservadores de sua base governista. Diante disto, os direitos sociais voltados às mulheres, negros e LGBT's nem sempre tiveram o devido apoio à altura do governo em face da acomodação de alianças -tudo para salvaguardar a governabilidade- e com o crescente crescimento do neoconservadorismo, principalmente a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff, e com a ênfase no PNDH3. Isto municiou o crescimento político-eleitoral direita cristã, a ponto do PT não conseguir obter o apoio à altura dos setores cristãos de centro ou mesmo progressistas em face da bipolarização entre a agenda liberal, adotada pelas correntes progressistas, e a conservadora, através dos segmentos sociais de direita, nas agendas de cunho comportamental e individual.

27) Paradoxalmente, houve uma excessiva ênfase nas agendas multiculturalistas e identitárias, sem levar em conta um projeto popular de nação que contemplasse todos os segmentos sociais em uma agenda minimamente democrático-popular. Tímidas foram as ações no combate à discriminação e à reparação de direitos aos índios, negros, LGBT's e mulheres vítimas de violência, embora houvesse legados positivos como a Lei Maria da Penha, de 2006, e as conferências voltadas à sociedade civil para atender, mesmo que parcialmente, as demandas da juventude, das mulheres e de LGBT's.



28) Face a este processo, e com o crescimento das políticas de direitos humanos de cunho identitário e voltadas aos grupos sociais minoritários, principalmente no decorrer das décadas de 2000 e de 2010, amplia-se, no interior dos movimentos sociais e nas organizações políticas, as temáticas da “nova esquerda” com as práticas e as concepções político-ideológicas associadas à temática da pós-modernidade.

29) Com a abdicação gradativa de temáticas voltadas às agendas populares e de cunho associado ao Estado-Nação com o olhar tradicional da esquerda popular, as novas agendas políticas, em um enfoque mais liberal e com o escopo pós-moderno, passam a fazer da quebra da metanarrativa da esquerda popular e da relativização dos conceitos históricos e ideológicos da esquerda clássica o seu *modus operandi* de fazer política – sem levar em conta o contingente expressivo de brasileiros que nem sempre concordaram com os enfoques ideológicos de fundo meramente identitário – seja pelas concepções clássicas de parcela do eleitorado tradicional de esquerda, seja pela prática e pelo exercício de credo de setores religiosos refratários a esta agenda, mas que, historicamente, sempre votou e apoiou a esquerda brasileira ou pela rejeição daqueles que, em temas comportamentais, possuíam uma clara visão conservadora.

30) O incentivo às agendas políticas fragmentadoras e à descrença de qualquer discurso baseado na unidade popular ou classista deram lugar à fala do “lugar de pertencimento”, com a prática de fracionamento das lutas, à sectarização das agendas e, em muitos momentos, às brigas fratricidas com outros setores da sociedade civil em uma falsa polarização que, em nenhum momento, ameaçou a ordem capitalista vigente e a hegemonia político-econômica mantida, de forma intacta, para os grandes grupos econômicos e midiáticos brasileiros, ainda que a esquerda assumisse a condição de grupo meramente dirigente no comando da máquina estatal, - mesmo que parcialmente em um governo de coalizão. E por estas e outras razões, os governos de Lula e de Dilma, no campo dos direitos humanos, não ousaram

fazer o enfrentamento necessário para implementar, na prática, a reforma do sistema penitenciário.

31) O PT, ao não levar em conta estas questões, permitiu, ainda que indiretamente, o surgimento e o crescimento do neoconservadorismo e da direita cristã, diante da sua insistência nas agendas multiculturais no campo dos direitos humanos, ao invés da inclusão dos setores excluídos em um projeto popular de nação. Caso construísse políticas claras de inclusão no campo dos direitos sociais e políticos, e não enfatizasse os temas comportamentais no campo liberal, não haveria o crescimento articulado da direita cristã e de setores conservadores e tais governos gozariam do apoio de amplos setores da população, do centro à esquerda, entre cristãos (católicos e evangélicos), LGBT's, amplos setores variados do feminismo, agnósticos e outras confissões religiosas.

32) Somado a isto, os governos de Lula e de Dilma não aplicaram as teses nacional-reformistas, defendidas pela esquerda do pré-1964 com as Reformas de Base, principalmente em matérias como as reformas universitária, agrária e tributária além do Pacto Federativo. Mesmo com a democratização no acesso à moradia, a partir do programa “Minha casa, minha vida”, não houve uma efetivação profunda de uma reforma urbana que atentasse para as peculiaridades e as realidades distintas das milhares de cidades em um Brasil continental e respondesse aos desafios do século XXI, agregando o desenvolvimento urbano sustentável e promovendo a qualidade de vida dos mais de 200 milhões de brasileiros. Em nome da manutenção do pacto social policlassista, o PT não ousou olhar para as grandes fortunas, através da aplicação da taxa progressiva. Também não avançou na auditoria da dívida pública, mesmo no auge da popularidade de Lula, em 2010, pois existia uma ampla base governista do Congresso Nacional concentrada em partidos aliados desde o PP, até o PCdoB.

33) No campo econômico, o Banco Central não se subordinou à altura diante das políticas desenvolvimentistas do governo e não



houve uma política clara de diminuição constante das taxas de juros, mesmo no auge da implementação das medidas desenvolvimentistas e intervencionistas com Guido Mantega. Para agravar o quadro, a guinada neoliberal no segundo governo Dilma Rousseff, a partir das medidas de Joaquim Levy, com a retração aguda dos gastos públicos, além da alta de juros e da aceleração inflacionária, gerou a perda e a deterioração da base social e política da esquerda tradicional, que estava concentrada em partidos tradicionais de esquerda, como o PT, PDT e o PCdoB.

34) Como outro fator de limitação e de equívoco dos governos da era petista, Lula e Dilma não envidaram esforços à altura para a reforma democratizadora e reguladora dos meios de comunicação, além de uma profunda reforma do Estado. Ao acreditarem em uma visão meramente republicanista, não levaram em conta as contradições de classe existentes e limitações das instituições estatais em meio ao estado democrático-burguês de direito. Não considerou que uma mera visão republicana de Estado, em um prisma meramente liberal-democrata, fortalece os setores reacionários e antinacionais presentes no interior do mesmo Estado, vide, por exemplo, a presença de um núcleo golpista de fundo burocrático-estatal utilizando-se da Operação Lava Jato como o elemento de desestabilização do governo constitucional em prol da agenda ultraliberal-dependente.

35) Com as contradições expressas no interior da base governista, ao invés de ambos os governos priorizarem a reforma política com o apoio da sociedade, os mandatos de Lula e Dilma se acomodaram *no modus operandi* da política tradicional. Assim, apenas reproduziram os processos político-eleitorais que solidificaram a plutocracia e o advento explícito e institucionalizado da cleptocracia, a partir das práticas avançadas do patrimonialismo, em alianças com os grupos mais reacionários de sua base governista, incluindo partidos como o PP, PMDB, PR e PSD ou as organizações partidárias mais ao centro, como a conjuntura como PRB e o PTB.

36) O não incentivo à reforma política fez com que determinados hábitos da “pequena política” contaminassem organizações partidárias progressistas, em maior ou menor grau, com a diminuição da organicidade dos partidos de massa e/ou de quadros e a não atuação massiva nos movimentos sociais com os seus principais quadros e lideranças absorvidas na máquina estatal. Somado a isso, com o fim da cláusula mínima de desempenho eleitoral e a ausência de combate aos partidos nanicos, proliferou o surgimento e/ou a criação e o crescimento de partidos de aluguel, além dos partidos fisiológicos existentes e o aumento do protagonismo do baixo clero nas decisões políticas do país. As práticas antirrepublicanas promoveram, por sua vez, o aumento da abstenção deliberada dos eleitores a cada eleição, promovendo a crise de representatividade, principalmente a partir do descompasso entre os princípios programáticos e propostas ideológicas de campanha e a prática dos que venceram o processo eleitoral, o que promoveu ações governamentais aquém ou na contramão de suas propostas.

37) Diante da vitória eleitoral nas eleições presidenciais de 2002 e os avanços social-desenvolvimentistas, os movimentos sociais, visando evitar o excessivo proativismo da sociedade civil ocorrida no pré-1964 para preservar as conquistas do pós-2003, paradoxalmente estiveram estáticos e em recuo nos governos de Lula e Dilma, desconsiderando o maior protagonismo que tinham até a Era FHC. Na tática de “acumulação de forças” para angariar mais apoios no tecido social, esses grupos e os partidos de esquerda postergaram as lutas pelas agendas fundamentais e se acomodaram nos espaços de atuação institucional na condição de partícipes dos governos de Lula e de Dilma. A oposição de esquerda, residual e com presença diminuta em partidos como o PSTU, PCB e PCO, não encontrou eco social à altura para fazer valer as suas demandas.

38) Logo, sem a combatividade e a organicidade, além da falência organizativa dos mesmos em tempos de sociedade pós-industrial e pós-moderna e da perda da base social no segundo governo Dilma,



tais movimentos pouco puderam fazer para a resistência ao golpe parlamentar-judiciário de 2016 sobre Dilma Rousseff.

39) Quando o segundo governo Dilma optou para si a agenda do grande capital – com políticas de austeridade e redução de políticas sociais em prol dos grupos privados, em detrimento do avanço de uma política desenvolvimentista-distributivista, ela consolidou a perda do apoio de amplos setores populares e progressistas, que já estavam na defensiva desde 2013. Isto resultou na perda aguda da popularidade de Dilma, incentivada pelos grandes conglomerados de comunicação e com a ofensiva da direita, atuante em mobilizações massivas com grupamentos da sociedade civil, como o MBL, o Vem Pra Rua e os Revoltados On Line, que foram iniciados a partir das jornadas de junho de 2013, em meio à Copa das Confederações, e com o advento de uma neodireita ativista, militante e orgânica. Aliás, uma neodireita com movimentos financiados, em grande parte, pelos partidos de oposição à Dilma na transição do seu primeiro ao último mandato, como o PSDB, PMDB, DEM e SDD<sup>13</sup>, bem como por grandes grupos econômicos. Unidos, profascistas, conservadores e liberais se mobilizaram no intuito de derrubar o governo de Dilma, ratificando a inconformidade perante a derrota da direita nas eleições de 2014.

40) Neste sentido, um dos grandes erros da política de alianças policlassistas do governo Lula e Dilma se baseou em fiar, excessivamente, a construção de alianças com a classe dominante e setores antidemocráticos e cleptocrata-fisiológicos em detrimento dos aliados históricos de esquerda e das bases populares. O divórcio entre as suas bases eleitorais históricas e as práticas de governo resultou no crescente isolamento de Dilma Rousseff.

41) Somado com a crescente conspiração dos setores da direita brasileira, o processo atingiu o seguinte patamar: quanto maior a po-

---

13 Como está em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em 14 de junho de 2017.

lítica econômica neoliberal promovida por Dilma, de cunho recessivo, maior foi a erosão de popularidade de Dilma. Simultaneamente, a crescente investida dos setores reacionários, com o apoio da grande mídia e de setores do aparelho burocrático-estatal à serviço da direita brasileira e dos interesses do imperialismo estadunidense através da Operação Lava Jato, criou o clima político para a desestabilização política e o golpe parlamentar-judiciário contra o governo constitucional de Dilma Rousseff a partir das supostas “pedaladas fiscais” não comprovadas posteriormente e associadas ao uso posterior das práticas de pedaladas por Michel Temer com o apoio do Congresso Nacional.

42) Quanto maior a democracia, com o diálogo direto com as massas, maior legitimidade o governo terá para avançar em suas reformas visando uma sociedade mais justa. Não há como fazer concessões diante de um projeto popular escolhido através do voto. A soberania popular precisa ser valorizada nos atos diários do governo em prol do seu projeto programático. E, sobretudo, a necessidade de diálogo com os setores legalistas e de centro na construção do ideário de justiça social, de democracia e de respeito aos Direitos Humanos.

*\* Wendel Pinheiro – Historiador, com especialidade em História Social e História Política pela UFRJ; membro do Diretório Nacional do PDT e da Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini. Autor das obras “A História do Movimento Progressista Brasileiro”, “A História de uma Juventude Trabalhista, Popular e Socialista” em coautoria com Everton Gomes e, no prelo, “A gente quer viver felicidade”*





## MESA 2

# A realidade do Brasil pós-golpe





## A realidade do Brasil pós-golpe

Gustavo Codas \*

### **Apresentação**

Este texto possui duas partes. Na primeira, esboçamos uma visão de conjunto da etapa política aberta com o golpe de Estado de 2016. Na seguinte, sistematizamos algumas das principais dimensões da realidade socioeconômica e política que as forças golpistas impuseram ao país na nova conjuntura.

### **2016: Uma nova conjuntura**

1. A derrubada do governo da presidenta Dilma foi um ponto de inflexão na trajetória histórica recente do país, com fortes repercussões internacionais.

Nos anos 1990, a estratégia de imposição de um mundo unipolar colocou a América Latina – o Brasil incluído – como coadjuvante dos EUA, a superpotência vitoriosa da Guerra Fria. Na década seguinte cada vez mais outros dois polos – China e Rússia – foram disputando a reorganização da ordem mundial.



Fizeram parte da iniciativa do governo Lula, aliado a outros presidentes progressistas que foram eleitos no mesmo período, a renovação e ampliação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e, indo além da região, do IBAS (Brasil com a Índia e África do Sul) e do BRICS (que além dos anteriores inclui China e Rússia). E não podemos nos esquecer que, ao mesmo tempo, foram os governos do Mercosul junto com a Venezuela que lideraram o rechaço à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) na Cúpula das Américas em novembro de 2005. Ou seja, o Brasil e a América do Sul ingressaram no jogo da disputa por uma nova geometria do poder mundial. O golpe de Estado teve entre seus objetivos relegar ao Brasil (e arrastar novamente a região) à condição de “pátio dos fundos” dos EUA.

Os governos Lula e Dilma impulsionaram a diversificação de relações comerciais e econômicas, com ênfase na América Latina e no Sul Global. O Estado brasileiro incentivou o comércio e os investimentos do Brasil com os países da região latino-americana. Os chanceleres do governo golpista têm se empenhado em colocar o país no papel de “apêndice” de cadeias de valor globais controladas pelas multinacionais do Norte.

2. Na preparação e realização do *impeachment* no Congresso houve um amplo processo de reagrupamento de forças conservadoras, depois de anos em que setores do centro e centro-direita orbitaram em torno dos governos do PT. Esse novo bloco de direita se constituiu sob a liderança do PSDB e de setores empresariais (FIESP e bancos), e tem como sócios principais na empreitada o PMDB (que fez parte da base dos governos do PT) e o DEM (que esteve sempre na oposição junto ao PSDB).

3. O golpe foi dado para aplicar um programa, que implica um novo ciclo de enfraquecimento do Estado e da democracia brasileiros

frente aos capitais (“o mercado”). O golpe teve como objetivo reverter o caráter desenvolvimentista do Estado brasileiro impulsionado pelos governos do PT com suas políticas públicas e seus órgãos (empresas públicas, bancos públicos etc.).

4. Esse programa é uma regressão em relação ao que foi conquistado nos anos dos governos progressistas (2003-2016) e na Constituição Federal de 1988, inclusive recuando a um período anterior a 1943, ano da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Repete o mantra dos anos 1990: “os direitos sociais não cabem no orçamento do Estado (e no PIB)”, os salários e os direitos trabalhistas devem ficar subordinados à satisfação prioritária das taxas de lucro dos negócios privados.

5. Há na receita uma forte intervenção estatal, mas para garantir níveis altos de remuneração dos capitais (via altas taxa de juros da dívida pública e redução de “custos” trabalhistas etc.).

6. O golpe pôde ser dado porque houve uma intensa articulação entre o Poder Judicial, o Ministério Público, a Polícia Federal e os meios de comunicação empresariais para tentar exterminar politicamente o PT e as forças de esquerda, com o pretexto de combate à corrupção. A prisão de Lula e a proscricção do PT compunham o capítulo final da empreitada.

7. Desde 2006 o PT vinha sofrendo uma campanha de desgaste junto à opinião pública pelas acusações de corrupção e pelas condenações de dirigentes partidários. Em 2014-2015, já com o intuito de impedir a presidenta reeleita Dilma Rousseff de governar, essa campanha chegou ao paroxismo com as denúncias iniciadas em relação à corrupção na Petrobras. Ao longo desses dez anos não houve uma resposta à altura a essas campanhas.

Ao mesmo tempo, Aécio Neves, em nome do PSDB, entrava com ações legais visando a: (i) auditar o resultado eleitoral para anu-



lar sua derrota, depois (ii) impedir a posse da presidenta reeleita e, ao não conseguir isso, ingressou com uma ação para (iii) cassar a chapa eleita e, finalmente, (iv) impulsionou o *impeachment* com qualquer pretexto.

A eleição do Eduardo Cunha para presidente da Câmara mostrou uma rearticulação da direita a partir do PMDB, que em breve iria se encontrar com as iniciativas do PSDB.

Desde 2012-2013 em amplos setores empresariais se iniciou uma tendência a reduzir investimentos para pressionar a mudança da política econômica do governo Dilma (acusada de intervencionista, antimercado etc.).

Membros-chave do Judiciário federal, MPF e PF, as famílias donas dos grupos oligopólicos da comunicação de massas, os partidos conservadores e as principais organizações empresariais se articularam com o intuito de encerrar o ciclo do PT no governo federal.

Há, além disso, uma dimensão internacional da conspiração que ainda falta desvendar por completo. Dela já se conhece a intervenção nos telefones de pessoas-chave do governo Dilma, a presidenta incluída, pela agência de espionagem estadunidense (NSA, na sigla em inglês) e a participação de funcionários do Estado norte-americano no assessoramento e orientação aos promotores e ao juiz da Operação Lava Jato.

8. A estratégia econômica do primeiro governo Dilma enfrentou cada vez mais problemas macroeconômicos entre 2012 e 2014, na tentativa de combinar aumento da atividade econômica, resguardar direitos sociais, salários reais e o emprego. Havia um importante legado de conquistas sociais para a maioria da população graças às políticas dos governos Lula e Dilma. Mas em meados de 2013 crescia também um mal-estar difuso na sociedade que explodiu a partir de um conflito social acerca do preço da passagem do transporte urbano.

Mesmo assim em outubro de 2014 a maioria votou pela preservação daquele legado.

A decisão no final de 2014 de indicar para ministro da Fazenda Joaquim Levy, que aplicou um duro ajuste recessivo com a promessa de que isto seria algo rápido, mergulhou o país em uma espiral de queda da atividade econômica, aumento do desemprego, diminuição da arrecadação tributária, piora do quadro fiscal, postulando a “necessidade” de mais ajustes... Seu efeito político sobre a opinião pública, que tinha apoiado a reeleição justamente para evitar esse re-cenário do candidato Aécio – e que fora denunciado na campanha eleitoral do PT –, foi devastador sobre os índices de aprovação da presidenta Dilma e seu governo.

9. Houve um “cercos” político ao governo. Este se fechou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de impedir Lula de assumir um ministério no governo da presidenta Dilma, sob a pressão feita pela Rede Globo publicamente utilizando gravações ilegais vazadas pelo juiz federal Sérgio Moro.

Finalmente o golpe permitiu que o vice-presidente assumisse o governo, o qual estava comprometido com um programa que aprofundou o ajuste recessivo, combinando este com o total desmonte da estratégia desenvolvimentista. O que as urnas tinham rejeitado em quatro oportunidades voltava com uma potente rearticulação conservadora no Congresso, na mídia e no mundo corporativo.

10. A exigência das forças progressistas para que a crise se resolvesse com a convocatória de *Eleições Diretas Já!* foi a única resposta democrática possível frente à usurpação que o atual bloco governante impulsiona – seja com Temer, seja com Rodrigo Maia, seja com outro eleito pela via indireta do Congresso. É fundamental que seja o povo quem decida o rumo do país.

Os péssimos resultados econômicos obtidos após o golpe e as



desastrosas consequências sociais do seu receituário têm desgastado por completo o governo junto à opinião pública majoritária. E, apesar de desmoralizado pelo enorme número de parlamentares denunciados em casos de corrupção, o Congresso Nacional, sob a direção do novo bloco conservador, corre para aprovar as reformas reacionárias que o povo não aceitaria em um debate aberto e democrático.

Há um processo de reagrupamento das forças progressistas na resistência e na denúncia. As pesquisas de opinião mostram uma recuperação de potencial de disputa hegemônica dessas forças.

A estratégia de utilizar as denúncias de corrupção para destruir o PT e derrubar seu governo acabou atingindo o núcleo do novo bloco conservador, fulminando as figuras de Temer e Aécio e de vários de seus mais próximos aliados. Esse resultado indesejado dos golpistas foi consequência da demora que tiveram em “estancar a sangria”. Cresceram a antipolítica e também a figura extremista da direita.

Entretanto, as contradições entre as promessas do golpe e suas realizações também lançaram importantes segmentos da população ao terreno da dúvida em que podem ser atraídos pelas propostas progressistas.

No centro da tática das forças reacionárias trata-se agora de impedir, pela condenação judicial, a candidatura do Lula para 2018, cuja liderança, para além do que já mostram as pesquisas, pode ser testada na Caravana ocorrida em agosto de 2017 pelos estados do Nordeste. E ao mesmo tempo buscam avançar na agenda reacionária do parlamento e do governo federal de desmonte do Estado social e desenvolvimentista. Atacam os direitos trabalhistas e previdenciários, desmancham as políticas públicas que atendiam aos setores sociais urbanos e rurais mais vulneráveis e entregam aos capitais privados os espaços econômicos recuperados ou criados pelo Estado sob os governos do PT.

A potente greve geral de abril barrou a reforma previdenciária. Mas não teve sequência à altura do desafio para impedir a reforma trabalhista em junho. Há lutas importantes, mas não se conseguiu construir um ascenso das lutas de massas. O jogo ainda não está decidido. A tática das forças populares precisa combinar hoje resistência política institucional e luta social nas ruas para bloquear a agenda reacionária, o reagrupamento frentista de forças e o fortalecimento de uma perspectiva progressista para as futuras disputas eleitorais.

### **Aspectos da realidade pós-golpe (1)**

11. A economia política dos governos Lula e Dilma organizou uma nova relação entre Estado e mercado. A arquitetura estatal baseada no fortalecimento dos investimentos e fundos públicos e no robustecimento das empresas estatais foi um dos principais objetos de ataque do golpe de 2016. O governo Temer iniciou uma regressão liberal-conservadora resgatando uma agenda neoliberal que, se, por um lado, impõe o Estado mínimo para os direitos sociais e trabalhistas, por outro, promove o Estado máximo para os interesses do rentismo e do patrimonialismo. Isso significou um giro nos planos de gestão e de negócios de algumas das principais empresas estatais do país, a fim de enfatizar o desmonte e a reversão do ativismo estatal. Evidentemente, todas as medidas de um governo golpista dessa natureza, de uma forma ou de outra, incidem contra a autonomia do Estado e contra a soberania da sociedade. A decomposição da ossatura do Estado opera como uma espécie de pressuposto para o enfraquecimento da musculatura das políticas econômicas e sociais por meio das quais se realiza o assalto à Constituição e aos direitos de cidadania.

12. O governo Temer visa à desestruturação das políticas e dos programas sociais idealizados e implementados nos governos Lula e Dilma. Para tanto, projetos de lei e de emenda constitucional tramitam, ou já foram aprovados, visando por limite ao crescimento do gasto primário em áreas sociais, à flexibilização ou eliminação das leis



protetivas do trabalho e à reforma da Previdência. Há ainda outra dimensão menos debatida: está em curso uma desarticulação total entre as políticas sociais de forma que estas percam eficácia, para além dos recortes orçamentários. Esses ataques acontecem em momentos de crise econômica quando é mais evidente a necessidade de um Estado capaz de garantir proteção social e geração de oportunidades, a fim de garantir a sobrevivência da população.

Diversos indicadores mostram a profundidade e a amplitude do ataque à classe trabalhadora: (i) para o primeiro trimestre de 2017, a taxa de desocupação no país foi de 13,7% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC), computada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desemprego continua em trajetória de crescimento desde o início de 2015; (ii) depois de uma contínua diminuição desde 2000, voltou a crescer em números absolutos e relativos o contingente de crianças e adolescentes trabalhando; (iii) o mercado informal de trabalho voltou a crescer, com todas as repercussões negativas sobre a seguridade social; (iv) o novo modelo, quando não implica desemprego puro e simples, se traduz em um aumento do “precariado”, um trabalho de pior qualidade e menores ingressos.

13. A condução da política econômica pós-golpe representa o aprofundamento e a consolidação da orientação neoliberal como estratégia econômica. Foi no final de novembro de 2014 que Dilma, após ter vencido a eleição com um discurso de aumento de investimentos sociais e produtivos, sucumbiu às pressões políticas e decidiu nomear Joaquim Levy como ministro da Fazenda. Desde então, a ideologia neoliberal implantou seu “projeto de país” na política econômica, promovendo ajustes recessivos, cortes em gastos sociais e investimentos, aumento de juros, liberalização dos preços e contenção do crédito. O resultado de uma política contracionista aplicada a uma economia estagnada não podia ser diferente: recessão e, após longa persistência na aplicação do “amargo remédio” ortodoxo, depressão econômica.

O governo Michel Temer, encampando o projeto *Uma Ponte para o futuro*, convocou dois economistas oriundos do mercado financeiro para comandar a estratégia econômica: Henrique Meirelles no ministério da Fazenda, e Ilan Goldfajn na presidência do Banco Central. Já em suas primeiras declarações, a dupla econômica de Temer deixou claro qual seria sua estratégia: aprofundamento da agenda neoliberal em todos os aspectos, para além da política econômica.

O governo Temer esperava, assim como o ex-ministro Joaquim Levy, que o anúncio de uma agenda neoliberal “puro sangue” fosse capaz de reanimar os empresários e reativar os investimentos produtivos ainda em 2016. Apesar de uma euforia inicial com o novo governo (em grande medida vendido pela imprensa como o início de uma nova fase de crescimento do país), a recessão se aprofundou e, nos meses finais de 2016, as expectativas e a confiança voltaram a cair, como reflexo da realidade recessiva que o país atravessava.

### INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS

	ABRIL DE 2017		
	Sobre Março	Sobre Abril/2016	Acum. no ano
Comércio Varejista (volume)	1,0%	1,9%	-1,6%
Comércio Varejista Ampliado	1,5%	-0,4%	-1,8%
Serviços (volume)	1,0%	-5,6%	-4,9%
<i>Prestados às Famílias</i>	0,0%	-3,5%	-4,3%
<i>Informação e Comunicação</i>	-0,2%	-2,2%	-1,0%
<i>Profissionais e Administrativos</i>	0,0%	-11,4%	-9,9%
<i>Transporte e Armazenagem</i>	1,0%	-1,5%	-2,8%
<i>Atividades Turísticas</i>	-2,0%	-6,4%	-7,1%
Indústria (produção física)	0,6%	-4,5%	-0,7%
<i>Bens de Capital</i>	1,5%	-5,5%	1,9%
<i>Bens de Intermediários</i>	2,1%	-3,0%	-1,0%
<i>Bens de Consumo</i>	-0,4%	-7,9%	-6,5%

Fonte: IBGE (PMC; PMS; PIM)

Em abril de 2017 a economia mostrava ainda a seguinte situação (ver quadro): Embora no mês de abril seja possível observar os crescimentos no Comércio Varejista (+1%), no volume de Serviços



(+1%) e na Produção Industrial (+0,6%), na sua grande maioria estes não foram suficientes para reverter as quedas acumuladas ao longo do ano – apenas a produção de Bens de Capital apresenta uma variação positiva de 1,9% neste período, em grande medida associada à demanda do setor agrícola. Além disso, quando se comparam os dados de abril de 2017 com o mesmo mês do ano anterior, percebe-se que, com exceção do Comércio Varejista, em todos os demais ainda são registradas reduções importantes, o que indica que, apesar das referidas oscilações positivas no comparativo mensal, os motores da economia brasileira ainda estão rodando em um ritmo inferior ao que era verificado em abril de 2016, último mês de governo Dilma.

Olhando os números em detalhes, deve-se assinalar também que os segmentos que mostraram algum poder de reação no mês de abril são em geral associados à demanda de setores de atividade voltados para a exportação. É o caso, por exemplo, da expansão registrada nas atividades de Transporte e Armazenagem (+1%), diretamente beneficiadas pelo fluxo do comércio exterior. O mesmo ocorre com o crescimento da produção de Bens de Capital (+1,6%), o qual, segundo o informativo da PIM1, avança principalmente nos segmentos que produzem máquinas e equipamentos para produção agrícola e também para o setor automotivo. A respeito da evolução esperada para a Produção Industrial até o fim de 2017, cabe mencionar que a mediana das estimativas informada em 19 de junho pelo boletim *Focus* do Banco Central caiu de +1,3% para 0,6% em apenas trinta dias, o que revela também que o próprio mercado não parece mais apontar para a recuperação anunciada ao final do primeiro trimestre.

A fragilização política do governo Temer em decorrência das seguidas denúncias de corrupção de seus principais membros, inclusive o próprio presidente, e a persistência da recessão econômica, uma vez que não há indicadores de recuperação consistente no curto prazo, incidiram para o aumento da rejeição ao governo e do presidente golpista e em crescentes dificuldades de articulação do projeto

neoliberal, hoje já questionado pela população como alternativa para o futuro do país.

14. Um dos legados dos governos Lula e Dilma foi o impulso inédito que a combinação de políticas econômicas e sociais desenvolvimentistas deram às regiões até então periféricas e mais atrasadas do capitalismo brasileiro. Assim como os segmentos mais pobres na pirâmide social viram melhorar sua condição social em percentuais maiores em relação à dos estratos superiores, também regiões até então deprimidas ou secundarizadas da geografia econômica do país tiveram impulso ainda maior em relação ao crescimento médio do país. O impacto do golpe sobre a estratégia desenvolvimentista é também uma reversão desse quadro e uma volta ao Brasil das exclusões regionais, para além das exclusões sociais.

15. Se a política exterior dos governos do PT foi “ativa e ativa”, como definida pelo ex-chanceler Celso Amorim, a implementada pelo governo golpista se equipara à dos mais vergonhosos capítulos da República. O golpe de 1964 abriu espaços para que o Brasil participasse em 1965 da invasão à República Dominicana a mando dos EUA, com o intuito de impedir a vitória das forças progressistas que apoiavam o presidente Juan Bosch. Por seu turno, o golpe de 2016 colocou o chanceler brasileiro José Serra à frente da operação que visava à expulsão da Venezuela do Mercado Comum do Sul (Mercosul), dentro da estratégia dos EUA de isolamento e desestabilização para derrubar o presidente Nicolás Maduro.

É conhecida a aversão dos três candidatos tucanos derrotados nas últimas quatro eleições às políticas de integração regional da América do Sul e da América Latina lideradas pelos governos do PT. O impulso da estratégia de integração “do sul” volta a ser substituída pela centralidade, nos temas políticos, do “sistema interamericano”, o que significa aceitar a interferência dos EUA nos países da região através da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, nos temas comerciais,



a busca para assinar tratados de livre comércio bilaterais (superando a cláusula do Mercosul que obriga a negociações em bloco).

No plano político, a recente votação na OEA que obteve 20 votos favoráveis à condenação do governo venezuelano, mostrou, por um lado, um fracasso, já que mesmo com toda a pressão dos EUA e de seus aliados, como o governo Temer, os partidários da condenação não obtiveram os necessários 23 votos. Mas, por outro lado, nos faz pensar em até que grau avançou a rearticulação conservadora no hemisfério.

Nas negociações comerciais as perspectivas não poderiam ser mais nebulosas. O neoliberalismo tucano de Itamaraty – primeiro com José Serra, depois com Aloysio Nunes – chega em um mau momento nos cenários internacional e regional. O governo de Donald Trump nos EUA ensaia novas estratégias comerciais protecionistas, começando com os países do continente americano. A Europa, ainda sem sair de sua longa estagnação e crise política, aumenta suas exigências sobre possíveis parceiros para novos tratados. Mesmo o neoliberal presidente argentino Mauricio Macri, que pretende ser campeão do livre comércio, em uma de suas primeiras iniciativas junto ao Brasil, preocupado com a crise de seu setor manufatureiro, solicitou renovação, até final da década, do acordo negociado por Lula e Kirchner em meados da década de 2000 que administra o comércio intraregional de bens industriais entre os dois países e que impulsionou a reindustrialização da Argentina. No atual contexto internacional e hemisférico, uma boa estratégia comercial deveria ter um alicerce fundamental na integração regional, mas essa via foi cancelada pelo golpe de 2016.

*\* Gustavo Codas, paraguaio, é economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Ao longo de sua trajetória profissional atuou como Assessor da Secretaria de Política Sindical da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores, CUT, assessor da Secretaria de Relações Internacionais da Executiva Nacional da CUT, diretor geral da Itaipu Binacional (pelo lado paraguaio) e Ministro-assessor de Relações Internacionais da*

*Presidência da República do Paraguai – ambos durante a gestão do presidente Fernando Lugo (2008-2012).*

---

## Nota

- (1) Esta parte do texto está elaborada a partir de extratos do livro *Brasil 2016: recessão e golpe* (FPA, 2017) e de diversos números do *Boletim Mensal de Conjuntura* da FPA (ano 2017).





## A realidade do Brasil pós-golpe

Haroldo Lima \*

### 1) Um golpe para implantar um Programa derrotado

O golpe parlamentar-judicial-midiático de 2016, que tirou Dilma Rousseff da presidência da República e nela empossou Michel Temer, foi perpetrado para mudar a política de desenvolvimento em curso no país. O presidente golpista assumiu com o objetivo de suspender a aplicação do Programa que venceu as eleições de 2014 e passar a executar, sem delongas e sem constrangimento, o Programa derrotado.

As elites brasileiras e seus apoiadores externos consideraram hostil a política de desenvolvimento em vigor desde o primeiro mandato de Lula, em 2003, a qual, já tendo durado de 12 a 13 anos, ameaçava ficar mais outros tantos.

Na história do Brasil, este sempre foi um problema crucial: que tipo de desenvolvimento será praticado, beneficiando a quem. Há uma longa história neste sentido.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por um período de elevado crescimento econômico e o Brasil foi dos países que mais cresceram.



Nos primeiros 15 anos após o conflito, a média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de 6,3%, superior à de todos os países do Ocidente, à exceção da Alemanha, que foi de 10,5%; superior à de todos os países do Oriente, à exceção do Japão, que foi de 9,1%; e à de duas economias pequenas na época, Taiwan, que cresceu a 7,6%, e Coreia do Sul, que avançou a 6,5%; superior à de todos os países da América, sem exceção.

Entre 1963 e 1967, o crescimento do Brasil caiu, mas ficou 3,4 %, maior que o da maioria dos países. Nos seis anos seguintes, de 1968 a 1973, seus índices de crescimento saltaram a uma média espetacular, acima dos 10% – e foi chamado de “milagre brasileiro”. Alcançou 12% em 1972 e cravou estupendos 14% em 1973.

Em contraposição, índices de saúde, educação, expectativa de vida, salário, emprego etc. pouco cresceram nesses períodos. O Censo de 1970 concluíra que “a distribuição de renda tinha piorado no Brasil”. Em reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no Chile, em abril de 1972, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, criticou o Brasil exatamente por essa razão. E em 1974, logo após o “milagre”, o general-presidente Médici verbalizou: “a economia vai bem, mas o povo vai mal.”.

O ciclo iniciado em 2003, com Lula na presidência, mudou o tipo de desenvolvimento até então em curso no Brasil. Tratou-se de construir um modelo de desenvolvimento soberano, no qual o crescimento estivesse imbricado com a ascensão dos setores mais pobres de nossa população. Seria, como foi, um desenvolvimento com inclusão social.

Essa mudança de enfoque foi anunciada por Lula em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em 2003, quando denunciou “ameaças à soberania nacional” e sua decisão de pôr “fim à fome”.

Entretanto, a meta de acabar com a fome e promover uma ascensão social significativa só poderia ser atingida e ser duradoura se fosse parte de uma política geral que desenvolvesse nosso país como um todo e que o encaminhasse a formas superiores de organização. O PCdoB tem chamado uma política deste tipo de Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND).

O termo “novo” indica que não se trata de mais um projeto de desenvolvimento como diversos já havidos na história brasileira, mas de um projeto com características diferentes, que encaminhe a Nação brasileira a patamares novos, no rumo de uma sociedade socialista.

Este Projeto deveria:

1) corrigir os erros provenientes do neoliberalismo anterior; resgatar a soberania do país, centralizando no Estado nacional as decisões de políticas externa e interna;

2) radicalizar na efetivação de metas de desenvolvimento capitalista, não realizadas até agora em nosso país por conta do atraso predominante de:

a- liquidação dos restos escravistas com políticas de integração da população negra; garantia de meios de sobrevivência e integração gradativa da população indígena originária em nossa terra, a reforma agrária; a reestruturação da indústria brasileira, em modernos padrões, com tecnologias digitais, conectividade de pessoas, lugares e coisas, investimentos em pesquisa e inovação, e em bens de capital, petróleo e gás, química e petroquímica, construção civil, agronegócio e serviços; 3) implantar medidas de sentido socializante, principalmente que envolvam grandes meios de produção ou grandes recursos, criando estatais estratégicas, re-estatizando algumas empresas privatizadas, fomentando as Parcerias Público-Privadas (PPP), promovendo modernos contratos de concessão, constituindo órgãos de planejamento, nacional ou regional, fortalecendo a regulação no país



e articulando o Brasil com o novo centro geopolítico do mundo, que surge no Oriente, com a China. Ao mesmo tempo, medidas seriam tomadas: 1) com o objetivo de elevar a consciência política da população, educando-a na ideia de que sua libertação será consequência de uma construção nacional, processo que fere interesses poderosos, e por isso demandará persistência na luta; 2) para combater as causas da corrupção, com uma reforma política que proíba o financiamento empresarial das eleições e com providências que tornem mais ágil, transparente e menos burocrático o acesso a recursos e serviços públicos, extirpando os obstáculos que dão base às propinas.

O Programa executado nos governos Lula e Dilma, de uma maneira geral, tinha convergência com a linha básica do Projeto acima referido, embora não contemplasse diversos de seus aspectos e fizesse concessões importantes ao capital financeiro.

Mas, o que é decisivo é que esse Programa, empunhado por uma frente de partidos de esquerda capitaneada pelo PT e com a participação inclusive do PCdoB, submeteu-se ao crivo do voto popular em quatro eleições presidenciais consecutivas – 2002, 2006, 2010 e 2014 –, e ganhou todas as quatro.

Por isso, quando elites locais e grupos estrangeiros resolveram sustar a aplicação do Programa vitorioso em quatro eleições consecutivas e pôr em seu lugar o Programa derrotado, só lhes restava um caminho, o golpe. Circunstâncias outras também alimentavam o desejo de alterar a situação brasileira.

No mundo, potências imperialistas manobravam para conter polos emergentes de poder e países capazes de se desenvolverem com independência, como o Brasil.

Na América do Sul, o Brasil tinha um papel progressista proeminente. A região que já foi considerada “quintal dos Estados Unidos”, agora era celeiro de governos independentes, onde, desde a eleição

de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, em menos de duas décadas, doze países tiveram governos populares: Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Nicarágua, Equador, Paraguai, Honduras, El Salvador e Cuba. Todos com governos refratários ao mando dos Estados Unidos, e todos apoiados pelo Brasil.

Houve ainda a descoberta do pé-sal, potencial-base para a transformação do Brasil em uma potência regional, que já motivara a reativação da 4ª Frota norte-americana para fiscalizar o Atlântico Sul e onde o Brasil tomou medidas legislativas de controle que barravam apetites vorazes imperiais.

Por tudo isso, como aconteceu com o golpe de 1964, o golpe de 2016 foi urdido com indubitável apoio externo – ainda por se esclarecer completamente.

Decidido o golpe, para sua efetivação forças do Parlamento, do Judiciário e do Ministério Público, com apoio do sistema financeiro e do empresariado, especialmente da FIESP, contando com excepcional protagonismo da grande mídia, articularam-se na surdina, para buscar dois objetivos: mobilizar uma base social reacionária e intransigente com um discurso golpista, e derrubar “legalmente” o governo eleito, através de um *impeachment* forjado. E assim as coisas foram feitas.

## 2) Surge o espectro de um governo ilegítimo

Assumindo o governo, Michel Temer passou a cumprir de imediato a função que lhe foi dada: liquidar com o Programa apoiado pelas urnas e inaugurar outro ciclo, conservador, retrógrado, executando o Programa que o povo rejeitou nas eleições de 2014. A primeira mudança aconteceu no visual.

Substituindo um governo dirigido por uma mulher e com cerca de 15 mulheres no primeiro escalão, Michel Temer indicou um Ministério sem uma mulher, sem um negro, sem uma pessoa de extração



popular, sem ninguém ligado aos movimentos sociais. Mais ainda, com cerca de 15 ministros investigados ou citados em processos criminais por conduta suspeita, ou envolvidos em corrupção, dentre os quais, alguns, dos mais importantes, agora estão presos.

Setores bem-intencionados, que apoiaram o *impeachment*, começaram a perceber o que tinha acontecido: tiraram uma presidenta, que naquela altura não fazia um bom governo, mas que fora eleita, era bem-intencionada e não estava envolvida em corrupção e, em seu lugar, puseram uma quadrilha de “procurados pela Justiça”. O objetivo era claro: promover uma desconstrução nacional, fazendo o jogo sujo contra o povo, desfigurando a Constituição de 1988, rompendo o pacto político, econômico e social que ela engendrara, alijando do poder as forças progressistas, e começar um ciclo conservador, ultraliberal e neocolonial no governo do país.

As mudanças começaram, uma de imediato: acabou-se o consenso sobre a legitimidade do governo central e ressurgiu no país a figura do “governo ilegítimo”, “golpista”. A palavra de ordem “Fora, Temer” passou a ser verbalizada pelo povo em geral.

Com frequência, ministros e gente da intimidade do governo continuaram a ser flagrados em episódios de corrupção, ou citados em delações. E revelaram-se gravações entre o próprio Temer e um empresário trapaceiro, falando de crimes e manobrando para obstruir a Justiça. O governo ficou em situação caótica e o povo rapidamente agregou ao “Fora, Temer”, a exigência por “Diretas Já”.

### **3) O excêntrico anúncio da “nova política externa”**

Pouco mais de um ano se passou desde que Michel Temer assumiu interinamente o governo federal – em 12 de maio de 2016. Mas a desconstrução havida nesse curto espaço de tempo foi avassaladora. O que se conseguiu fazer do projeto nacional de desenvolvimento, nas gestões Lula e Dilma, foi rudemente golpeado.

A política externa foi truncada e o Brasil retirado do protagonismo internacional que estava conquistando. Sua política anterior baseava-se em princípios acumulados havia tempos pelo Itamaraty, à qual contributos mais recentes do governo Lula foram agregados: 1) participar e ter proeminência junto ao polo emergente do BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); 2) prestigiar as articulações do eixo Sul-Sul; e 3) movimentar-se pela integração dos países latino-americanos, fortalecendo a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Acordo de Cooperação Energética Petrocaribe, o Banco do Sul etc. Nada sobreviveu.

Com o PSDB à frente do Ministério das Relações Exteriores, as alterações foram deflagradas na posse do ministro José Serra, em 18 de maio de 2016. Com elevada dose de presunção, ele anunciou o que seria a “nova política externa brasileira”: desancou o multilateralismo, pelo qual o mundo civilizado se bate, e mostrou simpatia pelo bilateralismo, que o mundo democrático rejeita. Disse: “O multilateralismo, que não aconteceu, prejudicou o bilateralismo, que aconteceu em todo o mundo.”. Apontou, afinal, a direção de sua “nova política externa: “(...) ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os Estados Unidos e o Japão”, ou seja, com os ricos, ao tempo em que orientou estudos para fechar algumas das 17 embaixadas criadas por Lula na África, ou seja, em países pobres. O destaque do BRICS deixou de existir e o Brasil, aí e em cenários como o G20, se encolheu.

Com o novo ministro Aloysio Nunes, do PSDB, a “nova política externa” continuou apequenando o Brasil. A própria presença do presidente da República em países amigos, intensificando relações e incrementando negócios, diminuiu significativamente. Nos dez primeiros meses de seu governo, Temer, com suas nove viagens, situou-se no patamar dos presidentes que menos viajaram: Itamar Franco, cinco ve-



zes, e Fernando Collor, oito. Distante das 14 viagens de Dilma, das 16 de Fernando Henrique e longe, muito longe, das 29 de Lula.

As contradições entre a propalada “nova política externa brasileira” e a política anterior, alicerçada na tradição do Itamaraty, eram tratadas com discrição pelos diplomatas, até que um dia extravasaram e deu em uma manifestação inédita, pouco divulgada.

O dia 17 de maio de 2017 será lembrado como aquele em que o povo brasileiro escutou a gravação de uma conversa havida nas caladas da noite, no porão do Palácio do Jaburu, entre o presidente da República Michel Temer e um empresário trapaceiro, sobre crimes havidos com a cumplicidade dos dois e sobre como obstruir a Justiça. A Nação ficou estarelecida. Protestos se multiplicaram e uma grande manifestação foi programada para o dia 24 de maio, em Brasília.

Neste dia, enquanto a multidão protestava de forma pacífica, embora indignada, agentes provocadores, mascarados, passaram a protagonizar atos de vandalismo, com o fito de amedrontar o povo e dispersar a passeata. A polícia, se fosse orientada para reprimir os provocadores e proteger a manifestação, poderia ter feito isto com rapidez e sucesso. Mas não. Começou a reprimir e jogar bombas de gás contra os manifestantes.

De repente, toma-se conhecimento de que o presidente Temer havia decretado que as Forças Armadas agissem em uma ação de Garantia da Lei e da Ordem, ocupando o Distrito Federal por sete dias. Ato contínuo, o Exército entra na repressão.

Dois organismos internacionais, ligados à ONU e à OEA – o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com sede em Santiago do Chile, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington –, no dia 26 de maio, fizeram críticas ao uso da violência no Brasil contra a população civil.

O ministro tucano Aloysio Nunes não pestanejou. Divulgou, sem as necessárias consultas, uma Nota do Itamaraty dizendo que a crítica era “uma leviandade”, fruto de “má-fé”, onde havia “cinismo” e “fins políticos inconfessáveis”. No ambiente diplomático, a falta de polidez do ministro causou espanto. E sucedeu o inesperado.

Noventa e três diplomatas e vinte e cinco oficiais e assistentes de chancelaria do Itamaraty divulgaram, em 31 de maio, uma carta aberta intitulada *Diplomacia e Democracia*.

A carta critica o “uso da força” contra manifestações, pede que líderes “abram mão de tentações autoritárias”, postula o “restabelecimento do pacto democrático no país”, indica a necessidade de um “diálogo construtivo e responsável” e faz votos para que se encontre o caminho para “a retomada de um novo ciclo de desenvolvimento”, “legitimado pelo voto popular”. A referência à legitimação pelo voto popular era quase um apoio às “diretas já”.

#### **4) Pilares da soberania são atingidos e ameaçados: o petróleo**

A desestruturação em curso atingiu em cheio pilares do Estado nacional: o maior financiador de grandes projetos, o BNDES; o setor do petróleo e gás e a Petrobras; projetos industriais estratégicos de defesa (o submarino de propulsão nuclear, os caças Gripen, diversos do Exército); a usina de Angra 3; o setor de carnes e derivados.

As empresas de engenharia de grandes projetos e grandes obras, abatidas pela ação destruidora da Lava Jato, arrostam dificuldades para se recuperarem, pela letargia do governo. A política de conteúdo local se enfraquece e é ameaçada de extinção, enquanto cogita-se a desnacionalização da maior empresa de proteína animal do mundo, depois de robustecida com verbas do BNDES. Vastas extensões de terra, com reservas de mineral estratégico, entram na mira do que se planeja vender a estrangeiros.



Especial preocupação desperta o que se passa e o que pode vir a acontecer no setor de petróleo e gás e com a Petrobras.

A suspensão por cinco anos consecutivos de licitações para exploração de petróleo e gás, ocorrida nos governos Dilma, já levava a área exploratória desses produtos no Brasil ao menor nível desde 1998, quando, há quase 20 anos, a ANP começou a fazer essas medições. A área exploratória diminuiu no conjunto do país e a empresa que foi mais prejudicada foi a que mais explorava, a Petrobras.

As dificuldades aumentam substancialmente quando ocorre queda abrupta do preço internacional do petróleo, de meados de 2014 para cá. Os ativos da Petrobras são reavaliados a preços bem menores.

Uma política de contenção artificial e demorada do preço de venda dos combustíveis, também no governo passado, fragilizou o caixa da companhia, e um bando de salteadores, em operação corrupta de grande expressão, lhe tirou recursos e lhe maculou o prestígio.

Tudo isso contribuiu para o grande endividamento a que a Petrobras chegou e que a nova administração da empresa, no governo Temer, resolveu enfrentar ao seu modo, através de “desinvestimentos”.

Todas as grandes empresas fazem investimentos e também desinvestimentos, dependendo da situação. O problema está em se saber onde, quando e em que investir, e que desinvestimento fazer.

A Petrobras opera em províncias petrolíferas estratégicas; em campos de grande potencial, em franca produção; em campos outrora de grande potencial, e já em declínio; e em campos menores, de rentabilidade discutível para ela.

Ademais, é uma empresa “verticalizada”: em petróleo e gás, atua do poço ao posto. É também uma empresa “integrada”, presente nas áreas de fertilizantes, petroquímica, biocombustíveis, distribui-

ção de GLP e produção de energia elétrica. E é uma transnacional, está no Brasil e no exterior.

Desinvestir para “passar adiante” áreas que perderam importância é uma necessidade, e é diferente de desinvestir para “pagar dívidas”. Admitindo que possa ser necessário desinvestir para “pagar dívidas”, não se pode perder de vista que, empresa grande pode ter dívida grande e, para reduzi-la, conta com a grande capacidade de geração de seu caixa e, se for estatal, com a retaguarda do governo que lhe facilita a “rolagem da dívida”.

Se, contudo, desinvestimentos tornam-se irrecusáveis, é incompreensível que a Petrobras venda justamente a concessão de um dos maiores campos já descobertos na província mais estratégica, onde ela era operadora, o campo de Carcará no pré-sal. Não é acertado também venderem-se os ativos nos segmentos de fertilizantes, energia elétrica, petroquímica, distribuição de GLP, o que poderá retirar da empresa seu caráter de “integrada”.

O que não se entende é por que a Petrobras não “desinveste” de campos em declínio, sem nenhum interesse estratégico. Se para a Petrobras esses campos, com produção declinante, já não têm futuro, para empresas médias brasileiras, carentes de campos passíveis de revitalização, eles são de enorme valia. Haveria uma sinergia entre o “desinvestimento” da Petrobras de campos para ela secundários, com o “investimento” que médias empresas brasileiras ali fariam. Petroleiras nativas seriam fortalecidas, a produção de óleo aumentaria, assim como a geração de emprego, de rendas e de impostos. Mas isto não é o pior.

Nesse momento de desprezo dos interesses nacionais, há a grave ameaça de acabarem com a Lei que define o contrato de partilha da produção para a região do pré-sal (Lei 12.351/2010). Esta é a lei que verdadeiramente garante ao Estado nacional a propriedade do óleo extraído no pré-sal e o controle da produção nessa região.



Dito controle só poderia ser exercido por uma entidade que expressasse exclusivamente os interesses nacionais, ou seja uma empresa 100% estatal. Ocorre que, quando Lula assumiu seu governo, o Estado brasileiro tinha a propriedade apenas de 39% do capital social da Petrobras, sendo os outros 61% de propriedade privada, a maior parte estrangeira e, desta, a maior parte americana. Este foi o resultado da venda de cerca de 30% de ações da Petrobras feita no governo de FHC na Bolsa de Valores de Nova Iorque. A União pode indicar a Diretoria da empresa porque ficou com uma maioria, pequena, do capital votante da empresa.

Com a descoberta do pré-sal, a União resolveu fazer uma capitalização da Petrobras. Em 30 de setembro de 2010, cedeu-lhe o campo de Franco, do tamanho de Libra, sem licitação, sem bônus de assinatura e sem royalties de 15%, condições que prevaleceriam em Libra. O valor dos cinco bilhões de barris de petróleo de Franco e adjacências, que a União cederia à Petrobras, aumentaria as ações da União no capital social da empresa. Quanto maior o valor estipulado para o barril de petróleo cedido, maior seria o aumento da participação da União no capital social da empresa.

Estabeleceu-se uma contradição: as chamadas “forças do mercado” divulgaram que deveria ficar entre US\$ 5 e US\$ 6 o preço em questão do barril de petróleo. A Petrobras apoiou essa posição. A ANP, pela voz de seu diretor-geral, considerou muito baixo o valor indicado e, com base na avaliação de uma certificadora internacional (Gaffney, Cline), sustentou que o preço mais adequado deveria ser em torno de US\$ 8/barril.

A polêmica ganhou os jornais, os analistas do mercado não pouparam críticas ao diretor-geral da ANP. Em tom sarcástico, a *Folha* de 10 de agosto de 2010 estampou manchete de página inteira dizendo “Para ANP, governo deve ficar ‘mais dono’ da Petrobras.”. A revista *Veja*, de 30 de agosto de 2010, registrou que “o comunista (que

dirige a ANP) conseguiu a façanha de se indispor com a direção da Petrobras e com os acionistas minoritários da companhia ao defender o valor mais elevado possível para o preço de cada um dos 5 bilhões de barris de petróleo que participarão da operação (a capitalização).”.

O preço em torno de US\$ 8/b parecia fadado ao fracasso, pois, afora a ANP, nenhuma entidade o apoiou. Foi quando o presidente Lula o defendeu e a polêmica cessou. Os cinco bilhões de barris de petróleo, ainda em reservatório não explorado, foram cedidos à Petrobras ao preço de US\$ 8,51/barril. Nessa base, a União entrou na capitalização, em números arredondados, com US\$ 40 bilhões (US\$ 8 X 5 bilhões de barris), ao invés de US\$ 25 bilhões (US\$ 5 X 5 bilhões de barris). Resultou que a União, que tinha 39% do capital social da empresa, passou a ter 49%, e o capital privado, que tinha 61%, ficou com 51%, em sua maioria estrangeiro e americano. Foi uma vitória, mas ainda insuficiente.

Voltando ao controle da produção no pré-sal, a União não poderia fazer esse controle através de uma empresa cujo capital social fosse majoritariamente privado, estrangeiro e americano, como a Petrobras. Situação semelhante ocorrera anos antes, na Noruega, que controlava a produção do estratégico Mar do Norte, através de sua empresa, a Statoil. Quando esta decidiu abrir seu capital para o setor privado, ainda que em parcela minoritária, o Estado norueguês mudou sua posição: continuou a ter na Statoil a sua grande petroleira, mas, para controlar a produção no Mar do Norte, segundo os interesses exclusivos da Noruega, criou, em 2001, um empresa 100% estatal, a Petoro.

Nós aqui, durante o governo Lula, fizemos coisa semelhante. Encaminhamos ao Congresso Nacional o projeto que virou a Lei 12.351/2010, estabelecendo a partilha da produção no pré-sal e áreas que viessem a ser definidas como estratégicas, e definindo que o Estado criaria uma empresa 100% estatal para representar a União no



pré-sal. E assim o governo Dilma criou a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), 100% estatal, que será, segundo a Lei, a “representante dos interesses da União no contrato de partilha de produção” (Artigo 21). Cada bloco a ser explorado no pré-sal terá um consórcio, do qual participam as consorciadas, a PPSA e ocasionalmente a Petrobras, que terá direito de optar por ser a operadora do consórcio (Artigo 20). Em qualquer situação, “a administração do consórcio caberá ao seu comitê operacional” (Artigo 22), onde “a PPSA indicará a metade dos seus integrantes, inclusive o seu presidente” (Parágrafo Único, Artigo 23), presidente que “terá poder de veto e voto de qualidade” (Artigo 25).

É por esta razão que a União, no regime de partilha, não só é proprietária do óleo extraído, mas também terá controle da produção, vital em área de grande potencial, para afastar o conhecido e frequente “mal da abundância”, conhecido como “doença holandesa”. Pois são esses dispositivos, tão bem pensados e urdidos para salvaguardar os interesses nacionais, que estão ameaçados de ser liquidados por qualquer um dos dois projetos em tramitação no Congresso: o PLS 417/2014 do senador Aloysio Nunes (PSDB/SP), atual ministro das Relações Exteriores do governo Temer, e o PL 6.726/2013, do deputado Mendonça Filho (DEM/PE), atual ministro da Educação do mesmo governo. Todos os dois extinguem, sumária e irresponsavelmente, o regime de partilha da produção no pré-sal brasileiro.

## **5) As “reformas”: demolidoras de direitos e de cidadania**

O governo golpista de Michel Temer assume a catadura inconfundível de agente da desconstrução nacional, quando luta sôfrega e desenfreadamente, por três chamadas “reformas” que encaminhou ao Congresso: a da lei do teto, alcunhada de “lei do fim do mundo”; a trabalhista; e a da Previdência.

Com a lei do teto, o governo e sua base parlamentar emendaram a Constituição, engessando os gastos públicos pelos próximos 20 anos. O jornal *The New York Times*, de 5 de janeiro de 2017, tratando da lei, reproduz – com o sugestivo título *Fim do mundo? No Brasil já é* – declarações de Philip Alston, relator especial da ONU sobre Pobreza Extrema, nas quais diz que a lei “colocará uma geração inteira em risco de rebaixamento dos padrões de proteção social atualmente em vigor”. “Com a chamada reforma trabalhista, o governo busca precarizar as relações de trabalho no Brasil. Lança-se à tarefa de aprovar no Congresso a dita reforma contra todas as centrais sindicais e inúmeras das mais prestigiadas entidades civis brasileiras.

Pedra de toque dessa contrarreforma é sua pretensão em estabelecer que o negociado entre o trabalhador e o patrão passa a predominar sobre o legislado. Dita posição é uma agressão a direitos e uma usurpação. O legislado que consolida direitos resulta de conquistas feitas ao longo de décadas, através de inúmeras lutas, muitas vezes cruentas. É uma espécie de patrimônio imaterial dos trabalhadores, ninguém é dono dele, ninguém pode aboli-lo, muito menos um governo ilegal e corrupto, do qual não participa nenhum trabalhador.

A reforma introduz ainda o trabalho intermitente, a chamada representação direta dos trabalhadores, cria dificuldades suplementares para o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho e quebra a espinha dorsal do movimento sindical. Choca a todos saber que tudo isto já foi votado por uma Câmara onde seu presidente e cerca de 20% de seus membros estão sendo investigados por envolvimento com a corrupção, e será votado em um Senado com qualificação semelhante.

Com a reforma da Previdência, o governo, por um lado, lança-se contra o futuro do brasileiro mais sacrificado, das mulheres, da gente do campo. Dificulta, e às vezes impossibilita, a aposentadoria



desse pessoal. Todas as modificações propostas são para rebaixar direitos: carência de 25 anos de contribuição para alguém poder se aposentar, quando hoje são 15; mínimo de 62 anos para mulheres terem esse direito por idade, quando hoje é de 60 anos; fim da aposentadoria por tempo de contribuição; 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral. Exigências descabidas para produtores rurais e pescadores levarão mais pobreza ao campo, aumentarão o êxodo rural.

Por outro lado, descreditando a Previdência pública, a partir da empulhação de que ela é deficitária, o governo dificulta e torna incerto esse serviço, fazendo com que os brasileiros, na expectativa de conseguirem algo mais seguro, migrem para os planos de previdência privada. E assim o governo impostor consegue seu intento, o de privatizar não um bem físico, mas um serviço público, a Previdência.

### **6) Conclusão: a situação é dramática, mas o povo, na luta, encontrará a saída**

O Brasil vive hoje dificuldades grandes. Várias irregularidades conformam uma anormalidade nacional. Sua Constituição, já desfigurada por 95 emendas, sofreu duros reveses recentes: uma presidenta da República foi afastada pelo “conjunto da obra”, ou seja, ilegalmente, por praticar, embora com deficiências, o Programa pelo qual foi eleita.

Uma das cláusulas pétreas do Artigo 60, § 4º, da Constituição, foi atingida, justamente a que estabelece que os Poderes da União são “independentes e harmônicos entre si”. Um juiz do Supremo mandou prender um senador sem ter sido em “flagrante de crime inafiançável”, como diz a Constituição. Outro juiz, da mesma Corte, pretendeu, por liminar, afastar o presidente do Senado, invadindo a independência do Legislativo.

As representações máximas dos Poderes estão gravemente desprestigiadas, Senado e Câmara com importantes líderes investigados por corrupção e boa parcela dos membros das Casas também, e o Supremo Tribunal Federal (STF) protagoniza ações que mostram assimetria de critérios em suas decisões, com rigor acentuado no tratamento de políticos ou empresários que tinham relações com os governos passados, de Lula e Dilma, e com estranha lassidão, quando delibera sobre atores ligados ao governo atual.

O Executivo foi praticamente assaltado por um grupo onde diversos são investigados por corrupção. Seu chefe, Michel Temer, foi flagrado em conluio com um bandoleiro, às escondidas, tramando crimes de obstrução da Justiça.

A Operação Lava Jato, originariamente voltada para combater a corrupção em determinados órgãos, e que chegou a desvendar grandes esquemas corruptos, pelo que recebeu apoio da população, logo em seguida resvalou para práticas ilegais, despreocupação com o combate às causas da corrupção, espetacularização de suas iniciativas, opção pelo método desastrado de liquidar grandes empresas onde corruptos eram diretores ou donos, tendenciosidade política de direita, conluio com a grande mídia, especialmente para alijar a esquerda do protagonismo político e não deixar Lula ser candidato à presidência da República.

Essa séria crise política caminha com grave crise econômica.

Vive o Brasil a pior recessão de sua história, com dois anos seguidos de queda de seu Produto Interno Bruto, o que não acontecia há 70 anos. Encolhendo 7,4%, entre 2016 e 2015, a economia do país voltou ao patamar de 2010. Como a população continuou aumentando, o PIB *per capita* teve desempenho pior ainda, com três anos em queda e redução de 9,1%, entre 2014 e 2016.

Todo um cortejo de consequências sociais acompanha essas cifras frias e dramatiza o quadro com a penúria do povo. Vem à frente



um recorde negativo, o desemprego, que pulou para 13,7% no trimestre de janeiro a março (IBGE), com 14,2 milhões de desempregados.

Nesse contexto, ganha relevo a grande mídia oligopolizada que atua no país, abusando da desregulamentação dos meios de divulgação que aqui perdura, e que permite que uma Globo atue na imprensa escrita, falada, televisada e na internet, em todo o território nacional – o que é proibido, por exemplo, nos EUA.

Essa grande mídia fez-se porta-voz dos interesses mais reacionários das elites mais retrógradas, e passou a disseminar sistematicamente uma visão negativista do Brasil. Quando um político brasileiro – Lula – se projetou internacionalmente como a maior liderança de extração popular do mundo contemporâneo, e quando o presidente dos EUA Barack Obama a ele se referiu dizendo “esse é o cara”, essa mídia, horrorizada essas honrarias se dirigirem a um brasileiro de origem operária, desencadeou contra ele uma campanha furiosa e prolongada para defenestrá-lo, ridicularizá-lo, rebaixá-lo aos olhos do mundo e forjar um vínculo desse líder com a corrupção.

De tanto esconder os feitos nacionais, de tanto generalizar e acentuar os problemas do Brasil, inclusive os da corrupção, essa grande mídia é corresponsável por reduzir a autoestima dos brasileiros, induzi-lo à violência anárquica, desqualificar o sentimento pátrio, criar animosidade contra os políticos e a política, destilar ódio à esquerda e dividir o povo.

Chega-se assim à situação de um país dividido, sem identidade própria que unifique a todos, e sem projeto nacional, portanto enfraquecido, onde uma pesquisa mostrou há pouco que 47% dos seus cidadãos não têm orgulho de serem brasileiros!!!

Esse quadro grave tem, entretanto, saída, que passa por retornar ao povo seu poder originário de eleger governos e mandar para

os porões da história aqueles que lá chegaram por meio de golpe e instalaram Poder antipopular, antidemocrático e corrupto.

*\* Haroldo Lima é da Comissão Política Nacional do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.*







## A realidade do Brasil pós-golpe

Ronaldo Nado Teixeira \*

1) O golpe, iniciado a partir da queda de Dilma pela Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, apresentava para o Brasil os rumos que seriam tomados a partir do programa do PMDB, *Uma ponte para o futuro*. Uma série de políticas antipopulares, além de medidas que põe em xeque a soberania nacional, tomaria corpo nesta nova coalização golpista, sob o comando de PMDB e PSDB e com os aliados de cunho cleptocrata-reacionário, entre partidos liberal-conservadores como o DEM e o PP, da direita cristã como o PSC e o PRB e os de viés fisiológico como PSD, PR e PTB, além de partidos nanicos de aluguel que compunham a base governista e organizações como PSB, PPS e PV.

2) O deslocamento dos partidos de viés fisiológico e cleptocrata da antiga base de governo no Congresso Nacional para o novo governo golpista com o perfil ideológico ultraliberal explicaria, em grande parte, as razões para a queda de Dilma Rousseff. É bem verdade que os golpes na América Latina, com a devida sofisticação a partir do uso “legal” de elementos como a Constituição e os próprios Poderes Legislativo e Judiciário, já tinham sido usados em países como Hon-



duras (2009) e Paraguai (2012) na queda de governos constitucionais. Uma ampla rede de espionagem internacional não apenas se imiscuiu nas questões políticas e econômicas internas nos países latino-americanos, como bem atestam as revelações do Wikileaks, como também tenta, a todo custo e de forma sistemática, interferir na autodeterminação destes países. E isto não deixaria de acontecer no Brasil, a principal liderança geopolítica da América Latina.

3) Sem dúvidas, a conjugação dos interesses internos de amplos setores da classe dominante brasileira com os interesses externos dos EUA, similar ao ocorrido em 1964 mesmo sob contexto histórico diverso, marcaria o golpe de 2016 no Brasil. A articulação entre os interesses do capital financeiro com os amplos setores da mídia brasileira, os setores do aparelho burocrático do Estado (como a Polícia Federal, o Ministério Público e o próprio Poder Judiciário) e grande parcela da burguesia brasileira se tornou um fator preponderante para a desestabilização e a queda de Dilma Rousseff, com o apoio dos parlamentares da direita e a legitimação dos setores conservadores da pequena burguesia tradicional, mobilizados desde 2015 em várias cidades do Brasil, com a agenda voltada à saída de uma presidente eleita em 2014.

4) Mesmo com a posse de Michel Temer a partir de um golpe parlamentar-judiciário consolidado pelo Senado em 31 de agosto de 2016, as denúncias sobre o núcleo duro de seu governo seriam feitas a partir de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, e, ao mesmo tempo, um quadro com livre trânsito entre os próceres da direita brasileira. As denúncias de Machado, mesmo no início do governo interino, alcançavam 20 políticos de alta proa concentrados em partidos como PMDB, PT, PP, DEM, PSDB e PSB – incluindo dentre eles, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o próprio presidente Michel Temer (1).

5) O vazamento posterior dos diálogos entre Sérgio Machado e quadros proeminentes do PMDB como os senadores Renan Calheiros

(PMDB-AL) (2), Romero Jucá (PMDB-RR) (3) e José Sarney (PMDB-AP) (4) revelou o interior da direita brasileira e as fortes articulações políticas, já em março de 2016, para a deposição de Dilma e uma suposta criação de uma “solução de compromisso” para o Brasil comandado pela direita brasileira, na volta da antiga *entourage* liberal-conservadora e cleptocrata-patrimonialista que hegemonizou o Brasil durante o decorrer da Era FHC.

6) Uma série de medidas reacionárias marcaria a ação de Michel Temer à frente de seu governo golpista. Além da perda do status de ministério de pastas essenciais como Direitos Humanos (submetidas ao Ministério da Justiça) e o enxugamento no número de ministérios como uma propaganda para a defesa do “Estado Mínimo” junto à “opinião pública”, uma série de ações resultaria com o crescimento da impopularidade de Temer à frente da Presidência da República. Propostas, como a MP 746/2016, que tratavam sobre a nefasta Reforma do Ensino Médio foram aprovadas e sancionadas através da Lei 13.415/2017.

7) O governo Temer, legitimado a partir de um golpe contra a Dilma sob o pretexto das “pedaladas fiscais”, aprovaria em 2 de setembro de 2016, dois dias após o “*impeachment*”, a autorização para a realização das pedaladas, flexibilizando os créditos suplementares a partir da sanção do Senado, através da Lei 13.332/2016, sem precisar da aprovação do Congresso Nacional (5).

8) A PEC do Teto (inicialmente a PEC 241 na Câmara e, mais tarde, a PEC 55 no Senado) teria efeitos funestos para o país. Através dela, sob o pretexto de austeridade fiscal, os gastos sociais seriam congelados – principalmente em áreas como educação e saúde –, juntamente com o salário-mínimo, no decorrer de 20 anos. Ao invés do aumento de impostos aos mais ricos com a taxaçoão progressiva e o combate intransigente à sonegação de impostos que atinge anualmente 10% do PIB brasileiro, o governo ultraliberal de Temer fez a



escolha em tomar medidas econômicas penalizando o conjunto do povo brasileiro. A aplicação da PEC inclui, na prática, o veto à realização de novos concursos públicos, à criação de novos cargos e/ou à contratação de pessoal, caso ela não seja cumprida na integralidade.

9) A aplicação da PEC do Teto se tornou objeto de questionamentos não apenas das bancadas progressistas como as de PDT, PT, PCdoB e PSOL, mas também de especialistas no campo da Economia, que afirmam a respeito do caráter deletério que isto impactaria ao Brasil, promoveria profunda recessão e aumentaria os níveis de distorção salarial. As repercussões da PEC do Teto chegariam até à ONU, onde seu relator afirmaria que, se aplicada, essa emenda constitucional impactaria negativamente, gerando mais pobreza e ferindo gravemente os Direitos Humanos, comprometendo toda uma geração a partir de políticas econômicas com níveis inadequados de investimentos nas áreas sociais (6), além de se constituir como uma medida radical e ideológica, ao atar as mãos dos governos durante 20 anos e colocar a mensagem ideológica sobre o que o governo quer com tal PEC (7). Caso a PEC do Teto fosse aplicada desde 1998, de acordo com a FGV, o salário-mínimo seria de R\$ 400 em outubro de 2016 (8) – bem menos que a metade do valor corrente nesse ano, que era de R\$ 880. Ou, se aplicada desde o início do governo Lula em 2003, o valor do salário-mínimo estaria em R\$ 509 segundo o DIAP (9). Em suma, a PEC do Teto, aprovada e sancionada através da EC 95/2016 em dezembro de 2016, acabou com a política de valorização do salário-mínimo.

10) Somados a essas ações, o governo de Michel Temer levaria à frente os projetos associados à Reforma da Previdência (PEC 287/2016) e à Reforma Trabalhista (PL 6.787/2016), com o intuito não apenas de ampliar o tempo de contribuição para a aposentadoria aos homens e mulheres, mas também de retroceder as relações de trabalho aos parâmetros da Primeira República e enfraquecer o papel dos sindicatos frente ao patronato. A Reforma Trabalhista, dentre outras medidas, enfatizaria os princípios aventados da classe dominante a

respeito das negociações no mundo do trabalho, com a prevalência do negociado sobre o legislado, além de subproletarizar a classe trabalhadora com a criação do trabalho intermitente e até interferir contra os Direitos Humanos para a mulher.

11) A ofensiva do atual governo golpista de Michel Temer contra os direitos históricos dos trabalhadores se deu com o apoio de sua base cleptocrata-fisiológica no Congresso Nacional com a aprovação da lei das terceirizações para todas as atividades da empresa (através da PL 4.302/1998), criada pelo Poder Executivo na Era FHC e engavetada. O governo de Temer não apenas a sancionaria no final de março com a Lei 13.429/2017, como também provaria ser mais reacionário e ultraliberal que o próprio governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso em matéria de fundo social. As medidas de resistência – como as tomadas por PDT, PT e REDE, que impetraram o Mandado de Segurança no final de março, e da REDE que foi ao STF contra a lei através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no início de abril (10) – foram colocadas em ação. Entretanto, diante da vigência da lei da terceirização, as medidas de segurança e a ADIN fomentadas pelos partidos de oposição se tornariam inócuas, face à conjugação de interesses patronais de cunho conservador presentes até no Poder Judiciário.

12) As resistências populares e as mobilizações das centrais sindicais (como CUT, CSB, CTB, entre outras) contra as ofensivas ultraliberais promovidas pelo governo através das Reformas da Previdência e Trabalhista tomariam corpo com a Greve Geral de 30 de abril de 2017 nos principais centros urbanos do país e, em especial, na mobilização para Brasília em 24 de maio, onde o governo utilizou seu aparato de repressão – a ponto de acionar as Forças Armadas (FFAA) para a repressão dos protestos. Temer apelaria para o uso extraordinário do decreto para autorizar as FFAA a atuarem em um informal Estado de Sítio durante uma semana através das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), sancionada no governo de Dilma Rousseff em



dezembro de 2013 (11). Tal medida tomada pelo presidente Michel Temer encontraria tanta resistência da opinião pública, incluindo as afirmações legalistas do general Villas Boas, comandante do Exército, que Temer foi obrigado a revogar o decreto no dia seguinte.

13) No campo da soberania nacional, se os governos de Lula e Dilma pautavam minimamente por ela, o governo golpista se caracterizou pela sua postura dependente em relação aos interesses econômicos internacionais – e, em particular, dos EUA, desconstruindo os avanços da política externa independente de Lula e Dilma com o BRICS e o G20. Divergindo de uma política autônoma no campo diplomático, a lógica presente no governo Temer reside na função de o Brasil ser uma “liderança consentida” na América Latina com a adesão dos EUA e abdicando do seu protagonismo em esfera mundial.

14) Como um dos efeitos de suas medidas lesivas ao Brasil, o governo de Michel Temer tem servido como sustentáculo para a concretização dos interesses econômicos das corporações petrolíferas internacionais. Dentre as medidas, em contraponto ao marco regulatório do pré-sal, Temer utilizaria o PLS 131/2015 do senador José Serra (PSDB-SP) para “desobrigar” a Petrobras de participar obrigatoriamente de todos os consórcios com os blocos de exploração do pré-sal com a atuação mínima de 30%. Com esta atitude, através da sanção da Lei 13.365/2016 (12), o Brasil deixou de exercer, na prática, a sua soberania, com o pré-sal aberto para o capital internacional. Na verdade, essa medida foi a expressão viva e essencial dos principais objetivos do golpe de 2016: ferir a autodeterminação do povo brasileiro e a soberania nacional para entregar uma riqueza estratégica como o pré-sal para as grandes corporações petrolíferas estadunidenses e europeias. Os interesses imperialistas, em nome dos vultosos lucros, exigem a diminuição da autonomia dos países e a liberação para os setores privados não apenas nas áreas sociais, mas também na de setores caros e estratégicos à economia brasileira, além da flexibilização das legislações sociais.

15) Muitas das medidas ultraliberais e reacionárias do governo de Michel Temer têm o apoio dos grandes meios de comunicação e da imprensa burguesa capitaneada pelas Organizações Globo. Além deles, Temer conta com o apoio dos bancos, da burguesia brasileira e das empresas transnacionais, com uma base governista sólida no Congresso Nacional, com o apoio de parlamentares golpistas legitimados pelo processo plutocrata e/ou cleptocrata.

16) Mesmo tendo apoio destes setores, isto não significa que não haja contradições internas no seio da direita brasileira. Longe de estar unificada, em meio às tensões no interior do bloco PMDB-PSDB-DEM, o bloco governista sobreviveu em meio a uma aliança pragmático-opportunista destas correntes liberal-conservadoras – ainda que forças de direita, embora sem representação no Congresso Nacional e com um potencial promissor como o NOVO e os LIVRES (antigo PSL), questionem a fundo as políticas efetivadas por Michel Temer. Igualmente, há cidadãos que apoiam as ideias do conservadorismo autoritário ou mesmo as visões semifascistas contidas na famigerada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), mas não aderem com integralidade às medidas socioeconômicas e políticas de Michel Temer, ainda que Jair Bolsonaro, o principal ícone da extrema-direita brasileira, chegue a apoiar na Câmara dos Deputados determinadas medidas promovidas pelo atual governo golpista.

17) A destruição do Estado Nacional, promovida por estes setores aliados a Temer, também teria a ação coordenada, desde o segundo governo de Dilma Rousseff, da Operação Lava Jato, a partir da ação coordenada da burocracia estatal a serviço da destruição da economia brasileira e do aumento no contingente de desempregados. A atuação proativa da “República de Curitiba”, com o apoio da grande imprensa na aposta retórica da criminalização da política (e, em particular, dos quadros da esquerda brasileira), aprofundaria a divisão político-ideológica entre os brasileiros e colocaria em xeque até o combalido Estado Democrático-Burguês de Direito no Brasil, já



fragilizado com o Golpe Parlamentar-Judiciário de 2016.

18) Mesmo com as medidas do messianismo jurídicista de Sergio Moro, agradando a amplos setores tradicionais da classe média conservadora e da grande burguesia, elas entrariam em rota de colisão com quadros destacados da própria direita, como Reinaldo Azevedo, e até mesmo, isoladamente, com setores da imprensa – principalmente após o depoimento de Lula a Moro em 10 de maio de 2017. Nem com estas medidas a direita brasileira estaria unificada.

19) Como efeito deletério do legado de uma direita golpista – principalmente com o uso prejudicial dos três anos da Operação Lava Jato através dos quadros de direita presentes no interior do aparato burocrático de Estado –, está a destruição da economia brasileira e do Estado Nacional. Como efeitos práticos, temos 9% de decréscimo do PIB (13), além de um contingente de quase 14% de desempregados (atingindo 14,2 milhões de brasileiros) (14) e os juros elevados em nível mundial. Temos uma carga tributária elevada, sem a contrapartida de o Poder Público oferecer serviços de qualidade ao povo, além da ofensiva ultraliberal na retirada de direitos sociais históricos ao povo brasileiro. Agravando a situação, segundo a Lei 13.414/2017, o orçamento geral da União com a dívida pública consome em 2017 o contingente equivalente a 47,8% do total dos recursos (15). Vale atentar para o fato de que a mesma dívida pública cresceu 11,42% de 2016 para o final de abril de 2017, chegando ao patamar dos R\$ 3,11 trilhões e podendo atingir, no final do mesmo ano, o valor de R\$ 3,65 trilhões (16).

20) Além dos fatores elencados, a Lava Jato criminalizaria praticamente não apenas grande parte da classe política brasileira (com a retórica pseudomoralista da criminalização da política), como também a metade da indústria brasileira – em especial, de amplos setores da burguesia nacional, com o seu viés desenvolvimentista. O excesso de “proatividade” seletiva de uma Polícia Federal performática, fa-

zendo o jogo dos interesses alheios à emancipação política e econômica brasileira, esfacelaria paulatinamente a economia brasileira – somado à ação “pop-star” de quadros do baixo clero do Judiciário e do Ministério Público, na atuação dos menudos antinacionalistas como Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, com o devido amparo e a anuência da grande imprensa.

21) Entretanto, pouco foi feito de prático com a Operação Lava Jato, com a punição seletiva aos quadros desafetos da direita brasileira – salvo em casos de exceção gritante como, por exemplo, a prisão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PM-DB-RJ). O golpe parlamentar-judiciário de 2016, conjugado com a Operação Lava Jato, destruiu o pouco daquilo que havia do processo democrático da Nova República, promovendo desemprego, recessão e a descrença da população nas instituições representativas da democracia burguesa.

22) O que, sem dúvidas, uniu o país foi a rejeição a Michel Temer. A reprovação a seu governo atingiria níveis estratosféricos, pulando dos 31% em meados de junho de 2016 ao patamar de 61%, e com o índice de aprovação de 9% em maio de 2017, de acordo com o Datafolha. Quase 80% dos brasileiros pesquisados afirmaram que Temer fez menos do que o esperado e 58% reprovaram a atuação do Congresso Nacional, segundo a mesma pesquisa (17). Enquanto, no final de maio de 2017, a Paraná Pesquisas afirmava que 90,6% dos brasileiros defendiam as eleições diretas e 73,5% não dariam o seu voto de confiança para a continuidade de Temer na Presidência da República (18), a pesquisa da CUT/Vox Populi, realizada no início de junho de 2017, apontava que 89% dos brasileiros entrevistados querem eleições diretas, além de ter a avaliação negativa de 75% a Temer (19).

23) A crise de legitimidade do atual governo se agravou tempos depois, em maio de 2017. As denúncias de Joesley Batista e dos demais executivos da JBS para a Procuradoria-Geral da República



envolveriam em cheio os quadros políticos do país – da direita à esquerda, entre quadros do alto e do baixo clero. Entre as revelações, elas atingiriam em cheio o então presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, criando impasses e colisões ao eleitorado tradicional da direita brasileira, além de apresentar, com minúcias, conversas pessoais comprometedoras com o próprio presidente Michel Temer e com um dos seus quadros principais de confiança, Rodrigo Rocha Loures.

24) As denúncias tomaram tamanha magnitude, a ponto de organizações como o PHS, Podemos (20), PPS e PSB se retirarem da base do governo. Partidos como o PSDB vivem um dilema shakespeariano entre romper com o governo e construir uma nova base sólida no campo da liberal-democracia ou manter a todo custo o pacto com o PMDB, em troca de chantagens e acordos espúrios intraelitistas, como a manutenção de Michel Temer até o final do seu mandato, em dezembro de 2018, e a salvação do PMDB a Aécio Neves e a outros próceres tucanos do alto clero.

25) Em meio às crises políticas presentes no governo extralegal de Temer, elas atingiriam a fundo todos os poderes, incluindo o próprio Judiciário. A anomia institucional do Brasil não apenas se deu com as posições túbias do Supremo Tribunal Federal (STF) às instâncias inferiores do Judiciário de primeira instância, face à profunda crise política brasileira. Porém, o julgamento que não impugnou a chapa de Dilma Rousseff/Michel Temer apenas apresentou ao país, na prática, um Judiciário abertamente subserviente e voltado aos interesses da classe dominante brasileira. A sociedade civil viu, de forma explícita, o grau de degenerescência do Judiciário, não apenas tutelado, mas a serviço dos interesses que sustentam e congregam não apenas o governo Temer, como também a própria plutocracia brasileira e os setores que fazem do cleptocratismo o seu *modus operandi* na política.

26) Mesmo com toda a articulação, as denúncias implosivas de Joesley Batista (21) – atingindo não apenas o núcleo duro do governo

Temer e os seus respectivos aliados, bem como grande parte da classe política e os partidos políticos da direita à esquerda – não apenas provocaram reações proativas do presidente Michel Temer para a defesa do seu mandato (por sinal, combatido e sem respaldo popular), como também apontam para a fragilidade do sistema político-partidário e eleitoral brasileiro; sistema este refém do vicioso processo clepto-plutocrático que deturpa os resquícios até da democracia burguesa, através da liberal-democracia com a sua democracia representativa – e que, de quebra, obstaculariza a presença de lideranças populares ou advindas da sociedade civil nos mandatos eletivos do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

27) Os desafios são muitos, face ao retrocesso institucional, socioeconômico e político predominante no governo golpista de Michel Temer. Em pouco mais de um ano, as medidas promovidas por ele agravaram os índices de desemprego e de mendicância no país, além de promover em ação a perda dos direitos sociais e evidenciar, a todo custo, não apenas as agendas dos amplos setores da classe dominante brasileira, como também a impunidade e a proteção para a sua base cleptocrata no Congresso Nacional. A inexistência de um projeto nacional em nome das ações de fundo ideológico ultraliberal norteia um governo sem respaldo social e cuja base parlamentar governista está divorciada com as aspirações da sociedade brasileira.

*\* Ronaldo Teixeira, o professor Nado, é graduado em Letras pela PUC-RS, com pós-graduação em Ciência Política na ULBRA. Mestre em Teoria da Literatura pela UnB e doutorando em Ciências Sociais pela Unisinos. Foi Consultor da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e do Plano das Nações Unidas (Pnud). Em 2004, assume a secretaria executiva adjunta do MEC, tendo sido ministro da educação interino. Em 2007, assume a secretaria executiva do Ministério da Justiça e coordena o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Analista de Inteligência da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP-FGV/RJ), hoje consultor da Fundação Getúlio Vargas.*



---

## Notas

- (1) Conferir em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782014-veja-integra-da-delacao-de-sergio-machado-que-cita-mais-de-20-politicos.shtml>> e também em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/06/lava-jato-leia-a-integra-da-delacao-premiada-de-sergio-machado-que-cita-michel-temer-6003084.html>>. Acesso de ambos em: 15 de jun. 2017.
- (2) As duas conversas entre Sérgio Machado e Renan Calheiros estão em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leia-os-dialogos-de-sergio-machado-com-renan-calheiros/>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (3) Sobre o diálogo de Sérgio Machado com Romero Jucá, ver em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (4) Mais detalhes das conversas entre Sérgio Machado e José Sarney, ver em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774950-em-gravacao-sarney-promete-ajudar-ex-presidente-da-transpetro-mas-sem-advogado-no-meio.shtml>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (5) Conferir em: <<http://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (6) Sobre as declarações da ONU sobre a PEC 241 (mais tarde 55), ver em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pec-do-teto-fere-direitos-humanos-e-vai-prejudicar-os-mais-pobres-dizem-relatores-da-onu,10000093498>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (7) Conferir em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38270520>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (8) Ver mais detalhes em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,salario-minimo-seria-de-r-400-se-a-pec-do-teto-estivesse-em-vigor-desde-1998-aponta-fgv,10000081530>>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (9) Sobre os valores estimados, ver em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/10/13/se-pec-241-vigorasse-desde-2003-salario-minimo-seria-de-r-509-e-nao-r-880/>>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (10) Ver em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/03/rede-sustentabilidade-vai-ao-supremo-contra-lei-da-terceirizacao-sancionada-por-temer/>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (11) Mais detalhes sobre os procedimentos das Operações de Garantia da Lei e da Ordem, ver em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33\\_m\\_10\\_glo\\_1\\_ed2013.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf)>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (12) Conferir a tramitação do PLS 131/2015 até ser sancionado na Lei 13.365/2016, em: <<http://>

- [www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078295](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078295)>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (13) Sobre este dado econômico importante, ver em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/07/internas\\_economia,586856/quanto-o-pib-per-capita-en-colheu-no-brasil-desde-2014.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/07/internas_economia,586856/quanto-o-pib-per-capita-en-colheu-no-brasil-desde-2014.shtml)>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (14) Ver em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879416-numero-de-desempregados-ja-passa-de-14-milhoes-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (15) Conferir o montante dos orçamentos da União em 2017 em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/01/2017&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=68>>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (16) Como está em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-317-em-marco-para-r-323-trilhoes.ghtml>>. Acesso em: 16 de jun. 2017.
- (17) Conferir a pesquisa do Datafolha sobre a popularidade de Temer em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/05/1880373-governo-temer-e-reprovado-por-61-dos-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (18) Sobre os dados da Paraná Pesquisa, ver em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/298710/Paran%C3%A1-Pesquisas-906-defendem-elei%C3%A7%C3%B5es-diretas.htm>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (19) Conferir sobre a pesquisa da CUT/Vox Populi em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/06/pesquisa-cut-vox-populi-89-querem-eleicoes-diretas>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.
- (20) O antigo PTN.
- (21) Principalmente em: <<http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/joesley-batista-temer-e-o-chefe-da-quadrilha-mais-perigosa-do-brasil.html>>. Acesso em: 18 de jun. 2017.





## MESA 3

**Caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social**







## Caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social

# Construir o amanhã

Marco Aurélio Garcia \*

1. O golpe parlamentar que pôs fim ao governo Dilma Rousseff colocou na ordem do dia a necessidade de se realizar um amplo balanço, que busca: (1) analisar as causas do insucesso; (2) contribuir para a derrota do governo atual e da coalizão reacionária, que lhe tem dado sustentação; e (3) definir as linhas gerais de um novo projeto para o Brasil, que permita construir um novo amanhã.

2. A reflexão e as propostas que seguem apontam para esse amanhã e **não devem ser entendidas como um exercício de futurologia, nem tampouco como uma proposta de programa de governo.**

3. Elas têm, necessariamente, de nutrir-se de uma reflexão crítica sobre o que esteve em jogo nos governos Lula e Dilma e sobre as circunstâncias históricas que cercaram essas duas experiências.

4. Devem, igualmente, levar em conta o impacto que terá no futuro a contrarreforma em curso nos dias de hoje. A atual reconfiguração do



capitalismo brasileiro anula conquistas populares de muitas décadas e nos impõe um programa autoritário e excludente que o povo rejeitou em quatro eleições presidenciais sucessivas e que continua a rejeitar. A herança que deixarão os que hoje detêm o poder no Brasil terá consequências extremamente negativas para os que tivemos de reconstruir o país.

5. Ao invés de propor um conjunto de medidas econômicas, sociais e políticas que permitam ao povo brasileiro superar a grave crise atual e retomar o ciclo progressista interrompido, estas notas tratarão apenas de **definir grandes eixos, capazes de apontar para um novo programa democrático e popular**. Esse programa é hoje objeto de discussão em inúmeros segmentos da sociedade brasileira.

6. O Brasil que queremos deve contemplar: **(1) profundas mudanças nas esferas econômica e social; (2) a vigência plena da democracia, pelo exercício efetivo da soberania popular; e (3) a garantia de nossa inserção soberana e solidária no mundo**.

7. O conteúdo e o ritmo dessa mudança estão diretamente ligados à capacidade das forças progressistas de reunirem amplos setores da sociedade brasileira em torno de um ambicioso e credível programa de reformas.

8. Para tanto, é fundamental construir uma correlação de forças sociais e políticas capaz de superar a conjuntura atual e de conduzir, no futuro, **de forma politicamente sustentável**, as mudanças que o país necessita. Dito de outra maneira: é necessário que as reformas propostas sejam capazes, dentro de um marco democrático, de assegurar sua continuidade no tempo, abrindo espaço para outras reformas mais profundas.

9. Queremos avançar na democracia. Mas a democracia não se congela ou coagula na versão que os liberais brasileiros tradicionalmente têm do Estado Democrático de Direito, visão que falsifica ou tergiversa os valores que proclama.

10. Distinto do conservadorismo que pretende apresentar-se como democrático, defendemos uma democracia que associa indissolavelmente as dimensões econômica, social e política. Uma democracia que cultua a liberdade, a igualdade e a solidariedade e que entende a sociedade como um espaço de permanente criação de novos direitos.

11. É fundamental dar seguimento e profundidade aos processos de democratização da sociedade brasileira, desencadeados nos últimos anos, como os que promovem a igualdade de gênero, de raça e etnia, seja pela implementação de políticas inclusivas na educação, saúde, na cultura, no campo e no espaço urbano, seja por meio de ações afirmativas (as cotas, por exemplo). O combate a todas as formas de discriminação – sobretudo as violentas – contra mulheres, negros, índios, jovens, LGBT e, em particular, contra os pobres é central para a afirmação da democracia.

12. A convivência democrática no espaço público supõe que sejam respeitadas as distintas orientações políticas, ideológicas, religiosas, assim como as múltiplas expressões culturais da sociedade, todas elas garantidas por um Estado laico.

13. A **soberania popular** se exercerá por meio de processos eleitorais livres, capazes de garantir condições igualitárias de competitividade, mas também pelo exercício de múltiplos mecanismos de consulta que garantam o controle social do Estado e de suas políticas públicas. A soberania do povo não pode ser fraudada pelas interferências do poder econômico e da corrupção. Da mesma forma, a formação da opinião pública não pode sujeitar-se à intromissão, não raro totalitária, dos monopólios da comunicação.

14. Para superar a atual crise – a maior das últimas décadas – é necessário, além de uma nova política econômica, realizar previamente uma reforma político-institucional capaz de abrir novas perspectivas para a democracia e para o desenvolvimento do Brasil.



15. A judicialização da política, uma das expressões dos choques institucionais a que hoje assistimos, tem como consequência a politização da Justiça, instância que, em alguns de seus segmentos, se considera acima dos demais poderes e isenta de qualquer mecanismo de controle democrático.

16. Assiste-se não somente a um choque entre os poderes da República, mas também a conflitos no interior de cada um deles. Esses conflitos provocam acentuada erosão do regime democrático e nos colocam com frequência no limiar de um Estado de exceção. São problemas a corrigir no amanhã.

17. A crise econômica e seu impacto na esfera fiscal, somada à desordem política e institucional, afetam duramente o pacto federativo. Importantes estados da Federação se encontram quebrados financeiramente e se revelam incapazes de prover políticas públicas elementares. Não haverá futuro para o país enquanto não se estabelecer um novo equilíbrio regional.

18. A experiência brasileira e mundial tem nos ensinado que políticas econômicas liberais, fundadas exclusiva ou centralmente em ajustes fiscais, não têm capacidade de resolver situações agudas de recessão. Ao contrário, provocam seu agravamento, deixando um rastro de degradação social, como são os elevados níveis de desemprego, a queda da renda dos trabalhadores, o endividamento das famílias e das empresas, a liquidação de políticas sociais que beneficiam centralmente os pobres. Reatar com uma política que articule, como foi possível fazê-lo no passado, crescimento com equilíbrio macroeconômico é, assim, fundamental para um novo ciclo de desenvolvimento.

19. Um país cuja economia necessita de elevadas taxas de crescimento para fazer frente aos complexos desafios que possui não pode ser condenado à desindustrialização e à reprimarização de seu sistema produtivo. Não pode abrir mão do controle nacional de sua terra,

nem concentrá-la de forma absurda, ambientalmente predatória e socialmente excludente em grandes monopólios.

20. Os enormes déficits sociais que ainda possuímos estão se ampliando, e se ampliarão mais ainda, com o teto imposto, por 20 anos, aos gastos públicos. Os pobres e o mundo do trabalho têm de voltar a integrar o orçamento da República. Educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação, assim como as muitas iniciativas que buscam o bem-estar da população, devem ser entendidas como “investimento”, nunca como “gasto”.

21. A democracia política, econômica e social não pode ver-se avassalada por uma coalizão empresarial, hegemonizada pelo capital financeiro, que busca impor ao país, contra a maioria da sociedade, legislações trabalhistas e previdenciárias regressivas, ao mesmo tempo em que fragiliza – quando não destrói – os componentes mais dinâmicos de seu sistema produtivo.

22. A recessão, a *débâcle* social e a desordem institucional, somadas a uma equivocada e submissa visão da cena internacional, têm como consequência a **degradação de nossa política externa, o que compromete a soberania nacional**. O Brasil está isolado no mundo e até mesmo na América Latina. Se essa situação não for prontamente revertida, a Nação estará condenada à mais absoluta irrelevância na cena global.

23. Mas a soberania nacional é igualmente golpeada quando a política econômica compromete a realização dos objetivos da Estratégia Nacional de Defesa e de seu correlato plano de reaparelhamento das Forças Armadas, impedindo que essas instituições possam cumprir suas obrigações constitucionais e legais.

24. O até agora exposto, mais do que um diagnóstico da situação nacional, aponta, como que em um espelho, para aquilo que as forças progressistas e democráticas devem construir, tão logo seja su-



perada a difícil e amarga situação que atravessa o povo brasileiro e suas instituições.

25. A democracia brasileira foi duramente atingida pelo golpe parlamentar de 2016. Agravou-se a crise econômica e social que os golpistas diziam poder resolver. A gigantesca sombra que ofuscou o futuro da Nação – e que semeia a perplexidade e a desesperança da sociedade – só poderá ser revertida quando o povo brasileiro tomar em suas mãos a tarefa de reconstruir um país distinto. Para tanto, será fundamental a realização de eleições livres em todos os níveis e o desencadeamento de um processo de refundação institucional do país, o que, no momento azado, exigirá uma nova Constituição. Esse processo é incerto na conjuntura atual e depende centralmente de nossa acumulação de forças social e política e da clareza de nossa análise de nossas propostas.

26. O novo desenho político institucional do Brasil, assentado em um verdadeiro Estado Democrático de Direito, será resultado da retomada, pela cidadania, da formulação do destino nacional.

27. A reforma política deve buscar dotar o país de instituições políticas independentes e harmônicas, assim como de mecanismos de representação, aí incluindo um novo sistema de partidos que seja efetiva expressão das distintas sensibilidades nacionais e não de arranjos a serviço de interesses subalternos. A preeminência que o Judiciário apresenta hoje não corresponde à preeminência do Direito, mas à judicialização da política, que expressa a crise da política.

28. O Estado Democrático de Direito a ser construído será laico, defensor dos Direitos Humanos, especialmente quando sua violação, pela violência estatal (nas prisões, pelas polícias), atinge aos mais desassistidos: negros, mulheres, jovens, LGBT, pobres.

29. A multiplicidade dos mecanismos de controle social do Estado diminuirá a distância deste em relação aos cidadãos e será po-

deroso antídoto no combate à corrupção e à burocracia, que inferniza a vida de homens e mulheres comuns. Serão combatidas as corporações burocráticas no interior do aparelho de Estado, que buscam autonomizar-se para implementar políticas próprias e/ou fraudar decisões governamentais, quando não defender interesses particulares. Ao mesmo tempo que combate a corrupção o Estado Democrático de Direito levará adiante um amplo movimento de eliminação de privilégios de todo tipo, que deformam os poderes da República.

30. A economia brasileira deve reatar com uma tradição passada de lograr altas taxas de crescimento, sem o que nossos graves problemas conjunturais e estruturais não serão jamais resolvidos. Distinto de outros momentos de nossa história, deveremos perseguir, no entanto, uma expansão de novo tipo: um prolongado período de **desenvolvimento**, o que significa um crescimento sustentável do ponto de vista social – capaz de produzir a redução constante da pobreza e da desigualdade –, assim como capaz de lograr equilíbrio do ponto de vista macroeconômico.

31. Para que ambas condições se materializam é necessário que o Estado tenha forte presença em setores estratégicos da economia. Da mesma forma, deve exercer plenamente sua função como agente regulador. Especial destaque tem o setor de petróleo (e a Petrobras dentro dele), não só por seu papel na produção de energia, como também por sua irradiação em todo o setor industrial.

32. Caberá ao Estado propor e coordenar a execução de políticas que assegurem a reindustrialização do país, em sintonia com as grandes e aceleradas transformações produtivas em curso no mundo, procurando regionalmente estabelecer cadeias de valor, que permitam à América do Sul, integrada com o Brasil, uma presença mais sólida no mundo e capaz de estabelecer alianças internacionais com parceiros importantes.

33. Todo o setor produtivo deverá ser beneficiado pela expansão da ciência, da tecnologia e da inovação, que irão colocá-lo em



equiparação com as grandes potências mundiais. Esse imperativo econômico tem igualmente grande projeção social, pois garante e expande internamente o bem-estar da sociedade.

34. O processo de retomada, em novas bases, de nosso desenvolvimento passa pela resolução dos gargalos em matéria de infraestrutura: energética, logística, de comunicações, da mesma forma que aqueles relacionados a questões urbanas, nos âmbitos habitacional, de transporte e saneamento. São questões que pedem enormes investimentos e, em muitos casos, exigem iniciativas coordenadas e solidárias com países vizinhos. Aí, uma vez mais, o papel do Estado é fundamental.

35. O Brasil expandirá sua política de proteção ambiental passada, nos campos e na cidade, visando à sustentabilidade de nosso meio ambiente, mas também melhores condições de vida para nossas populações, sobretudo os mais desassistidos. Manterá e expandirá seus compromissos internacionais sobre a matéria.

36. Seja nas questões relacionadas à industrialização, à expansão da agricultura, à melhoria dos serviços, como no incremento de infraestruturas, terão papel preponderante os bancos e agências financeiras estatais. A retomada do crédito será fundamental também para a expansão da agricultura familiar e para os pequenos, micros e médios empreendimentos urbanos. O crédito ocupará lugar igualmente relevante na consolidação de nosso mercado interno, um dos grandes trunfos de que dispomos.

37. Do ponto de vista macroeconômico será fundamental a redução das atuais taxas de juros – entre a mais altas do mundo –, assim como uma política cambial que não penalize o sistema produtivo e dê competitividade às exportações. O equilíbrio fiscal não pode ser logrado por meio de cortes indefinidos de gastos, como estabelece a PEC 95, que tem de ser revogada. Exige uma reforma tributária que garanta a solvência das contas públicas e preserve a renda dos traba-

lhadores. Ela deve incidir sobre as grandes fortunas, a especulação e todas as formas pelas quais são constituídos os grandes patrimônios. Isenções fiscais deverão ser sujeitas a rígidos critérios. Idêntico rigor deve ser aplicado ao combate à fraude e à sonegação.

38. Uma política econômica que privilegie o desenvolvimento e preserve parâmetros macroeconômicos saudáveis tem de ser complementada pelo aprofundamento de uma ampla rede de proteção social, com políticas de transferência de renda via Estado e com todo um arsenal de políticas públicas que buscam proteger setores desvalidos da sociedade. Políticas públicas nas áreas de saúde e educação terão indiscutível preferência, tendo em vista o lugar estratégico que ocupam em um Estado de Bem-Estar.

39. A revolução produtiva pela qual o Brasil tem de passar não pode ser pretexto para a introdução de normas que degradem o mundo do trabalho. Ao contrário, impõem-se cada vez mais medidas que garantam a redução da jornada do trabalho e mecanismos de formação profissional constante que não façam recair sobre os trabalhadores o ônus da inovação tecnológica.

40. A educação em todos os seus níveis ocupará lugar central no futuro. Não só – e nem tanto – pelo papel que tem no desenvolvimento econômico nacional, mas, sobretudo, enquanto instrumento essencial na formação da cidadania e, assim, como garante da democracia.

41. A presença ativa e altiva de um país no cenário internacional decorre de dois fatores. Em primeiro lugar, da força de sua economia, do vigor de sua sociedade e da consistência de sua democracia. Em segundo lugar, pelos valores que seu governo defende globalmente e por sua capacidade de entendimento da situação internacional.

42. O Brasil retomará e aprofundará a política externa que defendeu no início deste novo milênio. Lutará pela paz e pelo desarmamento, pelo respeito à autodeterminação dos povos e pela solu-



ção pacífica de conflitos, por uma ordem econômica e social global livre das assimetrias atuais, por um mundo multilateral, multipolar e solidário. Enfatizará a aliança com os países latino-americanos e caribenhos. Por essa razão buscará refundar o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e dar todo apoio à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Estará cada vez mais próximo da África, parte integrante de sua política Sul-Sul. Fortalecerá o BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e nas instâncias multilaterais, como na ONU ou no G 20, fará sempre sentir a voz dos que não têm capacidade ou força para expressar-se.

43. Da mesma forma que condenamos a violência no mundo, um novo governo terá de fazer enorme esforço para combatê-la internamente, produzindo uma reforma profunda do arcabouço policial, do sistema prisional e usando de todos os meios disponíveis para difundir uma cultura de paz. As Forças Armadas tiveram seu reaparelhamento interrompido. Para cumprir suas determinações constitucionais e sua vocação dissuasiva, conforme estabeleceu a Estratégia Nacional de Defesa, é fundamental que elas sejam tratadas com o respeito que essas instituições merecem.

44. O grave retrocesso que o Brasil está vivendo desconstrói sua economia, desagrega sua sociedade e provoca profunda erosão em seu sistema político. Estamos diante de uma enorme tarefa de **reconstrução**. Passados os primeiros momentos de desalento e de perplexidade, a sociedade começa a dar sinais de inconformismo com o **status quo** e mostra disposição em reverter o difícil quadro que estamos vivendo.

45. As forças progressistas aqui reunidas sabem que têm um caminho complexo e árduo a percorrer – que exige derrotar os atuais donos do poder e que supõe entender criticamente as razões da grande derrota que sofremos. Mas que depende, também e essencialmente,

de nossa capacidade de formar uma grande coalizão social e política capaz de construir um novo amanhã para o Brasil. Essa coalizão tem de ser mais ampla que o espaço das esquerdas. Aos setores progressistas, representados por partidos de esquerda e movimentos sociais hoje agrupados em Frentes de intervenção política, compete conduzir um movimento, que se faz cada vez maior e mais combativo. Compete fundamentalmente atrair amplos setores democráticos em todas as esferas da sociedade brasileira, inclusive aqueles que, equivocados, participaram da aventura golpista.

46. Um programa mais avançado, que nos permita superar a situação atual e proteger-nos no futuro de retrocessos, como o que sofremos, será consequência de nossa capacidade de formular alternativas programáticas inovadoras, mas sobretudo de construir uma nova correlação de forças no país.

47. A profunda brecha que vivemos nos dias atuais, como, de resto, vivem outros países na América Latina, expressa a amplitude da crise que atravessamos e aponta para a magnitude dos desafios que temos pela frente. O Brasil não pode seguir, diante das dificuldades atuais, um caminho que as isole, confinando-as em um canto de nosso tabuleiro político. Não pode, menos ainda, reeditar – em nome da unidade nacional – velhas políticas de conciliação que comprometeram a identidade do progressismo sem dar-lhe a eficácia que anunciavam.

São Paulo, julho 2017

*\* Marco Aurélio Garcia nasceu em Porto Alegre, foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes nos anos 1960 e um dos fundadores do PT. Ficou no exílio durante a ditadura militar entre 1970 e 1979. Lecionou na Universidade do Chile, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Chile), nas Universidades de Paris-VIII e Paris-X (França). Foi professor do Departamento de História da Unicamp. Em 1990, quando Secretário de Relações Internacionais do PT, foi um dos organizadores e fun-*



*dadores do Foro de São Paulo. Coordenou o Programa de Governo do presidente Lula nas eleições de 1994, 1998 e 2006 e o da presidenta Dilma Rousseff na eleição de 2010. Na Fundação Perseu Abramo foi membro de seu Conselho Curador.*

*Faleceu em 20-07-2017 e seu acervo ficou aos cuidados da Fundação Perseu Abramo, no Centro Sergio Buarque de Holanda, do qual ele foi o proponente e primeiro coordenador. Sua trajetória e produção acadêmica continuarão servindo de bússola para homens e mulheres que sonham com a construção de um mundo justo e fraterno.*

## Caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social

Ronaldo Carmona\*

1. A *grande crise brasileira*, pode-se dizer, já ingressa em seu quarto ano – se considerarmos as manifestações de junho de 2013 como seu ponto de deflagração – sem oferecer qualquer sinal de superação, sendo a *incerteza quanto ao futuro* a melhor expressão para definir o sentimento geral dos brasileiros atualmente.

2. Recém foi ceifada, há pouco mais de um ano, a experiência que certamente foi o *auge* do ciclo da redemocratização (1985-2016) – que por sua vez suplantou o longo ciclo nacional-desenvolvimentista (1930-1980). Foi quando houve, entre janeiro de 2003 e maio de 2016, pela primeira vez na história da República, experiências de um governo nacional liderado pela esquerda.

3. O presente trabalho não se aprofundará sobre lições e legados desta experiência, nem se debruçará sobre um balanço do período após a destituição de Dilma, visto que esses temas serão objetos de outras contribuições nesta oficina (1). Buscaremos aqui, inicialmente, numa breve introdução, desenvolver reflexões históricas a respeito da busca por um projeto nacional ao longo da nossa trajetória; em seguida, discutiremos um conjunto de alterações sistêmicas

que impactam na recomposição do projeto nacional; e finalmente apresentaremos um conjunto de desafios endógenos para sua retomada.

### **Os grandes projetos nacionais na trajetória brasileira e as ideias que os motivaram**

4. Momentos de grave crise de perspectiva de uma Nação exigem debruçamento coletivo e sistemático a respeito de momentos em que a nacionalidade logrou a superação de percalços e obstáculos, que lhe permitiram descortinar caminhos para a retomada. Vai longe nossa trajetória de edificação nacional. A tentativa de estruturar grandes projetos nacionais – cujo sentido comum é a ambição de maior autonomia nacional – deve ser retomada para buscarmos a consciência histórica desse esforço dos brasileiros. O sentido de projeto nacional surge com o próprio surgimento da Nação independente. Povo novo, fruto do amalgamento de três raças – elas mesmas já miscigenadas –, num vasto território colonizado a partir do que pode ser entendido como um primeiro movimento de globalização (2), os brasileiros realizam sua transição para a independência de forma singular, preservando o Estado colonial como forma de resguardar a então precária unidade política e territorial. Essa transição, que envolve continuidades e rupturas – marca, aliás, que perdurará por toda a trajetória –, terá como primeiro ato a formulação de um ousado e progressista projeto de Nação por parte de José Bonifácio de Andrada e Silva. O *Projeto Andradino* pressupunha, antes de mais nada, a manutenção e a integração do Estado e do território nacional; a libertação dos escravos e o aldeamento dos índios; o estabelecimento de princípios sul-americanistas de nossa política externa ao definir uma estratégia de cooperação no âmbito do Rio da Prata; por fim, a defesa de que “não se deveria esquecer de ‘fomentar a indústria e as fábricas’ do reino, pois a agricultura por si não basta e ‘sem indústria, sem fábrica e manufatura nenhum Estado é rico e independente’.” (3).

5. Derrotado o *projeto andradino* pelas elites agrárias escravocratas, o século XIX desemboca na efervescência de militares vitoriosos na Guerra do Paraguai, que sedentos de *modernização* e movidos pela *ideia de progresso*, inspirados na visão *positivista*, proclamam a República para pouco depois dar posse ao governo *jacobinista* de Floriano Peixoto. Em meio a pesadas turbulências políticas e militares – que vai da conspiração das elites paulistas à revolta da Armada –, Floriano chega a tentar tirar da gaveta o projeto proposto por José Bonifácio de transferir a capital federal para o Planalto Central. Deposto Floriano, reinicia-se um período, agora de três décadas, de domínio de elites agrária, agora da República.

6. Podemos localizar no *jacobinismo positivista* dos militares, combinado com uma *revolução* na interpretação sobre o Brasil (4), a *base de ideias* que lograram deflagrar um longo ciclo de transformações nacional a partir da Revolução de 1930.

7. O ciclo longo nacional-desenvolvimentista, justamente por sua duração, cerca de cinco décadas, foi heterogêneo e teve idas e vindas. Mas, para o que nos interessa aqui, registrou pelo menos três momentos de certa nitidez da tentativa de estruturar um projeto de Nação que buscasse maior autonomia nacional.

- Nos dois governos de Getúlio Vargas, que plantou fortes sementes da industrialização nacional, do planejamento de Estado e dos direitos dos trabalhadores;

- movido pelas ideias do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Escola Superior de Guerra (ESG), e pelos remanescentes da *assessoria econômica* de Vargas, está o turbulento período que vai do governo Kubitschek, com seu modernizador *Plano de Metas* e a construção de Brasília, até o governo João Goulart, onde se destacam a preponderância do planejamento, as *reformas de base* e a ideia da política externa independente (PEI);



- em grandes avanços na integração nacional e na aceleração da industrialização no período dos governos militares, especialmente com o II PND de Geisel.

8. O fim do ciclo nacional-desenvolvimentista e o início do ciclo da redemocratização trariam como *virtude* o coroamento de longa luta contra a ditadura e o descortinamento de lutas populares por direitos, há tanto represados, que se expressariam na Constituição de 1988. Mas também trariam consigo um prolongado período de incertezas e perda de rumo, de crise do projeto nacional, com o fim do *consenso nacional* a respeito de uma *ideologia do desenvolvimento*, que nos mobilizou por cinco décadas. Em setores da esquerda, aliás, *jogando a criança com a água do banho*, é reanimada uma tensão com o desenvolvimentismo, ganhando influência uma visão antiEstado (5), em flerte com os liberais e com concepções que apregoavam *enterrar a Era Vargas*.

9. Este ciclo longo da redemocratização teve, como dissemos, seu auge com os quatro governos de Lula e Dilma – este último, interrompido antes da primeira metade do segundo governo.

10. Duas lições ficam desta brevíssima digressão histórica sobre as tentativas de construção do projeto nacional. A primeira é a de que, constante e invariável em nossa trajetória histórica, *momentos de autonomia nacional* são antagonizados fortemente por setores da burguesia mais pouco afeitos à ideia de nação e mais vinculados, ideológica e materialmente, a interesses exógenos, resultando assim no truncamento da experiência. Como vimos, José Bonifácio, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Ernesto Geisel e, mais recentemente, o ciclo Lula e Dilma sofreram dessa *emboscada* contra o interesse nacional.

11. A segunda questão que aflora é a retomada do projeto nacional, após seu truncamento, ontem como hoje, exigir a conformação de uma nova maioria nacional – política, econômica e social –, embalada por ideias, visões e interpretações do sentido da Nação e de

suas potencialidades. Motivado pelas ideias da independência e pela unidade do vasto território legado pelo português, surgiu o *projeto andradino*. Baseados na ideia positivista de *progresso*, na nova visão sociológica das virtudes da nacionalidade, no surgimento do Partido Comunista do Brasil e do próprio movimento modernista de 1922, emergiram 1930 e o desenvolvimentismo. Inspirado na ideia de esperança, que nos movesse a uma condição de país desenvolvido, democrático e com justiça social, vicejou o ciclo Lula/Dilma.

12. Assim, cabe a pergunta: *Que base de ideias animará a retomada do projeto nacional?*

### **Transição no sistema internacional e projeto nacional**

13. A luta pela retomada do projeto nacional se dá, por um lado, num quadro de profundas e aceleradas alterações no cenário internacional e, por outro, em meio a transformações de vulto na própria configuração do capitalismo contemporâneo. Isso requer um exercício de reflexão geopolítica mais denso, para dele se extrair consequências: oportunidade e desafios, riscos e potencialidades.

14. Cabe destacar *de onde partimos* nesta reflexão. O desmonte do projeto nacional sob o governo Temer tem em sua face externa notória ausência de rumo estratégico no cenário internacional, como, aliás, tem sido admitido pelo próprio governo (6) e observado por seus apoiadores na grande imprensa (7). No geral, dedica-se o Itamaraty sob Temer a uma agenda de desconstrução da política externa de Lula e Dilma, a qual, somada às ações da Lava Jato, causa enorme prejuízo à presença brasileira em seu entorno estratégico (América Latina e África) (8). No caso dos chanceleres de Temer, o que se vê é uma postura abertamente ideológica – a qual acusavam cinicamente os governos anteriores –, como poucas vezes se viu em nossa história, contra nossos vizinhos sul-americanos. É o caso da Venezuela onde o Brasil busca promover a deposição do governo. O Barão de Rio Branco se revira em seu túmulo.



15. Ademais, esvazia nossa presença no BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e leva adiante, em contraponto que busca igualmente *demarcação ideológica*, uma adesão atabalhoada à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecida como “o clube dos ricos”, com graves consequências à autonomia nacional. O ingresso na OCDE representará a introdução de um conjunto de condicionalidades, por exemplo, controle do fluxo de capitais. Serve, como disse Henrique Meirelles, para “ajudar na abertura da economia brasileira” (*O Globo*, 04-07-2017, p. 19). Nesse *apequenamento* brasileiro, o próprio presidente da República, sem qualquer reação ou sinais de dignidade, é humilhado num pequeno país como a Noruega.

16. Sob Temer, o Brasil realiza uma silenciosa, mas expressiva, *abertura comercial unilateral* – num quadro, como veremos abaixo, de extrema fragilização da Indústria nacional (9).

17. As grandes tendências da situação internacional, no entanto, vão num sentido oposto. O *mal-estar da globalização* começa a produzir resultados políticos relevantes nos países desenvolvidos, como a eleição de Trump e o *Brexit* inglês. Podemos afirmar, como tendência dominante de nossa época, que ocorre o *fortalecimento de opções nacionais e endógenas de desenvolvimento*, sejam elas conduzidas por forças conservadoras, seja por progressistas – como é o caso de nossos parceiros do BRICS. Some-se ao anterior a consolidação de um quadro de *multipolarização no mundo*; noutras palavras, há uma nova correlação e distribuição de poder no mundo.

18. De conjunto, essa nova situação oferece *maior margem de manobra* para a retomada do projeto nacional brasileiro. Margem de manobra que tem sido relativamente contida com a emergência do *capitalismo financeirizado* nas últimas décadas, mas este também sofre crescentemente inunções do poder dos Estados nacionais – e contra eles frequentemente se volta. Contudo, para além da propa-

ganda ideológica liberal da globalização, o mundo continua *estado-cêntrico*.

19. No caso de um grande país como o Brasil, dotado de grande território, população relativamente extensa, amplos recursos naturais (água, terras agricultáveis, minérios), base industrial, científica e tecnológica razoavelmente diversificada, possuímos recursos de *poder nacional*, estáveis e variáveis, como poucas nações no mundo.

20. Cabe observar ainda algo central que é a emergência de uma nova revolução tecno-científica no mundo. Como observa Laplane (2015a),

“Do ponto de vista da base científica e tecnológica, existem grandes oportunidades para gerar novos mercados e construir a indústria do futuro. Os materiais nanoestruturados propiciam oportunidades de rejuvenescer produtos maduros e lançar novos produtos. Os processos de manufatura aditiva oferecem novas maneiras de realizar a fabricação de moldes e protótipos, além de viabilizar a fabricação customizada de produtos com baixo custo. A biomassa oferece uma nova fonte de energia e também matéria-prima para uma indústria química “verde”. Existem grandes oportunidades para traduzir em novos mercados o avanço no processamento, transmissão e armazenamento de informação, com o desenvolvimento de grandes redes como a “internet das coisas” ou ferramentas para a exploração de grandes bases de dados (*big data*). O aproveitamento de novas fontes de energia renováveis (eólica, solar, oceânica, geotérmica) e não renovável (*shale gas*, por exemplo) é também uma fonte de oportunidades de investimentos. Existem outras oportunidades associadas aos novos desafios tanto ambientais, na direção da economia de baixo carbono, como demográficos, em função do envelhecimento da população. As opções disponíveis não constituem ainda um conjunto articulado, embora seja perceptível a complementariedade de várias delas.”.



21. Esse debate guarda absoluta relação com o anterior, relativo a mudanças nas relações de força no mundo, sendo relevante para a redefinição do projeto nacional. Afinal, o sentido das manobras antiglobalização, a começar dos Estados Unidos, pode ser lido como movimento cujo objetivo é o *relançamento de sua hegemonia no sistema internacional através da busca de um novo dinamismo econômico*. Afinal, não se pode subestimar o papel da proteção da economia nacional, no caminho que os países hoje desenvolvidos percorreram para chegar a esta condição. Hamilton e List continuam a dizer muito sobre os rumos do desenvolvimento hoje.

22. Aspecto a destacar como efeito perene da crise internacional deflagrada em 2007-2008 é o fato de que os países desenvolvidos vivem um ambiente de *estagnação* ou *semi-estagnação* permanente que, aliado aos efeitos deletérios da globalização e às profundas alterações tecnológicas – como a *digitalização* ou *indústria 4.0* –, tem posto em xeque a ordem internacional liberal vitoriosa ao final da guerra fria, como atestam, aliás, as bíblias do liberalismo, como *The Economist* ou *Financial Times*, em sucessivos editoriais.

23. Terá base na realidade afirmar que a manobra da *primeira globalização contemporânea* – deflagrada em 1973 com a quebra unilateral, pelos EUA, do padrão monetário de *Bretton Woods* e o início de desregulamentação e liberalização do capitalismo – logrou seu primeiro objetivo: vencer a contenda da guerra fria, sobretudo pelo estrangulamento inovativo da União Soviética (10). Contudo, o acúmulo de contradições, que redundou na crise da financeirização em 2007-2008, exige a busca de novas formas de dinamismo que permitam enfrentar, do ponto de vista dos países desenvolvidos centrais, sua perda relativa de hegemonia.

24. Não há um desfecho dado na transição que ocorre nas relações de poder no sistema internacional atualmente; por toda parte que se olhe ocorrem manobras e contramanobras. Tal ambiente, como

se vê na literatura (11), é propício a maior espaço a um país como o Brasil para maximizar sua voz e seu poder relativo no sistema internacional, tendo em vista, sobretudo, seus objetivos internos, nomeadamente relativo à centralidade do seu desenvolvimento nacional.

25. Dada as duas seções anteriores do presente trabalho, em que apresentamos historicamente a luta por maior autonomia nacional na trajetória brasileira e na contextualização das profundas alterações no sistema internacional contemporâneo, consideramos possível agora seguir com uma terceira parte que tratará propriamente das alternativas para a recomposição do projeto nacional.

### **A questão nacional como ideia-força mobilizadora das energias de uma nova maioria: caminhos para a retomada**

26. A retomada do projeto nacional brasileiro depende, antes de mais nada, de uma ideia-força que motive e mobilize uma nova maioria nacional, superando o quadro atual de desilusão e ceticismo generalizado. Não se deve subestimar os efeitos sobre a consciência social que produziu o enxovalhamento diuturno da Nação, da nacionalidade e de seu potencial. Na luta política feroz, iniciada em sua fase *aguda* mais recente em junho de 2013, o quadro de polarização nacional, de forte divisão e clivagem entre os brasileiros, resultou em *dispersão da ideia e do sentido de Nação*. Retomá-la é a base da superação do atual estado de coisas.

27. A *centralidade da questão nacional* na quadra histórica atual, longe de ser uma abstração, decorre:

- das grandes tendências da situação internacional, como vimos, de reafirmação da preponderância do Estado-nação;
- do balanço da situação nacional decorrente da grave crise, que apresentou, num primeiro momento, brutal queima de riqueza nacio-



nal e força produtiva instalada, ao que se somou, após a deposição de Dilma, numa agenda de desconstrução das bases do projeto nacional.

28. Como ontem, hoje, contudo, só a esquerda não é suficiente para este desafio; seja por não ter força, seja porque é preciso reunir uma ampla maioria de brasileiros em torno da causa nacional. Após a grave derrota de maio de 2016, aliás, parte da esquerda, desorientada, flertou com a autofagia; algumas vozes argumentaram ter sido a aliança com o centro político a causa da derrota, quando foi exatamente a formação de uma aliança “social-produtivista” (12) que possibilitou a vitória de 2002.

29. A atual crise, em especial a tentativa de desmoralização da política, combinada com os erros cometidos por muitos, por certo implicará algum grau de reorganização dos campos político e de ideias. A esquerda precisará incorporar a ideia de nação com a centralidade que ela exige, inclusive subordinando *tendências de dispersão, fragmentação e atomização*, presentes no Brasil e no mundo, que tendem a negar a questão nacional e mesmo a de classe. Junto com isso, será necessária uma recomposição com as ideias de centro, cujo pensamento tende a ser *progressista* a respeito da presença do Estado e (relativamente) *conservador* quanto aos costumes (13). Ao mesmo tempo, o radicalismo das forças neoliberais do governo Temer tem avançado de tal maneira sobre amplos segmentos da Nação, os quais invariavelmente tendem a alargar campo antagônico. Em síntese, a retomada deverá ser fruto de **uma nova e alargada coalizão nacional-popular-produtivista** (14).

30. O aspecto central mais importante que expressa a centralidade da questão nacional na quadra atual é a **ideia-força do desenvolvimento**. Noutras palavras, retomar a *ideologia do desenvolvimento* em novas bases (15). E o problema central do desenvolvimento nacional contemporâneo, com olhos no futuro, passa pelo soerguimento de uma **estratégia nacional de reindustrialização**.

31. A indústria, especialmente a manufatura voltada à transformação, segue no presente como fator principal de riqueza das Nações. *Primeiro* porque grande parte do argumento teórico que fundamentou a necessidade de industrialização como caminho para a prosperidade e riqueza nacional continua essencialmente válido. *Segundo* porque, ao mirar as estratégias nacionais de desenvolvimento das principais nações do mundo, estas continuam tendo em projetos de reindustrialização de novo tipo a base de seus projetos de desenvolvimento. Examinemos estas duas questões.

32. Diz o argumento clássico a favor da industrialização que a manufatura é base para o aumento da renda *per capita*, pois seu desenvolvimento resulta na elevação da produtividade média da economia decorrente do direcionamento da produção para os setores que geram maior valor adicionado. “Autores como Rosentein-Rodan (1943), Prebisch (1949), Lewis (1954) e Furtado (1961) estão entre os pioneiros a apontar a relevância da manufatura no processo de desenvolvimento. É nesse setor que ocorrem as inovações tecnológicas que possibilitarão a produção de bens mais sofisticados, a mudança estrutural e o avanço da produtividade intersetorial que elevarão a renda *per capita* da economia.”. (MARCONI, 2015a).

33. Schymura e Canêdo Pinheiro (2013) observam que se destacam na literatura, usualmente, três argumentos sobre os efeitos potenciais à economia relacionados ao peso do setor de manufatura:- efeitos na produtividade devido ao *efeito composição*. Trata-se de “mudança no nível de produtividade de uma economia provocada pelo deslocamento de trabalhadores entre os setores que apresentam diferentes índices de produtividade de mão de obra.”;- efeitos de dinamismo econômico relacionado ao *encadeamento* entre os setores. Argumento “com vida longa entre os estruturalistas, como Albert Hirschman”, “que enxerga nas manufaturas a virtude de demandar muitos insumos de outros setores, dinamizando desta forma a economia como um todo.”. Exemplo “é o setor automobilístico, cuja ativi-



dade puxa consigo os segmentos de autopeça, aço, borracha, plásticos etc.”;- por fim, destacam as externalidades de uma *economia de aglomeração* (formação de cluster) associadas à atividade de P&D (pesquisa e desenvolvimento). A “economia do conhecimento”, cujo exemplo mais emblemático é o vale do Silício, “é caracterizada pelo extraordinário dinamismo em termos de inovação e tecnologia, com transbordamentos que escapam à apropriação individual pelas empresas. Como tal, configura-se num caso típico em que o estímulo da política pública se justifica em termos de eficiência econômica.”. Segundo os autores citados, “as externalidades de P&D em economias de aglomeração são um dos poucos consensos no debate entre ortodoxos e heterodoxos sobre política industrial. É argumento válido, com copiosas evidências empíricas.”.

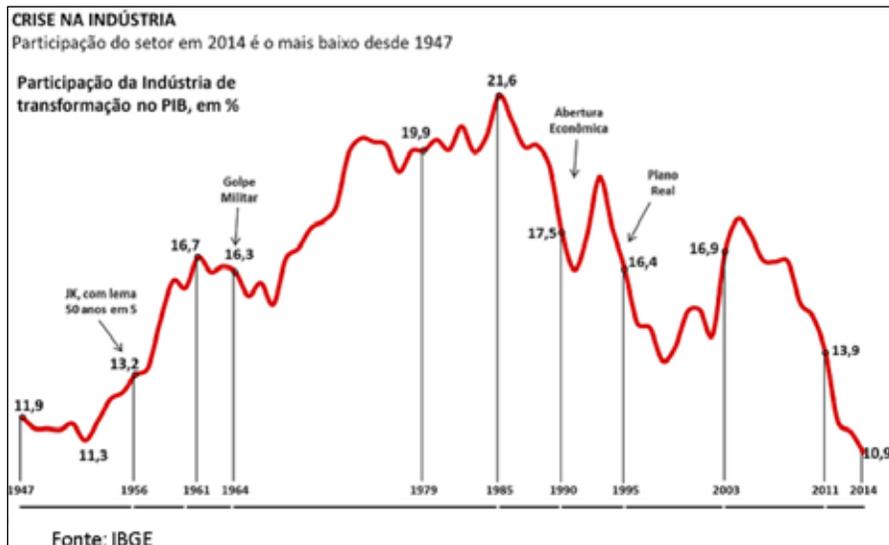
34. A corrente liberal, inversamente, secundariza o papel da indústria no projeto de desenvolvimento. Para os monetaristas ortodoxos, não é tão relevante se um país exporta minério de ferro *in natura* ou produtos siderúrgicos, petróleo cru ou derivados (16).

35. Examinemos a segunda questão. Como mostram duas recentes Cartas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) (17), “há uma grande atividade nas políticas industriais ao redor do mundo no presente momento.”. Segundo os relatórios, “nos principais países inovadores da OCDE, como Alemanha, Coreia do Sul, Estados Unidos e Japão, ocorreram várias iniciativas de integração das estratégias nacionais de inovação nos programas de competitividade e de política industrial. Nas principais economias emergentes, o potencial de contribuição da pesquisa e inovação para o crescimento econômico e produtividade também tem sido enfatizado nos programas nacionais.”.

36. Os principais programas em curso referem-se ao que se convencionou chamar de **quarta revolução industrial**. Apresentando distintos nomes – *digitalização* e *indústria 4.0* na Alemanha, *manufatura*

*avançada* nos Estados Unidos ou na China –, representam a integração de *sistemas ciber-físicos*, com alto nível de robotização e automação, resultando em nova revolução na produtividade (18) – como, aliás, foram características das “revoluções industriais” que precederam o movimento atual.

37. Enquanto os principais países do mundo realizam uma corrida pela liderança de indústria ancorada na inovação, o **Brasil vive situação inversa: uma brutal queda da participação da Indústria de transformação no PIB**: desde 1985, quando atinge 21,6% do Produto Interno Bruto (PIB), seu auge ocorre uma *regressão profunda na estrutura produtiva brasileira*, que em 2014 chega a 10,9%, mesmo patamar de 1947. Há analistas que preveem que os números em breve trarão uma participação inferior a um dígito, num retrocesso à situação existente no início do século XX, que antecedeu o esforço industrialista brasileiro.



38. No entanto, o trauma inflacionário dos anos 1980 e do início dos anos 1990 parece ter feito a sociedade aceitar uma lógica perversa: em nome da estabilidade de preços, aceita-se um arcabouço

macroeconômico que leva à desindustrialização, isto é, a perda de riqueza líquida na economia nacional.

39. Não é aceitável uma sociedade conviver com as taxas de juros mais altas do mundo durante décadas. É sinal de patologia econômica grave e de captura por interesses rentistas espúrios. Como diz Oreiro (2015a), “a taxa Selic representa a taxa de retorno da aplicação financeira *livre de risco* no Brasil.”. Se tivermos uma taxa real – como se vê no momento atual, com a queda dos juros – na casa de 4%, resulta que “em poucos lugares do mundo uma aplicação *livre de risco* gera uma taxa de retorno tão alta.”. Com isso, “os empresários só estarão dispostos a realizar aqueles projetos de investimentos cuja taxa de retorno supere a taxa de juros livre de risco por uma elevada margem (essa margem é o que se conhece como *prêmio de risco*).” Lacerda e Loures (2015a) observam que, no caso brasileiro, os títulos da dívida pública oferecem “liquidez imediata, razoável nível de segurança e elevada rentabilidade.”. Em síntese, não há investimento *legal*, de maior rentabilidade que a dívida pública brasileira.

40. As elevadas taxas de juros brasileira na crise atual, aliás, têm aprofundado tal fenômeno. Como demonstrou estudo encomendado por um jornal (*Folha de S.Paulo*, 02-07, p.A18), “os números mostram que o setor privado está poupando como nunca, mas a maior parte dos recursos tem servido *para financiar o governo em vez de investimentos produtivos*.”. Afinal, “os juros pagos para financiar a dívida pública garantem retorno superior às possibilidades oferecidas às empresas por outras opções de investimentos (...) dos recursos totais captados pelo sistema bancário, nada menos que 72% são destinados exclusivamente ao financiamento do setor público.”. A anomalia é tal que vozes dissonantes começam a aparecer inclusive no seio da corrente monetarista (19).

41. Mas a questão está longe de ser simples. Amplos e poderosos estratos altos e médios da sociedade brasileira se revelam *viciados*

nessa lógica de auferir o fundamental de seus ganhos pela renda financeira. Não por acaso, trabalhos importantes de balanço dos motivos que levaram ao *impeachment* de Dilma diagnosticam que o impulso inicial veio ao se *cutucar onça com varas curtas* (20), derrubando os ganhos na esfera financeira.

42. Cabe identificar aqui uma outra questão curiosa, como argumentou recentemente um analista estrangeiro: “a direita do Brasil gosta de se queixar dos impostos, mas não parece ter problemas com o maior e mais economicamente destrutivo deles: os juros exorbitantes que os brasileiros pagam sobre sua dívida pública.”. Lembra o analista que, em 2016, cerca de 7,6% do PIB foram gastos com o pagamento de juros sobre a dívida. Assim, “trata-se, de um total de 183 país, da quarta mais alta carga de juros sobre a dívida pública”, similar a um país em guerra civil (Iêmen) (21). Em outras palavras: com uma mão paga-se “x” em impostos e com outra se recebe “x-plus” em dividendos das aplicações em juros.

43. O custo fiscal disto é dramático. Para se ter uma ideia, apenas os modestos cortes de 4 p.p. nas taxas de juros no último ano, reduzindo-a de 14,25% para 10,25%, representam uma redução de R\$ 100 bilhões em relação aos gastos com a dívida pública em 2015 (22), já que a “despesa da União com o pagamento de juros da dívida deve chegar a R\$ 402,2 bilhões, quase R\$ 100 bilhões a menos do que em 2015.”.

44. Algo parecido ocorre em relação à taxa de câmbio, cujo patamar é determinante para abrir ou fechar portas às exportações. Muitos analistas têm denominado a prática de manter a moeda estruturalmente sobrevalorizada, em especial desde o Plano Real, de *populismo cambial*, uma vez que resultaria, especialmente na classe média, numa sensação desprovida de base real quanto ao poder de compra, permitindo-lhe comprar qualquer tipo de bugigangas de Miami. Excetuando-se um breve período com Dilma, no qual se buscou por meio de custosos mecanismos de *swap* cambial manter a



moeda competitiva, há quase 25 anos convivemos com moeda sobrevalorizada que, junto com juros altos, formam um *duo* mortal para a indústria nacional. No período Lula, por exemplo, “a preços de hoje, a taxa de câmbio entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010 apreciou-se de R\$ 5,10 por dólar para R\$ 1,90 por dólar” (BRESSER PEREIRA, 2015a). Em grande medida, tal apreciação cambial foi fator determinante para um modelo de crescimento ancorado na demanda (consumo).

45. Com uma política macroeconômica hostil à indústria, não restou às meritórias políticas industrial e de inovação dos governos Lula e Dilma senão o papel de *enxugar gelo*. Com Temer, contudo, a situação se torna muito mais dramática, pois além de serem mantidos os dois preços macroeconômicos (juros e câmbio) na mesma anomalia descrita, são interrompidas as medidas mitigadoras que existiram nos últimos 13 anos. Dentre elas:

a) a persistente retirada, sem qualquer critério lógico que não o de *planilha*, de subsídios, desonerações, incentivos e regimes especiais, inclusive de exportações, à indústria;

b) o *empoçamento* de recursos de crédito no BNDES, com encarecimento dos custos (TJLP [taxa de juros de longo prazo] substituída por taxa de mercado, chamada TLP [taxa de longo prazo]), aperto nas exigências para concedê-los e devolução antecipada de R\$ 100 bilhões ao Tesouro, numa espécie de “pedalada fiscal” ao contrário (23);c) desmantelamento da política de conteúdo local (PCL), seja como critério para a concessão de empréstimos a taxas mais favoráveis no BNDES, seja na sua revisão no setor de petróleo e gás (P&G). Em P&G, a revisão da PCL foi tão radical que setores da indústria advertem que poderão ser preenchidas as novas regras sem que se compre “um parafuso” da indústria nacional – novamente, uma “quebra de contrato”, já que os leilões exigiam o cumprimento da PCL.

46. No curso da definição do projeto nacional de desenvolvimento, cabe robusta política industrial e de inovação – uma *estratégia nacional de reindustrialização* –, que abra um novo período de expansão, recompondo as bases do projeto nacional. Como se faz nas experiências mais avançadas em curso no mundo, devem-se integrar política industrial e política de inovação, estimulando a criação de novas competências em áreas de maior dinamismo potencial da economia mundial. Para isso, se deverá *enfrentar um leque de desafios*:

(i) desenvolver fatores de competitividade sistêmica em linha com as condições internacionais, de modo que a indústria nacional possua condições isonômicas de competição, tanto no mercado interno – onde concorre com importações – quanto no mercado externo – para a promoção de exportações;

(ii) efetivar, quanto à dimensão horizontal e sistêmica da política industrial e de inovação, uma *política macroeconômica pró-indústria*, baseada em condições macroeconômicas favoráveis à reindustrialização, o que pressupõe não apenas um ambiente estável, mas políticas favoráveis aos investimentos, como:

- taxas de juros compatíveis com os padrões internacionais, tendo em vista o porte de nossa economia, inexistência de histórico de insolvência etc.;

- política cambial que situe a moeda em patamar adequado às exportações industriais. Não cabe utilizar o câmbio como instrumento de combate à inflação, como se fez, erroneamente, na maior parte das últimas duas décadas e se sinaliza, com a nova meta de inflação, no próximo período;

- recomposição do sistema de crédito e financiamento *público* – a partir do BNDES, Finep e bancos públicos –, e *privado* – através do fomento ao mercado de capitais. Num contexto de aproximação da taxa de juros (Selic) ao padrão internacional, de fato, a taxa subsidia-



da (atual TJLP) poderá dar ênfase à inovação, onde – mostra a experiência internacional –, sem o apoio e liderança do Estado, não ocorre desenvolvimento de novas capacidades (24);

(iii) buscar, ainda quanto à dimensão horizontal da política industrial e de inovação, enfrentar questões de *aumento da produtividade sistêmica* através, dentre outras, de medidas como:

- um vigoroso programa de infraestrutura de integração nacional. O tema da integração nacional é essencial para enfrentarmos um *passivo* que, todavia, em pleno século XXI, se arrasta desde os primeiros planos de integração do território no século XIX. Ainda hoje, não temos o conjunto do território nacional integrado e articulado;

- fomento à educação, destacando-se, para isso, a importância da continuidade da expansão da rede pública de ensino superior, tecnológica e profissionalizante, tendo em vista os impactos das modernizações tecnológicas no trabalho do século XXI;

(iv) quanto à dimensão vertical da política industrial:

- adotar o conceito de políticas de aglomeração (*clusters*) combinado com programas mobilizadores e de *mission-oriented* que busquem um esforço coordenado entre empresas públicas e privadas, universidade e Estado, incluindo seu poder de compra, que realizem ações articuladoras e otimizadoras de *ecossistemas de inovação*; estes devem ser necessariamente temáticos e focados no desenvolvimento de tecnologias críticas específicas e na resolução de problemas técnicos específicos que permitam a criação de novas competências industriais e tecnológicas;- nesse mesmo sentido anterior, definir o uso, no contexto das definições de política industrial e de inovação, do instrumento de poder de compra do Estado (*procurement*) visando a induzir inovação em áreas de fronteira e de reconhecida *expertise* nacional, como saúde, agricultura, energia, defesa nacional, dentre outras;- retomar políticas de conteúdo local competitivas, que estimulem a

criação de segmentos em áreas dinâmicas da economia nacional, com aferição de resultados, contrapartidas e prazos de validade;

- nesse sentido, cabe ao país estimular a política de criação de campeões nacionais – atualmente demonizada pela ideologia neoliberal que, aproveitando equívocos cometidos no passado, busca eliminar essa necessidade que todos os grandes Estados nacionais estimulam;(v) quanto à base produtiva constituída no primeiro esforço de industrialização nacional, é preciso medidas para a recuperação de capacidades e elos perdidos no recente esvaziamento de cadeias produtivas; concomitantemente a isso, um aspecto destacado de uma nova política industrial e de inovação deverá observar a importância de modernização do parque produtivo instalado, fruto das segunda e terceira revoluções industriais – parte delas, todavia, não internalizadas. Assim, será preciso forte apoio à inovação incremental, que poderá gerar um salto de produtividade na indústria tradicional por meio do progresso tecnológico advindo da incorporação de novas máquinas e novos equipamentos (25);(vi) instituir fortes mecanismos de governança e avaliação da política industrial e de inovação, visando a aferir resultados, monitorar desempenhos, propor ajustes ou descontinuidades ou mudanças de rotas e analisar a efetividade de subsídios, incentivos e outros mecanismos de apoio público. Hoje, o Estado brasileiro carece dramaticamente destas competências, cometendo erros derivados dessa insuficiência, que acabam por reforçar argumentos ideológicos liberais. Mesmo ilhas de excelência do Estado brasileiro, como BNDES e Finep, carecem de mecanismos internos de aferição da efetividade de suas políticas;(vii) no que diz respeito ao ambiente internacional:

- retomar uma diplomacia comercial, que atue nos grandes fóruns internacionais para questionar as práticas cambiais e comerciais que distorcem as condições de isonomia competitiva no mercado internacional;- criar mecanismo de incentivos governamental, que permita o desenvolvimento local de estágios de produção de alto



valor agregado, preferencialmente em setores criadores de externalidades tecnológicas positivas, como o aeroespacial, eletroeletrônicos e telecomunicações, visando a uma integração virtuosa, e não subordinada, com as *cadeias globais de valor*. Estimular, no contexto de um modelo de integração produtiva sul-americana, a criação de cadeias de valor – que hoje, segundo a literatura, adquirem sobretudo características regionais.<sup>47</sup> Buscamos aqui elencar um conjunto de medidas relativas ao que compreendemos ser o grande desafio nacional para dar curso à construção da alternativa ao atual estado de grave crise que vive a Nação. Por certo há inúmeras outras dimensões a serem observadas, a começar de questões afeitas à soberania nacional, daquelas vinculadas à reversão de medidas que criam constrangimentos ao desenvolvimento nacional instituídas pelo governo Temer (a começar do chamado “teto de gastos”), ademais da questão democrática e da questão social.

48. Os brasileiros, ao longo de sua trajetória, lograram, como vimos, realizar ciclos virtuosos de construção nacional. Cabe-nos iniciar um novo ciclo longo de prosperidade nacional. Esta Oficina, com olhos voltados ao futuro e observando nossa trajetória, é passo importante nas redefinições programáticas da esquerda brasileira.

*\* Ronaldo Carmona – Graduado em Ciências Sociais, é mestre em Geografia Humana e Doutorando pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Comitê Central do PCdoB e pesquisador da Fundação Maurício Grabois.*

Oficina FMG/FPA/FLB-AP  
São Paulo, 14/07/2017

---

## Notas

- (1) Sobre um balanço do último ano desde a deposição da presidente Dilma, recentemente publicamos *A desconstrução das bases do projeto nacional brasileiro*, em obra coletiva, organizada por Renato Rabelo e Adalberto Monteiro, *Governos Lula e Dilma: O Ciclo Golpeado* (Fundação Maurício Grabois / Editora Anita Garibaldi, 2017).

- (2) Refiro-me à epopeia representada pela construção de um vasto Império mundial, por um Estado das bordas geográficas da Europa (Portugal) que, revolucionando as ciências marítimas e de navegação, realizaram a primeira expansão planejada da civilização ocidental pelo mundo.
- (3) Ver CARMONA, R. Bonifácio, gênese do pensamento nacional. In: Revista *Tensões Mundiais*. Fortaleza: UECE, 2014.
- (4) Nos referimos aqui ao decidido enfrentamento à velha interpretação sociológica que precognizava a inviabilidade do Brasil e do seu povo dadas a geografia e a mestiçagem. Gilberto Freyre, em especial, com *Casa Grande e Senzala* (1933), inverte a chave e vê na miscigenação uma virtude da civilização brasileira. O pensamento negativista sobre a nacionalidade, porém, sobreviveria; deixaria traços, contudo, numa visão sociológica difundida a partir de São Paulo.
- (5) Ver, por exemplo, FIORI, J. L. O “desenvolvimentismo de esquerda” e Desenvolvimentismo e dependência, respectivamente de 29-02-2012 e 28-03-2012, no *Valor Econômico*.
- (6) Em maio passado, por exemplo, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, abrigada agora como uma seção da Secretaria Geral da Presidência (Moreira Franco), observou em documento que a “agenda pontual e conjuntural” de Temer “não integra um projeto de política exterior estratégico e coerente” nem possui “objetivos de longo prazo que o país se propõe a alcançar.”.
- (7) Ver, por exemplo, o jornalista Clovis Rossi, da *Folha de S. Paulo*, em colunas como as intituladas A falta que faz um presidente (02-07-2017) ou O Brasil fica pequeno no G20 (18-06-2017).
- (8) As ações de “cooperação internacional” da Lava Jato são realizadas de forma autônoma, isto é, à parte do Itamaraty, diretamente com o Departamento de Justiça (DoJ) norte-americano, órgão do Poder Executivo daquele país, que repassa, sob a medida de seus interesses, informações de inteligência contra grandes grupos brasileiros com importante presença econômica na América Latina e na África. Em países como os Estados Unidos, aliás, algumas das atitudes dos procuradores certamente seriam enquadradas como crime de traição nacional.
- (9) Como mostrou recente relatório da OMC ao G-20, o Brasil é o país que mais adotou medidas de abertura comercial, entre outubro de 2016 e maio deste ano. Foram nove medidas de redução de proteção tarifária e quatro para facilitar importações. Exatamente o oposto do que ocorreu no mundo, onde 42 diferentes barreiras foram implementadas no período. A administração Trump abriu 13 processos antidumping (OESP, 1<sup>o</sup>-07-2017, p.B11).
- (10) Ver FERNANDES, L. A teia de Tânato: da industrialização acelerada à encruzilhada da inovação no socialismo soviético. In: *100 anos da Revolução Russa – legados e lições* (Fundação Maurício Grabois / Editora Anita Garibaldi, 2017).



- (11) Momentos de transição e multipolarização aberta são, por definição, mais propícios à realização de alianças e contra-alianças entre as nações, sobretudo às maiores, com maior margem de manobra. Foi o caso, por exemplo, do ambiente anterior à Primeira Guerra Mundial ou do entreguerras. Em oposição, o período da guerra fria, por definição mais estático, exigia manobras como o *Movimento dos Não Alinhados* para sair da camisa de força ideológica bipolar.
- (12) No geral, é consensual na literatura a denominação do modelo dos governos Lula e Dilma como “social-desenvolvimentista”, que representaria a questão social como estruturante do projeto de desenvolvimento. Por isso aqui utilizamos social + produtivista.
- (13) Sobre isto, ver recente e ampla pesquisa do Instituto Datafolha sobre o *perfil ideológico dos brasileiros* (junho de 2017). Íntegra disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/07/1898056-ideias-afinadas-com-esquerda-voltam-a-empatar-com-pensamento-de-direita.shtml>>.
- (14) Por certo, uma agenda de pesquisa a desenvolver, é melhor compreender as causas do abandono de Dilma por parte do setor produtivo. Alguns trabalhos recentes discutem, embrionariamente, com méritos, todavia com insuficiências, esta questão. Ver Singer (2015b), Carneiro (2017) e Dweck & Teixeira (2017). Em materiais jornalísticos encontramos outras pistas a respeito, como no Caderno EU&, do jornal *Valor Econômico*, de 15-04-2016 – em pleno “olho do furacão” –, sobre “O desembarque do PIB”. O certo é que, nem o desembarque foi em bloco – no que permite observar segmentos e frações da burguesia brasileira –, nem sua postura no último ano tem sido uniforme, muito ao contrário.
- (15) Compreendemos *ideologia*, no sentido aqui empregado, como propôs San Tiago Dantas em Conferência, na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1953. Nela, a partir da leitura de Marx (*A miséria da filosofia*) e Karl Mannheim (*Ideology and Utopy*), propõe seu uso não em sua (suposta) “acepção negativa” (isto é, de facção, segmento, parte), mas no sentido totalizante, daquela que busca cumprir os “**interesses vitais da nação**”.
- (16) Um exemplo: “Para nós, ortodoxos, o crescimento é um processo de desenvolvimento institucional – o que você produz não é muito importante. A heterodoxia pensa diferente. Se nós não tivermos indústria, vamos ser pobres. Para nós, não é muito importante o que o país faz”, diz Samuel Pessoa, economista da FGV, no *Valor* (28-08-2017). Por *desenvolvimento institucional*, podemos compreender a autonomização de uma política econômica favorável à acumulação financeira, rentista – independente do poder política e da soberania popular –, por meio da instituição de mecanismos como Lei de Responsabilidade Fiscal, Teto de Gatos não financeiros na Constituição, autonomia do Banco Central, fim de crédito industrial pelo BNDES e sua substituição por taxas de mercado etc.
- (17) Ver *Carta 783* (20-04-2017) Experiências de política industrial no século XXI, e *Carta 793* (23-06-2017) As tendências recentes nas políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, disponíveis em: <[www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br)>.
- (18) O Brasil recém-ingressou neste debate. Em período recente, em que servimos na Financia-

dora de Estudos e Projetos (Finep), entre 2015 e 2016, recém se iniciavam as discussões, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a respeito.

- (19) O economista André Lara Rezende, um dos membros da equipe que formulou o Plano Real, tem questionado a eficiência das altas taxas de juros no combate à inflação, que pode se revelar contraproducente, uma vez que deteriora fortemente a situação fiscal, que redundando, portanto, em mais inflação. Recentemente lançou o livro *Juros, Moeda e Ortodoxia*, em que busca desenvolver este argumento.
- (20) Título de trabalho de André Singer (2005). Também caminham por este argumento os citados Carneiro (2017) e Dweck e Teixeira (2017).
- (21) WEISBROT, Mark. Juros brasileiros castigam a economia. In: *Folha de S. Paulo*, 06-06-2017, p. A3.
- (22) Juro menor dá alívio bilionário nas contas públicas. In: *OESP*, 04-07-2017, p. B6.
- (23) Cogita-se novamente, segundo os jornais, nova devolução antecipada de mais R\$ 100 bilhões, enxugando o *fundings* do BNDES e liquidando sua capacidade operacional, no momento em que a taxa de investimentos da economia está no seu pior nível histórico.
- (24) O presidente do IEDI, Pedro Wongtschowski, em recente entrevista ao *Valor* (1º-07-2017), defendeu algo nessa linha: “O único setor em que eu acho que cabe financiamento subsidiado é o campo da inovação, onde o grau de risco é elevado e no mundo todo, ou é totalmente financiada pelo Estado, ou é subsidiado, complementarmente ao esforço das empresas.”. A economista italiana Mariana Mazzucatto, em livro recente, *O Estado Empreendedor – desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado* (Editora Portfolio Penguin, 2014), detalha como os países ricos mantêm a liderança tecnológica através de ação altamente subsidiada a partir do Estado.
- (25) Na indústria de máquinas e equipamentos, a idade média do parque fabril está entre 17 e 20 anos, o que torna as empresas menos eficientes e competitivas. Na Alemanha, umas das principais economias industriais do mundo, varia de 5 a 7 anos. “Como não há investimento no País, o maquinário brasileiro foi envelhecendo”, afirma José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). “Há 20 anos, praticamente não existia internet”, observa (*OESP*, 12-06-2016).

---

## BIBLIOGRAFIA

BACHA, Edmar; DE BOLLE, Monica B. (org.). *O futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BARBOSA, Nelson; MARCONI, Nelson; PINHEIRO, Maurício Canêdo; CARVALHO, Laura



- (org.). *Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/FGV, 2015b.
- CARNEIRO, R. *Navegando a contravento (uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentistas do Governo Dilma Rousseff)*. Texto para discussão. Campinas (SP): Unicamp, IE, n. 289, mar. 2017.
- DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. *A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica*. Texto para discussão. Campinas (SP): Unicamp, IE, n.303, jun. 2017.
- MAZZUCATTO, Mariana. *O Estado Empreendedor – desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado*. 1ª ed., tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Poder nacional, cultura política e paz mundial – Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1961)*. Rio de Janeiro: ESG, 2014.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos Cebrap*, julho de 2015b.



## **Caminhos e alternativas para tirar o Brasil da crise e se reencontrar com a democracia, o Estado de Direito, o desenvolvimento e o progresso social**

Mauro Benevides Filho \*

1) Qualquer medida paliativa não dará conta da grave crise política presente no Brasil, iniciada desde as jornadas de junho de 2013, como a primeira etapa do golpe. A consolidação do Golpe Parlamentar-Judiciário em 2016 e o seu aprofundamento com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 9 de junho de 2017 apenas apontam o quanto a esquerda brasileira, além de uma necessária e profunda autocrítica, precisa apontar caminhos incisivos para a volta da democracia.

2) Entendemos que, com a efetivação do Golpe de 2016, um novo fenômeno político tem caracterizado o governo golpista de Michel Temer. O uso da Constituição e das legislações infraconstitucionais, com o devido funcionamento do Congresso Nacional, para dar a devida “legalidade” às ações de governo, apenas aprofundam o golpe, através de uma “democracia blindada”. A Constituição de 1988, já rasgada com a efetivação do golpe, é usada para referendar o regime extralegal pós-2016. A Nova República, combatida após a derrubada de 2016, cada vez mais é violentada com o uso da Carta Magna para legitimar os fins particularistas e em nada republicanos do atual go-



verno. Sistemáticamente a Constituição é dilacerada cada vez que é usada para reforçar o governo pós-golpe.

3) Urge o nascimento de uma Terceira República. Depois de uma experiência elitista com a Primeira República (1889-1930), passando pela Era Vargas (1930-1945) e com a participação popular na Experiência Democrática (1945-1964), o Golpe Civil-Militar de 1964 interrompeu a marcha de avanços sociais e democráticos com o Regime Autoritário (1964-1985). Com o advento da “Nova República” (ou da “Segunda República”), a defesa das liberdades democráticas e dos avanços sociais estaria presente na “Constituição Cidadã” de 1988, entre agendas de fundo social-liberal e socialdemocrata. Porém, o Golpe de 2016 e as medidas posteriores do atual governo não apenas fragilizaram, como também tornaram impraticável, a defesa de uma Constituição devidamente desrespeitada diante de uma crise política sem precedentes, atingindo a Economia e promovendo recessão e desemprego ao país.

4) Não bastam mudanças pontuais diante de uma profunda crise que coloca em xeque a soberania popular e até as próprias instituições republicanas, no Estado Democrático-Burguês de Direito. Os poderes da República desviam as suas funções em uma crise profunda de representatividade e diante da supremacia do Judiciário, do Ministério Público e das grandes empresas nacionais e transnacionais sobre o Poder Executivo e Legislativo. Longe de um Judiciário com a função de zelar pelas leis e ser isonômico conforme a visão clássica, ela nada mais cumpre o seu papel em prol dos interesses das classes dominantes, principalmente com a atuação deliberada de grande parte dos desembargadores e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), TSE e demais órgãos do Poder Judiciário nas demais esferas.

5) Como uma solução imediata para a saída da crise política, a retomada da soberania popular, como princípio e valor fundamental da democracia. O golpe sobre Dilma Rousseff, utilizado pelos setores antinacionalistas e burgueses que queriam entregar o patrimônio e as

riquezas nacionais e reduzir os direitos sociais históricos, foi sofisticado, utilizando a legislação infraconstitucional e a própria Constituição para feri-las e legitimar, de forma imoral, um governo golpista.

6) Como efeito prático da retomada da soberania popular, isto se fará com as mobilizações populares em defesa de quatro agendas fundamentais:

6.1 A queda do atual presidente (com o “Fora, Temer”),

6.2 Eleições Diretas,

6.3 Eleições Gerais, 6.4 Criação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

7) A formação de um novo pacto nacional em face de um regime extralegal, com medidas radicais, se justifica em defesa da democracia e da legalidade, através da ênfase da soberania popular como a razão de ser e de existir da democracia e da autodeterminação do povo brasileiro.

8) A defesa pela **queda do atual presidente** se dá a partir de uma justificativa direta: sua continuidade ampliará a destruição do Estado Nacional e dos direitos sociais do povo brasileiro. Além de não ter condições legais e éticas para prosseguir o seu mandato presidencial, Michel Temer utiliza suas funções para a prática sistemática de corrupção passiva, *lobbies* e práticas notoriamente antirrepublicanas e lesivas ao interesse nacional.

9) Não basta apenas a queda de Temer. Seguir literalmente a Constituição, em um regime extralegal, significa aprofundar o golpe e os seus efeitos funestos, ampliando ainda mais a crise política e a descrença da sociedade pelas instituições existentes. Para a superação desta crise, as **eleições diretas** são o azimute capaz de reestabelecer a legalidade a partir do exercício da soberania popular na escolha do futuro presidente, em uma possível “solução de compromisso”.



10) Entretanto, não basta a existência das eleições diretas diante de um Congresso Nacional sem condições políticas e ético-morais para deliberar as principais decisões que o Brasil precisa. As denúncias e as delações promovidas na Operação Lava Jato, somadas aos apoiadores do Golpe de 2016, mostram o quanto o Poder Legislativo, legitimado pelo informal “Estado Plutocrático de Direito” ou mesmo o “Estado Cleptocrático de Direito”, está divorciado das aspirações democráticas do povo brasileiro que, a cada eleição, amplia o contingente já expressivo de abstenções (entre as ausências e os votos brancos e nulos).

11) Diante de um Poder Legislativo corrompido e comprometido com grupos entreguistas e interesses alheios à soberania nacional, além de um Poder Executivo partícipe deste processo vicioso, a solução de compromisso ideal não apenas reside nas eleições presidenciais diretas. Torna-se imprescindível uma medida radical e imediata que referende e dê o real poder ao povo através de **eleições gerais**, na eleição simultânea para a Presidência da República, o Congresso Nacional, os governos estaduais, as Assembleias Legislativas, a Câmara Distrital, as Prefeituras e as Câmaras Municipais.

12) Todavia, não bastam as eleições gerais se elas são norteadas pela Constituição de 1988, que não mais atende às atuais demandas da sociedade e que foi devidamente golpeada e rasgada. Para o reordenamento de uma nova ordem a partir da fundação da Terceira República, com a recuperação da soberania popular, se faz necessária a criação de uma **nova Assembleia Nacional Constituinte** para a formação de uma Constituição que atenda aos anseios do povo brasileiro e que, minimamente, reunifique a sociedade.

13) Para a efetivação das eleições diretas e gerais logo após a deposição de Temer e a convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, é preciso ressaltar uma posição radical, porém difícil e necessária. Entretanto, ela gozará de credibilidade e de unidade po-

pular. Os comprovadamente acusados em práticas de corrupção, face ao processo de repactuação da nova ordem, não podem exercer os seus direitos políticos até que comprovem a sua inocência, caso haja o trânsito em julgado, e assim possam usufruir dos seus direitos de se candidatarem a cargos eletivos. Embora esta medida fira o princípio da presunção de inocência, o período extralegal em que vivemos com um regime golpista precisa de medidas enérgicas como esta até a formação da nova Constituição, cujo objetivo principal é restaurar a crença da sociedade na democracia e na classe política.

14) Concomitante a isso, caso haja o debate sobre a Reforma Política, que ela seja aprovada pela população a partir de um plebiscito e, visando a não viciar os debates, as votações e as decisões sobre o tema, a sugestão ideal reside: na suspensão do direito ao voto dos parlamentares notoriamente envolvidos em atos de corrupção ou em interesses lesivos ao país; ou, em uma medida mais radical que promova a volta da democracia, antes da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, que haja a votação em âmbito nacional dos futuros parlamentares que debatam e votem exclusivamente pela Reforma Política, com brasileiros que nunca exerceram qualquer mandato parlamentar em qualquer esfera. Os brasileiros escolhidos pelo voto apenas exercerão a representação enquanto durarem os debates e a votação da Reforma Política, envolvendo a criação de um futuro Código Eleitoral e de medidas para a promoção de um novo pacto político, em um período determinado e aprovado pelo Congresso Nacional.

15) Cabe à esquerda brasileira ter a iniciativa de promover uma Frente ampla e democrática, na construção desta nova solução de compromisso. Desde liberal-democratas sinceros, passando por social-liberais, democratas cristãos, nacionalistas e quadros progressistas no campo da esquerda, além dos movimentos sociais clássicos (sindical, estudantil e comunitário), e passando por todos os movimentos identitários que acreditam na unidade nacional-popular como o elemento



fundamental para a retomada da democracia e do Estado de Direito.

16) Nesta Frente ampla se encontram cristãos, LGBT's, movimentos feministas, negros, índios e demais movimentos de interesse congregados pela volta da normalidade democrática, e urgem neste arco de alianças a intelectualidade, os profissionais liberais, a pequena burguesia, os micro e pequenos empreendedores e até mesmo os setores da burguesia nacional que, embora tenham ou não apoiado o golpe de 2016, se sentiram prejudicados pela marcha entreguista e pelas medidas recessivas do governo Temer.

17) A resistência democrática e patriótica urge com energia, no ideário de salvação nacional e na união em defesa dos princípios democráticos e de resgate da soberania nacional. A agenda nacionalista e democrático-popular, por mínima que seja, encontrará o seu rumo na medida em que ela for vista como a solução consensual para a saída da crise política que atingiu a economia brasileira e promoveu o aumento do desemprego, o encarecimento no custo de vida e a perda do poder de compra do salário-mínimo e das amplas conquistas sociais. Este bloco se tornaria, na prática, além, e superior, das iniciativas tomadas pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo que, mesmo com suas louváveis iniciativas, não avançaram no seu diálogo com os amplos setores populares e do lumpesinato, que estão à espera, até hoje, das correntes vivas da esquerda brasileira.

18) O comando dessa Frente ampla pelos setores populares e pelos partidos progressistas que a integram se torna fundamental para que haja coesão para a volta de um Estado de Bem-Estar, Democrático, Popular e de Libertação Nacional, contra quaisquer interesses alheios ao propósito de uma nação soberana e independente, no combate intransigente aos interesses do imperialismo estadunidense e dos trustes internacionais. Esta luta sem tréguas é parte essencial para o reencontro do Brasil com a democracia popular e com a volta do progresso social e de uma visão nacional-estatista e desenvolvimen-

tista. Para isso, não há espaço para qualquer forma de hegemonismo (inclusive o compartilhado). O tempo é de autocrítica, humildade, unidade e capacidade de ouvir, entender as massas e, a partir disto, propor um projeto de nação onde elas não apenas estejam inseridas, mas se sintam partícipes deste mesmo projeto.

19) O social-desenvolvimentismo, sem uma visão clara de soberania nacional voltada aos interesses populares e com a sua visão ambígua e vacilante entre a tímida socialdemocracia e o social-liberalismo, foi o erro crasso dos governos de Lula e Dilma. Neste ínterim, formaram consumidores e não cidadãos ciosos do seu dever como atores políticos com proeminência na contínua construção do Brasil como nação soberana. E os consumidores, não satisfeitos com os serviços oferecidos pelo Estado, foram seduzidos pela retórica meritocrática do liberalismo, mesmo com a existência de um Estado que lhes promoveu a devida ascensão socioeconômica. E, assim, as jornadas de junho de 2013 os seduziram para a solução da queda de um governo democrático e voltado para a justiça social. Portanto, não podemos mais repetir os mesmos erros. Teremos que formar brasileiros cômicos do seu papel na construção de uma pátria livre e soberana.

20) Reiteramos que não há projeto exequível de desenvolvimento autônomo de um país com a devida justiça social, se ela não estiver presente em um projeto popular de nação a serviço único e exclusivo dos interesses do povo brasileiro – detentor de sua soberania popular e do seu direito de se autodeterminar. Somente o povo, tendo a ciência dos seus direitos através de uma educação democrática, popular, incluyente, laica e a serviço dos interesses nacionais, poderá transformar os rumos da nação para uma ordem mais justa, equânime, fraterna e solidária aos seus.

21) Para nós, trabalhistas, estão presentes no conceito de povo os marginalizados, o lumpesinato e a classe trabalhadora, além de setores da pequena burguesia claramente identificados com a agenda



nacional-popular e que possuem como os seus principais adversários todos os interesses alheios ao desenvolvimento do país e ao seu avanço civilizatório. Através destes segmentos populares é que haverá as efetivas mudanças a que o Brasil aspira; por sinal, são os mesmos que creem nas transformações sociais, políticas e econômicas a partir da participação diária e direta do povo como agente político de transformação do Brasil para uma ordem mais justa.

22) Para a retomada do desenvolvimento do país, a esquerda precisa retomar com ousadia as atuais Reformas de Base. Passados mais de cinco décadas após o Golpe Civil-Militar de 1964, as agendas nacional-reformistas defendidas pela esquerda nos anos 1960 e apoiadas por João Goulart continuam vivas e se apresentam como uma solução válida para a efetivação de um projeto distributivista, desenvolvimentista e que altere, através de reformas estruturais, as profundas desigualdades que atravancam o desenvolvimento brasileiro com maior justiça social, igualdade e dignidade ao povo brasileiro. A esquerda brasileira não teve a ousadia, nos governos de Lula e Dilma, de avançar nas reformas para a democratização dos bens produzidos e da riqueza brasileira existente ao povo brasileiro. Embora tenha havido chances em 13 anos de experiência democrática, a esquerda perdeu a chance de avançar nas demandas históricas às quais o povo sempre ansiou.

23) A ação da esquerda brasileira, reocupando o comando do Estado Brasileiro, será anular, de forma imediata, todas as medidas lesivas ao país e ao conjunto da população. Terá que tanto sustar, por exemplo a terceirização (Lei 13.429/2017), quanto vetar as reformas previdenciária e trabalhista, além de revogar a Lei 13.415/2017 da Reforma do Ensino Médio; buscar a revogação da Lei 13.365/2016 (voltando aos marcos regulatórios anteriores da exploração do pré-sal com a participação obrigatória da Petrobras) e da Emenda Constitucional 95/2016, oriunda da “PEC do Teto”. Outras medidas tomadas por Michel Temer deverão ser revogadas, de forma a restaurar mini-

mamente os direitos sociais históricos e a própria soberania nacional.

24) Quanto às grandes empresas envolvidas em atos de corrupção comprovados em operações como a Lava Jato e que devam ao Poder Público, que o próximo governo, com o devido denodo nacionalista e comprometido com os interesses nacionais, nacionalize as mesmas empresas sob o controle exclusivo do Estado, estando a serviço da sociedade.

25) Uma ampla democratização da imprensa e o controle social da mídia, com a devida regulação visando a garantir o direito social do cidadão brasileiro à informação, precisa ser feita a partir de uma ampla participação popular. As concessões de TV e de rádio às empresas que não cumprem a sua função social, depois de expiradas, devem voltar ao controle do Poder Público, exercendo o seu papel de promover uma imprensa crítica, cidadã, independente, democrática e que leve em conta os talentos e a diversidade regional e cultural do Brasil, com todas as suas nuances. O fim dos oligopólios dos meios de comunicação deve ser uma das principais metas da esquerda brasileira, se ela verdadeiramente anseia pelo seu reencontro com a democracia.

26) Na repactuação política, devem estar presentes um novo pacto federativo, além da reavaliação do papel das instituições brasileiras, diminuindo o excessivo protagonismo do Ministério Público e da Polícia Federal, cujas funções previstas na futura Constituição deverão estar submetidas ao bem-estar do povo e à solidez do Estado Nacional. Os quadros técnicos que utilizarem as suas funções nestes órgãos para atuarem contra a soberania nacional deverão ser punidos e os cargos proeminentes de alta proa destes órgãos incorrerão em responder à nação diante dos seus crimes de lesa-pátria, estendendo-se ao próprio Poder Judiciário tais punições e aos magistrados que assim agirem contra o país em nome de *lobbies* e grupos políticos e empresariais.



27) No que tange ao papel do Judiciário, a sua missão republicana deve voltar-se aos seus princípios originais, no intuito de preservar a ordem democrática e julgar com o devido rigor e com a devida isenção todos aqueles que atentem contra os valores democráticos, os Direitos Humanos e a soberania nacional. Para um Judiciário que cumpra a sua missão, que a escolha de ministros, para os tribunais destacados como STF, TSE e Tribunal Superior do Trabalho (TST), seja feita com a devida transparência para a sociedade, além da mudança de formato na indicação de escolha dos futuros ministros. Assim como os políticos do Poder Executivo ou do Legislativo, os do Judiciário precisam ser submetidos ao julgamento do povo. A escolha dos ministros deve ser por base meritocrática, a partir de critérios como o exercício das melhores decisões e a carga comprovada de trabalho à altura de sua missão e do seu papel exercido, além da devida representatividade dos mesmos em esfera nacional, com magistrados capacitados do Norte ao Sul do Brasil e que tenham a devida consciência da missão que ocupam como magistrados a serviço da República Brasileira.

28) Os juízes e desembargadores envolvidos em atos de corrupção ou que ameacem a soberania popular e/ou nacional não apenas perdem a sua inamovibilidade como também responderão por crime de responsabilidade. O controle social e externo do Poder Judiciário se dará com a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), devidamente sintonizada com as aspirações da sociedade. E isto se dará a partir da inserção, no interior da CNJ, de sociedades jurídicas organizadas ciosas do seu dever além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como, por exemplo, o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT) e outras instituições de interesse afim comprometidas com o Estado Democrático de Direito.

29) Por sua vez, para que se evite uma geração de juízes e promotores que, em nome de projeção social, utilizam seu espaço no interior do aparelho burocrático-estatal para promoverem ações que

ponham em xeque o Estado Democrático de Direito, a solução estará na mudança de concursos de admissão ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, avaliando a capacidade prática dos aspirantes a juízes ou promotores de exercerem com integridade e a devida integralidade e parcimoniaisidade as suas funções.

30) Para o Estado cumprir o seu papel, promovendo serviços de qualidade ao povo brasileiro, se faz necessário a taxaçoão progressiva de acordo com a renda e as posses dos cidadãos brasileiros. Além disso, a esquerda brasileira precisa defender, como agenda essencial para o país, a proposição de nenhuma taxaçoão de impostos sobre o consumo e os salários dos trabalhadores. Para ampliar o escopo de ação do Estado para conseguir mais recursos para cumprir a sua missão desenvolvimentista e de redistribuição das riquezas e dos bens ao povo brasileiro, se torna fundamental para a esquerda defender o combate intransigente à corrupção e à sonegação de impostos que atingem anualmente 1/10 do PIB brasileiro. Além disso, a auditoria da dívida pública se torna um gesto de coragem para o Brasil fazer o devido enfrentamento e resgatando os recursos para a efetivação de políticas sociais e de defesa da soberania nacional, com Forças Armadas aparelhadas, com tropas preparadas e capazes de salvaguardar a autodeterminação do país.

31) A esquerda precisa reafirmar o papel do Estado em matérias caras como a Previdência, defendendo o fim do fator previdenciário, além da reestatização do Estado de toda a previdência privada, até porque é missão do Poder Público promover o bem-estar de todos os trabalhadores que, depois de terem contribuído durante a sua vida, merecem a devida dignidade. O Estado brasileiro precisa salvaguardar o salário do aposentado igual ao que o mesmo recebera remunerado durante o seu exercício na ativa. E, seguindo o exemplo de João Goulart, que o mesmo Estado permita aos seus trabalhadores controlarem os órgãos de previdência e como os fundos serão direcionados de forma democrática.



32) No campo dos Direitos Humanos, o combate intransigente a qualquer forma de discriminação e de invisibilidade social de mulheres, negros, índios, LGBT's e de outras minorias que tenham seus direitos ameaçados. Democratização no acesso e na permanência no mundo do trabalho, no ensino em seus mais diferentes níveis, além de salários justos, sem qualquer diferença salarial por diferença de gênero, orientação sexual, origem, questão étnico-racial, idade, credo filosófico ou confissão religiosa. Isto deve ser estendido a todos os direitos individuais, civis, e principalmente sociais e políticos, enviando todos os esforços por um Brasil mais justo, fraterno, solidário e humano. Até porque, em um projeto popular de nação, não há espaço para a discriminação e para a exclusão social.

33) Um reencontro com o progresso social exige a erradicação do analfabetismo, a democratização do ensino em todos os níveis, um ensino profissionalizante de qualidade com formação humanística e voltado aos desafios do Brasil soberano do século XXI, além de um Ensino Superior que prepare os brasileiros para as demandas de uma pátria que almeja ser soberana, independente e autossustentável. Para isso, a universidade deve cumprir a sua função estratégica para a efetivação da plena soberania nacional, com a formação de intelectuais, profissionais liberais e cientistas aptos a promoverem a independência tecnológica, científica, cultural e econômica do Brasil. No interior desta universidade, ela deve ser democrática, popular, laica, pública, gratuita e de qualidade (assim como o Ensino Fundamental e Médio), com o governo tripartite entre estudantes, funcionários e professores e a autonomia universitária.

34) Para a esquerda brasileira, embora o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tenha democratizado o acesso às universidades públicas e privadas, o desafio é a formação de uma Educação de Tempo Integral de excelência nos ensinos fundamental e médio (nos moldes dos CIEP's [Centros Integrados de Educação Pública] e, mais tarde, dos CEU's [Centros Educacionais Unificados]). Ela deverá ser

um ensino público de qualidade de tal forma que, em médio prazo, seja abolida a existência de vestibulares; a seleção pelos cursos nas universidades se dê através do modelo de avaliação nos três anos do ensino médio, democratizando o acesso e a permanência nas universidades. No que tange aos estabelecimentos de ensino privados, elas precisam estar adequadas às diretrizes postas pelo Ministério da Educação, visando a um ensino de qualidade e à formação humanística crítica dos estudantes voltada aos desafios do Brasil do século XXI. Caso essas escolas e instituições privadas de ensino superior não cumpram à altura este papel, o Estado se reservará não apenas o seu papel de fiscalizar tais estabelecimentos como, em um caso de necessidade e de interesse público, encampá-los, na promoção de um ensino público gratuito e de qualidade.

35) A economia brasileira precisa ser controlada em sua integridade pelo Estado submetido ao projeto nacional-desenvolvimentista, com uma forte intervenção estatal para a promoção de maior igualdade e plena redistribuição de renda. Não há como sustentar uma política econômica a partir dos interesses econômicos dos grandes bancos. Os ativos financeiros controlados por bancos como Bradesco, Itaú, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil chegaram a 86% em 2016, em oposição a 1995, quando esses bancos alcançavam a cifra de 56%, sem contar o crescimento do lucro líquido contábil destes bancos mesmo nos momentos de grave crise econômica. Logo, a economia deve estar submetida ao crivo dos interesses estratégicos de desenvolvimento nacional com justiça social.

36) O incentivo ao desenvolvimento do país envolve o papel proativo do Estado na proteção às micro, pequenas e médias empresas, desde que as mesmas assegurem a manutenção dos trabalhadores e o cumprimento da legislação trabalhista. Os incentivos em créditos estatais pelo BNDES ou em outros mecanismos fomentados pelo Poder Público visam ao desenvolvimento de uma nova burguesia nacional acoplada ao planejamento de crescimento nacional.



37) O reencontro com a democracia e com o desenvolvimento obriga o Brasil a promover, em esfera internacional, a volta de sua Política Externa Independente, de forma ativa, independente e buscando a solidariedade e a união de blocos alternativos que questionem o imperialismo estadunidense ou blocos afins que promovam distorções e desigualdades profundas na ordem mundial. A ênfase no BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no G20, no fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e nas relações Sul-Sul se torna essencial para a volta do protagonismo brasileiro no cenário internacional, além da defesa de pautas essenciais como a autodeterminação dos povos, a solução pacífica dos conflitos e a integração cultural, econômica, social e política entre os povos latino-americanos, africanos e asiáticos.

38) Sem estas medidas, não teremos um Brasil que reencontre, de forma genuína, a democracia perdida. Um Estado Democrático de Direito que se preze, com instituições sólidas, requer, acima de tudo, a participação sistemática e constante do povo nas decisões e nos rumos do país, visando ao seu pleno desenvolvimento, à sua soberania e ao seu progresso social, com paz e justiça social. Sem esses pré-requisitos, não há como assegurar um país soberano, cioso do seu papel e promotor de uma agenda de igualdade e de justiça ao povo – razão de ser de uma nação.

*\* Mauro Benevides Filho, professor formado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e Ph.D na mesma área pela Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos. Em outubro de 1985 foi aprovado em concurso público para ingressar no quadro acadêmico do Curso de Mestrado e Doutorado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde atualmente exerce as funções de professor.*

*Entre seus trabalhos acadêmicos publicados estão Background Familiar e a Distribuição de Renda no Brasil, Revista Econômica do Nordeste, abril/junho, vol. 18, 1987; Income Distribution in Brazil: 1970-1980 compared, Vanderbilt University Press, maio de 1985. Publicou ainda, de 1986 a 2010, livros com a avaliação do processo eleitoral cearense.*

*Na área administrativa exerceu cargos como os de diretor pelo Banco Central no Banco do Estado do Ceará, secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Fortaleza, secretário do Planejamento e Coordenação do governo do estado, secretário da Casa Civil, secretário da Administração e secretário da Fazenda. Na campanha presidencial de 2002, foi o **coordenador do Programa Econômico** do candidato **Ciro Gomes**.*

*De 1990 a 2014 foi reeleito – sucessivamente – deputado estadual. Em 2007 foi convidado pelo governador Cid Gomes para gerir a pasta da Secretaria Estadual da Fazenda, sendo reconduzido à mesma, em 2011, para continuar o trabalho de reduzir a carga tributária incidente sobre a população menos favorecida e elevar a capacidade de investimento do estado. Foi coordenador-geral do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Em janeiro de 2015, sob o comando do governador eleito, Camilo Santana, reassumiu para uma terceira gestão, a Fazenda estadual, completando em 2017 seu décimo primeiro ano à frente da pasta.*







